

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Doutorado em Psicologia Social



OS NOVOS QUIXOTES DA PSICOLOGIA E
A PRÁTICA SOCIAL NO ÂMBITO DO “TERCEIRO SETOR”.

Ilana Lemos de Paiva

Natal/RN
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ilana Lemos de Paiva

OS NOVOS QUIXOTES DA PSICOLOGIA E
A PRÁTICA SOCIAL NO ÂMBITO DO “TERCEIRO SETOR”.

Tese elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto e apresentada ao Programa de Doutorado em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título Doutor em Psicologia Social.

Natal/RN
2008

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Paiva, Ilana Lemos de.

Os novos quixotes da psicologia e a prática social no âmbito do “terceiro setor”. / Ilana Lemos de Paiva. - Natal, RN, 2008.
209 f.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto.

Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

1. Psicologia comunitária – Tese. 2. Intervenção psicossocial – Tese. 3. Terceiro setor – Tese. 4. Compromisso social – Tese. 5. Emancipação humana – Tese. I. Yamamoto, Oswaldo Hajime (Orient.). II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 316.6

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Doutorado em Psicologia Social

A Tese “Os Novos Quixotes da Psicologia e a prática social no âmbito do “terceiro setor”, elaborada por Ilana Lemos de Paiva, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, como requisito parcial à obtenção do título de DOUTOR EM PSICOLOGIA SOCIAL.

Natal, RN, 27 de junho de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto _____
(Presidente)

Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera _____

Profª. Dra. Zeidi Araújo Trindade _____

Prof. Dr. Leoncio Camino _____

Profª. Dra. Isabel Fernandes de Oliveira _____

Natal /RN
2008

“(...) a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de respostas, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação”.

PAULO FREIRE

*À minha querida família, pelo apoio incondicional e
compreensão durante todo o período de realização
deste trabalho.*

Agradecimentos

Durante o extenso período de doutorado, muitos fatos ocorrem nas nossas vidas, muitas pessoas deixam suas marcas. Por isso, uma simples seção de agradecimentos, dentro dos padrões formais acadêmicos, não é suficiente para expressar minha gratidão a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que eu conseguisse realizar esta travessia.

Não caberia aqui, por exemplo, a tamanha gratidão que sinto pelo meu orientador, professor Oswaldo H. Yamamoto, por todo o incentivo que me deu durante minha trajetória acadêmica. Na verdade, foi muito mais que isso. Oswaldo tem sido para mim um mestre, em toda acepção do termo, pois com ele aprendi o que é ser um profissional crítico, humano e verdadeiramente comprometido.

Durante esta trajetória, a Base de Pesquisa Marxismo e Educação, conduzida pelo prof. Oswaldo, também foi de extrema importância para a minha formação. Deixo meus sinceros agradecimentos a todos os seus componentes, com quem compartilhei os mais interessantes debates e discussões, e com quem pude contar em todos os momentos do doutorado. Em especial, agradeço a Tatiane, Adriana, Keyla, Eunice e Andressa, pela imprescindível ajuda, sem a qual este trabalho não estaria pronto. A Isabel Fernandes e a Pablo Seixas, pelas conversas que me fizeram compreender melhor muitas questões e amadurecer minhas questões de pesquisa.

É necessário agradecer também à CAPES, que me concedeu bolsa para realização do doutorado sanduíche, que foi evento da maior riqueza na minha vida pessoal e acadêmica.

Durante esse percurso no exterior, devo eterna gratidão a todos os que fizeram com que esse período longe de casa, se tornasse muito mais fácil.

À Universidad Autónoma de Madrid, pela acolhida, na figura de seus professores Bárbara Scandroglio, José Emanuel Martínez e Florentino Blanco, com quem aprendi muito, em valiosas aulas.

Em especial ao professor Jorge López, que me acolheu maravilhosamente, que me ofereceu orientações importantíssimas, e a quem devo muito para a realização deste trabalho.

Aos amigos, companheiros, imprescindíveis nessa jornada longe de casa: Luciana, Daniel, Juliano, e, muito especialmente à Ezenaide, divertidíssima companheira de viagem, que nos ensina a verdadeira alegria de viver.

À minha família, que me apoiou em todos os sentidos, durante esses anos. Em especial, a minha querida mãe, por absolutamente tudo que fez por mim, pelas conversas que me tranquilizavam, pelo abraço afetuoso nos momentos difíceis, pela disponibilidade de sempre me ajudar com o texto, enfim, pelo amor de mãe, que é único.

Ao meu pai pela presteza de sempre.

A Vander, minha fortaleza, pelo amor e apoio, sem os quais certamente eu não teria tido a segurança e tranquilidade suficientes para realizar esta empreitada.

A Uli, irmã querida e grande amiga, ser humano como poucos.

Ao meu irmão e minha cunhada, Marcus e Ana Paula, por ter nos presenteado com o sobrinho mais querido que alguém possa ter.

Aos colegas da FARN, em especial a Antônio Alves, por todo incentivo e compreensão, a Célia e Izabel, pela boa amizade e parceria de trabalho, e a todos os meus alunos, que me impulsionam na busca pelo saber.

Aos colegas de Doutorado, principalmente Silvânia, Paloma, sempre disponíveis quando precisamos. E, em especial a Fernanda, ótima companheira, parceira de sanduíche.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, com quem aprendi muito.

A Lívia Borges e a Cilene, pela colaboração em todas as horas necessárias.

Ao professor Jorge Sarriera, pela sua participação no maravilhoso encontro com o professor Jorge López, e disponibilidade em contribuir com o trabalho.

Aos demais membros da banca, professor Leôncio e professora Zeidi, que também foram importantes colaboradores na construção do presente trabalho.

A todos os “novos quixotes”, pelo maravilhoso acolhimento e disposição em contribuir com essa pesquisa.

Sumário

Lista de Figuras	xi
Lista de Tabelas	xiii
Resumo	xv
Resumen	xvi
Abstract	xvii
Introdução	17
Parte I – Fundamentação Teórica	
I.1 “Se podes olhar, vê”: as seqüelas da questão social e a perspectiva dialética ..	22
I.2 O fortalecimento da sociedade civil e as armadilhas do “terceiro setor”	33
<i>I.2.1. Estado, Mercado e Sociedade Civil: novos papéis?</i>	<i>38</i>
<i>I.2.2 Sociedade Civil e participação política</i>	<i>49</i>
I.3 A Psicologia e os “novos quixotes”: em busca de práticas comprometidas	55
<i>I.3.1. Psicologia Comunitária e Intervenção psicossocial</i>	<i>61</i>
Parte II – Método	
II.1. Materiais e Instrumentos	72
II.2. Procedimentos de Análise	73
II.3. Conhecendo as instituições estudadas	78
<i>II.3.1. Informações gerais sobre as ONGs pesquisadas</i>	<i>79</i>
Parte III - Apresentação e discussão dos resultados	91
III.1 Quem são os “novos quixotes” da Psicologia	92

<i>III.1.1 Dados pessoais</i>	92
<i>III.1.2 Dados sobre a formação em Psicologia</i>	94
<i>III.1.3 Dados profissionais: uma vez quixote</i>	101
III.2. Os “novos quixotes” e as Demandas do “terceiro setor”	114
<i>III.2.1 Perfil da população atendida</i>	115
<i>III.2.2 Missão institucional, Projetos desenvolvidos e Participação comunitária</i>	119
<i>III.2.3 Modelo Institucional</i>	132
<i>III.2.4 Percepção do impacto social</i>	147
III. 3 Prática social do psicólogo: concepções e estratégias utilizadas no “terceiro setor”	153
<i>III.3.1 Identidade social do psicólogo</i>	153
<i>III.3.2 Modelos teórico-metodológicos utilizados</i>	171
<i>III.3.3 Expectativas e dificuldades percebidas: as dores e as delícias de ser um “novo quixote”</i>	181
VI. Considerações finais: reflexões para a construção de uma intervenção mais efetiva	191
VII. Referências Bibliográficas	196
Apêndices	

Lista de Figuras

Figura		Página
1	Cenário atual para o enfrentamento da pobreza.....	35
2	Proporção de empregados no "terceiro setor" sobre o emprego nacional....	41
3	Novos papéis.....	44
4	Diferenças entre Psicologia Comunitária e Psicologia Clínica.....	66
5	Atividades em Intervenção Psicossocial.....	69
6	Procedimentos, técnicas e instrumentos da Intervenção Psicossocial.....	70
7	Estrutura da Investigação.....	76
8	Agência formadora do psicólogo (graduação).....	94
9	Área em que realizou estágio durante a graduação.....	95
10	Ano em que se graduou em Psicologia.....	96
11	Área da formação complementar.....	97
12	Área da segunda formação complementar.....	98
13	Tempo em que trabalha na instituição do “terceiro setor”.....	103
14	Cargo que ocupa na instituição do “terceiro setor”.....	104
15	Salário que recebe na instituição do “terceiro setor”.....	106
16	Tipo de vínculo que mantém com a instituição do “terceiro setor”.....	108
17	Regime de trabalho na instituição do “terceiro setor”.....	109
18	Métodos utilizados na avaliação social.....	145
19	Monitoramento, avaliação e avaliação de impacto.....	147
20	Formação para intervenção psicossocial.....	158
21	Princípios básicos do método em PC.....	179

22 Características do psicólogo comunitário..... 189

Lista de Tabelas

Tabela		Página
1	Instituições pesquisadas.....	77
2	Perfil dos entrevistados.....	91
3	Formação complementar.....	97
4	Trajetória profissional.....	100
5	Motivação para trabalhar no “terceiro setor”.....	101
6	Público atendido.....	114
7	Dificuldades enfrentadas pelo público atendido.....	115
8	Missão institucional.....	119
9	Projetos desenvolvidos pela instituição no enfrentamento da pobreza..	123
10	Níveis de participação comunitária.....	128
11	Diretrizes político-pedagógicas.....	134
12	Captação de recursos.....	137
13	Percepção da relação “terceiro setor” x Estado.....	137
14	Articulação institucional.....	140
15	Tomada de Decisões.....	141
16	Processo de Monitoramento e Avaliação.....	142
17	A instituição atinge seus objetivos.....	148
18	Como percebe o impacto.....	149
19	Como o trabalho do psicólogo é avaliado.....	150
20	Formação x prática social.....	153
21	Objetivos de sua prática profissional.....	160

22	O que entendem por compromisso social do psicólogo.....	164
23	Contribuição da Psicologia para a questão da pobreza.....	166
24	Rotina de trabalho.....	170
25	Abordagens e técnicas psicológicas.....	175
26	Como percebe o papel do “terceiro setor”.....	180
27	“Terceiro setor” como campo de trabalho para o psicólogo.....	182
28	Dificuldades que o psicólogo enfrenta na atuação.....	185
29	O que o psicólogo pode fazer para melhorar sua atuação no “terceiro setor”	186

Resumo

Apesar do quadro crítico de pobreza e desigualdade social em que vivemos no país, as perspectivas atuais apontam para o fim do “Estado interventor” e para a redução do gasto público destinado às políticas sociais. Com o enxugamento do Estado, o “terceiro setor” está encarregado de pacificar a questão social, reduzindo-a ao âmbito do dever moral. Convocado ao compromisso social, o psicólogo também começa a trabalhar na fronteira da exclusão, sem questionar a funcionalidade e as implicações políticas do novo cenário. O objetivo deste trabalho é investigar a prática social do psicólogo, no âmbito do “terceiro setor”, buscando a análise que fazem do novo campo de trabalho, bem como as estratégias utilizadas no enfrentamento das mazelas da questão social. Para a pesquisa, foram realizadas 20 (vinte) entrevistas semi-estruturadas, com psicólogos que atuam em instituições do “terceiro setor”. As entrevistas foram analisadas qualitativamente, à luz da perspectiva gramsciana de sociedade civil e emancipação humana, bem como dos preceitos da Psicologia Comunitária e Intervenção Psicossocial. Utilizamos como base de análise, ainda, o Método Comparativo Constante. Os resultados foram agrupados em três eixos: quem são os “novos quixotes” da Psicologia, as demandas do “terceiro setor” e as estratégias utilizadas pelo psicólogo no “terceiro setor”. A perspectiva defendida neste trabalho é a de que no campo das intervenções sociais, e mais acentuadamente no “terceiro setor”, os psicólogos seriam “novos quixotes”, agindo com boa vontade, com grandes sonhos de transformação, mas realizando ações que não partem de uma leitura crítica e adequada da realidade, não enxergando suas possibilidades reais e seus limites de atuação. Por fim, defendemos que se deve buscar, com a inserção profissional, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar, através de uma *intervenção proativa*, buscando o desenvolvimento, a organização e a emancipação das pessoas, grupos e comunidades. (295 palavras, 1.681 caracteres)

Palavras-chave: psicologia comunitária, intervenção psicossocial, “terceiro setor”, compromisso social, emancipação humana.

Resumen

A pesar del cuadro crítico de la pobreza y desigualdad social en que vivimos en el país, las perspectivas actuales apuntan para el fin del “Estado Interventor” y para la reducción del gasto público destinado a las políticas sociales. Con el enjugamiento del estado, el “Tercer sector” está encargado de pacificar la cuestión social, reduciéndola al ámbito del deber moral. Convocado al compromiso social, el psicólogo también empieza a trabajar en la frontera de la exclusión, sin cuestionar la finalidad y las implicaciones políticas del nuevo escenario. El objetivo de este trabajo es investigar la práctica social del psicólogo, en el ámbito del “tercer sector”, buscando el análisis que hace del nuevo campo de trabajo, así como las estrategias utilizadas en el enfrentamiento de la pobreza. Para la investigación, fueron realizadas 20 (veinte) encuestas semiestructuradas con psicólogos que actúan en instituciones del “tercer sector”. Las encuestas fueron analizadas cualitativamente, a la luz de la perspectiva gramsciana de sociedad civil y emancipación humana, bien como de los preceptos de la Psicología Comunitaria y Intervención Psicosocial. Utilizamos como base de análisis, todavía, el Método Comparativo Constante. Los resultados fueron agrupados en tres ejes: quien son los “nuevos quijotes” de la Psicología, las demandas del “Tercer Sector” y las estrategias utilizadas por el psicólogo en el “Tercer Sector”. La perspectiva defendida en este trabajo es la de que en el campo de las intervenciones sociales, y más acentuadamente en el “Tercer Sector”, los psicólogos serían “nuevos quijotes”, actuando con buena voluntad, con grandes sueños de transformación, pero realizando acciones que no parten de una lectura crítica y adecuada de la realidad, no percibiendo sus posibilidades reales y sus límites de actuación. Finalmente, defendemos que se debe buscar, con la inserción profesional; mejorar la calidad de vida y el bienestar, a través de una intervención proactiva, buscando el desarrollo, la organización y la emancipación de las personas, grupos y comunidades. (316 palabras, 1.772 caracteres)

Palabras – clave: Psicología Comunitaria, Intervención Psicosocial, “tercer sector”, compromiso social, emancipación humana.

Abstract

Even with the critical table of poverty and social difference that we live with throughout the country, the recent perspectives lead us to the end of the “State for intervention” and for the spend public reduction directed to the social politics. Starting from the State cleaning, the “third sector” has the aim of pacifying the social issue, reducing it to the moral obligation atmosphere. Convoking to the social appointment, the psychologist also starts working at the exclusion frontier, without asking about the function an political implications of the new scenery. The objective of this work is investigating the psychologist’s social practice at the “third sector” boundary, taking the analysis that constitutive the new working field, and also the strategies used to fight against social problems. For the research, it was realized 20 (twenty) semi-structured interviews with psychologists that work in “third sector” institutions. The interviews were analysed in a qualitative way under Gramsci perspective about civil society and human emancipation, and also the community psychology and psychosocial intervention precepts. We used as analysis bottom still the Constant Comparative Method (Grounded Theory). The results were organized in three divisions: who are the “new quixotes” of psychology, the demands and the strategies used by the “third sector” psychologist. The perspective argued in this work is the one that in social interventions field and clearly at the “third sector”, the psychologists would be “new quixotes”, acting with good will, with great transformations dreams, but realizing actions that don’t seeing their possibilities and limits for acting. By the end, we defend that we have to rescue with professional inclusion, becoming the well fair and quality of life better, through the development, people organization and emancipation, groups and communities. (284 words, 1.608 characters)

Key-words: community psychology, psychosocial intervention, “third sector”, social appointment, human emancipation.

Introdução

*“Na verdade, o Brasil o que será? (...)
O Brasil é o que tem talher de prata
Ou aquele que só come com a mão?
Ou será que o Brasil é o que não come
O Brasil gordo na contradição?”
(A cara do Brasil, Celso Viáfora / Vicente Barreto)*

O processo de desagregação da sociedade brasileira, que tem como um dos principais motivos a desigualdade de renda, evidencia um quadro social de desemprego, violência, falta de acesso à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho e às mínimas condições de cidadania, para um imenso contingente populacional.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005¹ expôs um retrato da pobreza e exclusão no país. Afinal, qual é o tamanho do problema? O Brasil apareceu entre os países mais desiguais do mundo. Na verdade, o relatório afirmou que em nenhum país a desigualdade é tão intensa quanto no nosso Brasil.

O problema fica ainda maior quando se refere à população negra e à população nordestina brasileira, que apresentaram os piores índices de desenvolvimento humano (IDH). A desigualdade racial está estampada nos números: enquanto o “Brasil negro” era o 105º país no ranking mundial de desenvolvimento humano, o “Brasil branco” era o 44º. Tais dados combinam-se com a desigualdade regional, já que o Nordeste apresentou um IDH de apenas 0,652, ocupando a 115ª posição.

¹ O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, divulgado em Nova York, analisou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 177 países, incluindo o Brasil (PNUD, 2005).

A partir de 2006, o IDH brasileiro apresenta alguma melhora, sobretudo em função dos programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família, por exemplo. No entanto, é ilusório pensar que a desigualdade está perto de ser solucionada. No Relatório de 2006 (PNUD, 2006) o Brasil é ainda o 10º mais desigual do mundo, numa lista com 126 países².

No mais recente Relatório (PNUD, 2007), o IDH brasileiro continua aumentando, ou seja, há melhorias nas condições de vida da população, principalmente no que diz respeito ao aumento na expectativa de vida e renda, melhoras também atribuídas aos programas sociais.

Ora, sabemos que programas meramente assistenciais, como é o Bolsa Família, são insuficientes para tratar as mazelas da questão social. Como nos coloca Yamamoto (2003):

Nessas condições, as conseqüências da questão social tornam-se objeto de intervenção sistemática e contínua por parte do Estado, mas através de um processo peculiar: sem possibilidade da remissão à totalidade processual específica (...), ela é tratada de forma fragmentária e parcializada. (p. 43)

Vejamos o caso do Rio Grande do Norte. Uma pesquisa realizada pelo IBGE³, também no ano de 2007, indica que, apesar da renda média dos brasileiros ter aumentado 10,3%, no RN a renda do trabalhador diminuiu na ordem de 1,9%. As taxas de analfabetismo, no nosso estado, também continuam assustadoras: 646 mil analfabetos, ou seja, 23,8% das pessoas acima de cinco anos de idade não sabem ler nem escrever. Ainda para demonstrar a situação de pobreza em que vivemos, 57,3% das famílias norte

² O desempenho dos países é avaliado aqui com base no índice de Gini, indicador de desigualdade de renda, que pode variar entre 0 (toda a população com renda equivalente) e 1 (máximo da desigualdade). No Relatório de 2006, o Brasil apresenta um índice de Gini 0,580, menor do que o da Colômbia (índice de 0,586) e pouco maior que países como África do Sul e Paraguai (ambos com índice de 0,578).

³ Síntese de Indicadores Sociais de 2007 (SIS-2007-IBGE).

riograndenses, com crianças de 0 a 14 anos de idade, possuem renda de apenas meio salário mínimo por mês.⁴ Enfim, “o país do futuro” parece que está mesmo longe de resolver suas mazelas sociais.

Mesmo diante dessa realidade, além de políticas sociais compensatórias, que não chegam às raízes do problema, as perspectivas atuais apontam para o fim do “Estado interventor”, para a redução do gasto público destinado a tais políticas sociais, para a desregulação das condições de trabalho, enfim, um Estado protetor unicamente da propriedade privada e das liberdades individuais. Como afirma Ribeiro (2005): “(...) a ampliação da desigualdade social é associada à configuração de forças políticas responsáveis por mudanças no uso de recursos públicos e pela submissão do aparelho de governo aos desígnios dos interesses dominantes” (p. 18).

Dessa forma, poderíamos pensar, como pacificar a questão social, com esse enxugamento do Estado? Ora, a resposta atual e concreta para essa questão chama-se “terceiro setor”. Com a refilantropização da questão social, apontada por diversos autores, o “terceiro setor” toma para si a responsabilidade de diminuir a pobreza e a exclusão social que assolam nosso país, através de parcerias com diversos segmentos da sociedade.

Cabe-nos questionar, de que maneira uma atuação do “terceiro setor”, e dos profissionais que o compõem, poderá contribuir com a garantia de direitos, sem implicar uma despolitização da questão social, reduzindo-a ao âmbito do dever moral, na busca pela desmontagem do papel do Estado? Que armadilhas o discurso do “terceiro setor” nos coloca?

⁴ Pesquisa do IBGE divulgada pelo Diário de Natal em matéria intitulada “Analfabetismo ainda é grave no RN”, de 4 de outubro de 2007.

Nos últimos anos, após o *boom* do “terceiro setor”, a partir da reforma do Estado, assistimos a um período de profissionalização deste campo, e inúmeros técnicos de nível superior migraram para essa nova área de atuação, uns em busca de um significado de relevância para a sua atuação profissional, outros para sobreviver na nossa sociedade de risco. O que nos interessa (e nos inquieta) é a Psicologia, como profissão inserida no campo do bem-estar e nesse novo cenário político, que contribuição tem a dar à questão da pobreza e desigualdade social. Nesse novo cenário, o psicólogo começa a trabalhar na fronteira da exclusão. É preciso, então, mostrar outra disponibilidade, reinventar nosso lugar, saber e fazer Psicologia. Como?

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é *investigar a prática social do psicólogo, no âmbito do “terceiro setor”*. Dito em outras palavras, busca-se problematizar a entrada do psicólogo no campo, analisando as estratégias utilizadas no enfrentamento das mazelas da questão social.

O presente trabalho compõe-se de quatro partes. Na primeira parte, que está dividida em três blocos, é demarcado o lugar de fala do pesquisador, abordando-se os pressupostos teóricos que embasam as discussões que se faz ao longo do trabalho.

O primeiro bloco discute as diversas formas de se olhar e compreender as seqüelas da questão social. Enfoca-se a dialética como a perspectiva que capta o movimento da totalidade histórica, oferecendo uma leitura crítica acerca dos complexos fenômenos sociais.

O segundo bloco discute como as políticas sociais respondem na atualidade ao quadro de destituição e pobreza em que vivemos no país. Destaca-se o aparecimento do “terceiro setor” como responsável pela pacificação da questão social, reforçado pelo

discurso de fortalecimento da sociedade civil. Ressalta-se, ainda, a importância de se resgatar as concepções gramscianas de sociedade civil, hegemonia e emancipação, para qualificar essa discussão.

O terceiro bloco traz a Psicologia para o cenário em discussão. Apresenta-se uma crítica ao modelo hegemônico da Psicologia e à inserção dos psicólogos no setor do bem-estar sem a qualificação necessária. Busca-se uma comparação entre os psicólogos que adentram o “terceiro setor” a “novos quixotes”, por possuírem genuínos desejos de mudança, mas sem uma leitura crítica da realidade. Os preceitos da Psicologia Comunitária e da Intervenção Psicossocial são abordados como alternativas a uma cultura psicológica universalista e individualizante.

A segunda parte do trabalho apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, indicando o processo da investigação, a escolha dos participantes, os materiais utilizados e a abordagem metodológica utilizada no tratamento dos dados.

Na terceira parte, os resultados são apresentados e discutidos, analisando-se a prática social do psicólogo, a partir de seus contextos e demandas de atuação.

Por fim, na quarta parte, que encerra o trabalho, ressaltamos os principais pontos que se evidenciaram no desenvolvimento do trabalho, problematizando a inserção do psicólogo no “terceiro setor”.

Parte I: Fundamentação teórica

I.1. “Se podes olhar, vê”: as seqüelas da questão social e a perspectiva dialética

“Teria ela própria que cegar também para compreender que uma pessoa se habitua a tudo, sobretudo se já deixou de ser pessoa” (José Saramago, em Ensaio sobre a cegueira).

Falar sobre as mazelas da questão social⁵ no Brasil não se trata de nenhuma novidade, tendo em vista que habitamos um dos países mais desiguais do planeta, como vimos alhures, e muito se tem escrito sobre o assunto. Entretanto, o tema em questão é bastante complexo. A partir das mudanças do mundo globalizado, estaríamos diante de uma nova questão social?

Evidentemente, a Psicologia não poderia fechar os olhos para os problemas sociais, já que somos profissionais inseridos no campo do bem estar. Mas, de que forma podemos lidar com esse complexo fenômeno? Tais reflexões se fazem necessárias e urgentes para nossa prática social, afinal, é para a atuação neste cenário que estamos formando nossos profissionais de Psicologia.

Fenômenos como pobreza e desigualdade social (expressões da questão social) têm sido tratados de formas distintas, porém incorretas: ou não encaramos o problema de frente, ou o olhamos de forma equivocada ou insuficiente para compreendê-lo e enfrentá-lo.

⁵ A expressão “questão social” representa o reconhecimento, por parte do Estado capitalista, da necessidade de enfrentamento das diversas mazelas sociais. Sobre isso, ver Netto (2001).

A realidade a nossa volta cria, então, “inimigos invisíveis”, que assim se tornam porque não conseguimos (ou não queremos) enxergá-los. Percebemos isso claramente nos discursos dos profissionais que lidam com comunidades e sentem-se impotentes diante dos problemas que enfrentam.

Em Ribeiro (2005), encontramos uma pertinente reflexão:

Apenas verdadeiros educadores assumem a tarefa de escrever um livro destinado a encontrar a maneira certa de explicar fenômenos complexos. E o que é esta maneira certa? Sem dúvida, para os autores, aquela que, sem recusar o correto tratamento histórico e analítico de fenômenos relevantes, encontre-se dirigida aos sujeitos da prática transformadora (...) (p. 15)

A autora nos lembra, ainda, que estudos sobre a pobreza, por exemplo, são apoiados quase exclusivamente em técnicas quantitativas de pesquisa, afastando-se da análise histórica das relações sociais de produção e das singularidades da sociedade brasileira. Concordamos que não é possível compreender a pobreza no Brasil sem compreender o capitalismo, a dinâmica de classes e os interesses que conduzem as políticas e ações do Estado (Ribeiro, 2005).

Por isso, neste estudo, tentaremos entender a ação de enfrentamento das seqüelas da questão social pelo “terceiro setor”, a partir da dialética marxista.

Para Kosik (2002), a dialética trata de estudar a “coisa em si”, que não se manifesta diretamente ao homem. Para a sua compreensão, faz-se necessário, então, um *détour* (desvio). Isso se dá porque ao conhecer, o homem age como um indivíduo histórico, de forma objetiva e prática, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. O sujeito cognoscente não existe fora e apartado do mundo, mas dentro do campo no qual exercita sua atividade histórica.

A realidade é aqui concebida como *processo*, um todo estruturado. O método dialético busca, justamente, entender o real da melhor maneira possível (visto que ele só pode ser apreendido parcialmente) e buscar as conexões, as categorias que articulam a realidade. Quando separamos e isolamos artificialmente os fatos, criamos abstrações, que só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade.

Para compreender os problemas sociais, então, estamos falando de um contexto historicamente determinado, “baseado na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue” (Kosik, 2002, p. 14).

No ambiente cotidiano, o qual Kosik (2002) denominou de “pseudoconcreticidade”⁶, freqüentemente tem-se entendido pobreza e desigualdade de duas formas: pela culpabilização e pela vitimização. Nessas explicações fatalistas,

(...) o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto *independente e natural*, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. (Kosik, 2002, p. 15) (grifos nossos).

De fato, ao analisarmos as concepções de pobreza ao longo dos tempos, perceberemos uma clara determinação histórico-cultural das suas representações. No entanto, as mudanças de representação sobre o que é “ser pobre” ainda guardam esses dois traços característicos.

⁶ Segundo Kosik (2002), a práxis utilitária imediata do homem e o senso comum não dão conta da compreensão da realidade, apenas dos fenômenos que se mostram ao homem e que, ao mesmo tempo, escondem a essência, a verdade da coisa em si. No mundo imediato da pseudoconcreticidade, a diferença entre fenômeno e essência desaparecem, pois o aspecto fenomênico é considerado a essência da mesma. Para chegar à coisa em si, é preciso, então, a destruição da pseudoconcreticidade, desvendando “o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas” (p. 25).

Na via da culpabilização, tendemos a encarar a pobreza como fracasso individual. A fábula da cigarra e da formiga, conhecida de todos, demonstra os conceitos ideológicos de culpabilização presentes na noção de pobreza e desigualdade social. O sol nasce para todos.

O capitalismo global dos dias atuais não se furta às responsabilizações individuais a respeito da miséria do mundo, ao contrário, parece potencializá-lo. Isso está posto, por exemplo, no acalorado discurso acerca da competitividade do mundo do trabalho e da meritocracia.

Num outro extremo, enxergamos pobreza e desigualdade social pela via da vitimização. Como se fossem desígnios dos céus, em que tudo nos é proibido, a não ser cruzarmos os braços, como bem disse Galeano (2002). Aqui, as pessoas são vistas como incapazes de gerenciar a própria vida. É o discurso do “diz que Deus dará”. E se Deus não dá? A passividade e a acomodação reforçam a espera por dias melhores (e vice e versa): “assim pensando, o tempo passa e a gente vai ficando pra trás, esperando, esperando, esperando...”.⁷

Sob um prisma ou outro, os pobres do nosso país são vistos constantemente como invasores do espaço alheio, gerando um sentimento separatista, de preconceito e antagonismo, configurando o que Buarque (1993) denominou de “apartação social”.

Para ele, os ricos brasileiros, ao se sentirem diferentes, incorporam uma nova ética que lhes permite não sentir responsabilidade nem culpa diante da desigualdade, da pobreza urbana, da fome ao redor, da mortalidade infantil, do assassinato de meninos ou, mais recentemente, de moradores de rua. Os pobres brasileiros não são mais desiguais e

⁷ Pedro Pedreiro, canção de Chico Buarque de Holanda.

sim *diferentes*, relegados a guetos, longe dos olhos das elites. A pobreza é um estorvo desagradável, que atormenta a bela vida das classes mais abastadas. E o problema resolve-se com mais presídios, mais FEBEM, mais carros blindados, mais cercas elétricas, armando a população, enfim, muros e grades dividindo os dois mundos.

Ocorre que, numa perspectiva funcionalista (um olhar “míope” para a questão social) o sistema opera perfeitamente, sendo que indivíduos desadaptados devem ser “re”inseridos na sociedade. Enfim, as opressões são tratadas como *disfunções* da sociedade civil (Wood, 2006).

Estamos apenas *desviando* o nosso olhar das causas do problema. Dessa forma, encobrimos *contradições fundamentais* da sociedade capitalista, contradições que integram a própria natureza da relação entre as classes sociais (Saffioti, 1992). Tiramos o problema de sua raiz para olhar para outro lugar. Ou para não olhar. E tudo se torna intocável. E passamos a falar de “fim da história”⁸.

Da análise histórica do capitalismo depende a compreensão da atual hegemonia conquistada pelo mercado, em um grau que mesmo as experiências e atividades que estejam fora da sua estrutura imediata de comando são reguladas pelos seus ditames, pela necessidade de competição e de lucro. O capital invade a vida íntima das pessoas, através da criação de necessidades e controle de comportamentos políticos, sociais e culturais (Mészáros, 2002; Simionatto, 2003; Wood, 2006).

⁸ Francis Fukuyama escreveu o livro “O fim da história e o último homem”, em 1992, cujas idéias foram recebidas com euforia por teóricos liberais. Segundo o autor, chegou-se ao ápice da evolução econômica, quando as ideologias que nasceram junto ao capitalismo industrial são derrotadas, demonstrando que não há nenhuma forma econômica superior à economia de mercado e organização política melhor que a democracia liberal. Por isso, fala em seu livro de “fim da história” (Fiore, 2001).

Segundo Soto (2003), as categorias como pobreza e desigualdade são expressões teóricas, abstrações das relações sociais concretas, construções sociais específicas estreitamente vinculadas com as forças produtivas. Ao alcançar novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, conseqüentemente, mudam todas as suas relações sociais. A pobreza se compreende, no seio da sociedade capitalista, entendendo o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais que engendram esse desenvolvimento. Ainda segundo a autora, a posição conservadora da burguesia nega os antagonismos e as contradições inerentes a condições modernas de produção.

Dessa forma, é preciso ir além dessa concepção simplista de inclusão social, e perceber que “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social e desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (Sawaia, 1999, p.8).

Concorda-se com Sawaia (1999), quando diz que em lugar de exclusão, o que temos é a dialética *exclusão/inclusão*, pois fazem parte do mesmo processo. E é justamente essa lógica dialética que compreende a “exclusão social” como parte *sine qua non* do sistema, o que leva à total negação das concepções de adaptação e normatização, ou mesmo da culpabilização individual relacionada à pobreza. Ainda segundo Sawaia (1999): “o pobre é constantemente incluído, por mediações de diferentes ordens, no nós que o exclui, gerando o sentimento de culpa individual pela exclusão” (p. 9), e conclui que a exclusão “é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é *produto do funcionamento do sistema*” (p. 9) (grifos nossos).

Dentro da perspectiva adotada por este trabalho, a Psicologia e o “terceiro setor” em geral precisam compreender que o “excluído” não está à margem da sociedade, mas ele repõe e sustenta a ordem social, gerando sofrimento na lógica da inclusão perversa presente no sistema social vigente.

As ações sociais articuladas no âmbito do “terceiro setor” podem não considerar a relação entre a lógica econômica e a coesão social anteriores às situações de ruptura representadas pela “exclusão”:

Para comprender la pobreza en la sociedad capitalista es necesario entender desde una perspectiva de totalidad el movimiento histórico que le da vida. Entendiendo la pobreza misma como una construcción social transitoria y mutable, fruto y parte del movimiento de sociedad capitalista. (Soto, 2003, p. 8)

Soto (2003) ressalta duas dimensões do conceito de pobreza, que se complementam em uma perspectiva integral de análise da sociedade:

1. A pobreza como estado de necessidade e situação de privação;
2. A pobreza como processo de empobrecimento da classe trabalhadora.

A primeira é resultado da segunda dimensão, do processo de empobrecimento da classe trabalhadora na dinâmica da acumulação capitalista.

De fato, no contexto atual do capitalismo, uma das principais características do empobrecimento tem sido a precarização das relações de trabalho. Poderíamos até mesmo afirmar que o desemprego é um “mal necessário”, uma necessidade para o capitalismo, gerando instabilidade para os trabalhadores e evitando a pressão por parte dos mesmos. E, “quanto maior for o desemprego, maior o pauperismo, a miséria social” (Stotz, 2005, p. 60).

Isso quer dizer que, embora no nosso atual cenário político, social e econômico, existam novos elementos, novas faces, novas expressões imediatas da questão social, que poderiam levar a pensar que é nova, “ela continua a manter os traços essenciais e constitutivos da sua origem” (Pastorini, 2004, p. 12)⁹. Trata-se aqui de entender, afinal, quais são as categorias que estão superadas, quais são as demandas não integráveis à lógica capitalista. No limite, essas são questões *insolúveis para o capital*:

As desigualdades sociais não foram resolvidas, mas, ao contrário, acirraram-se, a partir da nova forma de expressão do capitalismo, a divinizada globalização, que coloca em xeque o papel do Estado, os direitos sociais e os projetos da classe trabalhadora”. (Siminonatto, 2003, p. 277).

No entanto, parece que a crítica ao capitalismo está fora de moda, diante da fragmentação do discurso pós-modernista, por um lado, e do neoliberalismo, por outro. Estaríamos de fato na era do fim do trabalho¹⁰, e devemos, então, dar adeus à teoria marxiana?

Segundo Giddens (2001), na sua defesa de “uma terceira via”¹¹, “não há futuro para o igualitarismo a qualquer custo” (p. 89) e “as políticas projetadas para promover a igualdade devem ser focalizadas (...) na *liberdade total de uma pessoa em buscar seu bem-estar*” (p. 91) (grifos nossos). Ora, pensar em algo assim, em um país como o Brasil, onde nem mesmo os direitos básicos estão garantidos, seria uma lógica bastante perversa.

⁹ Para uma maior compreensão a respeito da chamada “nova questão social”, faz-se importante recorrer a autores como Lenoir (1994), Rosanvallon (1995), Castel (2001). Tais autores acreditam que há uma nova questão social na era pós-industrial, determinada pelo que Rifkin (1995) denominou de “fim dos empregos”.

¹⁰ Ver, mais uma vez, Rifkin (1995).

¹¹ A “terceira via” foi originalmente descrita pelos democratas americanos como “novo progressismo”, defendendo a tese de que um recomeço na política exigia lidar com um mundo em mudança. As pedras fundamentais do novo progressismo são oportunidades iguais, responsabilidade pessoal e mobilização de cidadãos e comunidades (Giddens, 2001, p. 12).

Wood (2006) afirma que o materialismo histórico aborda a unidade *sistêmica* do capitalismo e sua *historicidade*, por isso não há lugar para a sua inevitabilidade e “fim da história”:

(...) não devemos permitir que nossa concepção de emancipação humana se restrinja pela identificação da democracia formal com o capitalismo. Se pensarmos a emancipação humana como pouco mais que uma extensão da democracia liberal, então talvez nos convençamos de que afinal o capitalismo é a melhor garantia. (p. 217)

Para Pastorini (2004), o problema das desigualdades capitalistas não radica senão na desigual distribuição da riqueza acumulada pelo sistema produtivo e, por isso, o problema não pode ser resolvido nas suas margens, no momento da redistribuição:

(...) no estágio atual do capitalismo, comandado pelo projeto neoliberal, seria impensável a inclusão de todos, nem como trabalhadores, nem mesmo como beneficiários das políticas sociais, pois a inserção de todos colide com a lógica do próprio sistema. (p. 60)

Mais uma vez, percebemos que a análise das seqüelas da questão social não pode ser individual, travestida de uma lógica que pensa uns indivíduos dentro e outros fora, sem considerar a questão social como contradição fundamental.

Concorda-se com Wanderley (1999), quando diz que é preciso romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade, para a efetivação de políticas que contribuam com o processo democrático. Mas, para isso, requer-se ação e *sujeitos políticos* capazes de romper com a situação de submissão em que vivem (Pastorini, 2004).

Para sair do discurso funcionalista e fatalista, precisamos vislumbrar outras possibilidades de interpretação por parte dos próprios sujeitos, para que concebam posturas críticas, que podem desencadear ações organizativas, que explicitem seus potenciais de

sujeitos e de comunidade. Acordando. Saindo do que Demo (2003) chamou de “pobreza política”, que é a negação da autonomia emancipatória. Fazendo novas construções sobre si mesmo, sobre sua comunidade, sobre seu mundo. Ou ainda, como descreve magistralmente, Vinícius de Moraes: “adquirir uma nova dimensão, a dimensão da poesia”.

Gramsci (1978) já indicava, que as classes subordinadas precisavam se libertar da sua dependência dos intelectuais burgueses, para que pudessem desenvolver e disseminar sua própria cultura, abandonando posturas fatalistas. Para ele, “as classes populares *sentem*, mas nem sempre *compreendem* ou *sabem*, já o intelectual¹² *sabe*, mas nem sempre *compreende* e especialmente *sente*” (Gramsci, 1978, p. 101). Sua proposta de “reforma intelectual” da sociedade indicava que, historicamente, as pessoas só podem atingir algum nível de emancipação, depois de atingir um nível mais alto de conhecimento, uma consciência superior:

A compreensão crítica de si mesmo advém, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real (Gramsci, 1978, p. 29).

Dessa forma, as pessoas conseguem compreender seu próprio *valor histórico*, sua função na vida, direitos e deveres (Buttigieg, 2003). A realidade pode ser mudada só porque, e na medida em que, saibamos que nós produzimos a realidade (Kosik, 2002).

¹² Para Gramsci (1978) todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Gramsci afirma que, historicamente, se formam categorias especializadas para o exercício da função intelectual, em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente com os grupos mais importantes e sofrem elaborações mais amplas e complexas com o grupo social dominante. Para o autor, uma das características mais marcantes de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é a luta ideológica pela assimilação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais. Essa assimilação e conquista será mais rápida e eficaz na medida em que o grupo elabora, simultaneamente, seus próprios intelectuais orgânicos (p. 9).

Na nossa prática social, poderíamos dizer que, se não estimulamos a organização, a participação e a emancipação da comunidade, não estaremos fazendo nada por ela.

Desesperançosos de que os programas governamentais possam trazer respostas eficazes, há, então, o chamamento da sociedade civil para a *participação*.

A nova campanha da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre “As Metas do Milênio” nos diz: Somos seis bilhões de vozes, *nós podemos mudar o mundo*.¹³

Na verdade, somos seis bilhões de vozes emudecidas. E de diversas formas.

No entanto, o discurso atual é de que é preciso agir, é preciso começar, construir parcerias no enfrentamento da pobreza. É dito que precisamos nos *organizar*.

Aqui é preciso ter cuidado. Precisamos nos organizar para quê? Para quem? Quais os sentidos de participação e organização presentes no “terceiro setor”?

Que armadilhas o discurso das parcerias e do “terceiro setor” nos coloca? Afinal, qual o papel da sociedade civil frente ao quadro delineado aqui? A quem as ONGs e outras instituições estão representando? Estamos perdendo a nossa capacidade de reivindicar? Estamos levando a problemática da pobreza para o campo da filantropização e retirando da seara política, que é o lugar onde deveria estar?

À luz das reflexões postas, sem querer esgotar temática tão complexa, passaremos a discutir qual o papel das instituições do “terceiro setor” no enfrentamento das seqüelas da questão social.

¹³ O chamado Projeto do Milênio da ONU, lançado em 2002, propõe soluções para as mazelas sociais, através de 08 objetivos gerais que devem ser alcançados pelos países até 2015. O projeto prevê a ampla participação da sociedade civil para sua consecução, através da construção de redes de solidariedade, por exemplo. Os objetivos são: (1) Erradicar a extrema pobreza e a fome, (2) Atingir o ensino básico universal, (3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, (4) Reduzir a mortalidade infantil, (5) Melhorar a saúde materna, (6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, (7) Garantir a sustentabilidade ambiental e (8) Estabelecer uma parceria para o desenvolvimento.

I.2. Fortalecimento da sociedade civil e as armadilhas do “terceiro setor”

“A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar. Mas eis que chega a roda viva e carrega o destino pra lá...”
(Roda Viva, Chico Buarque de Holanda)

O modelo econômico vigente no nosso país, sustentado nas raízes do liberalismo, não aponta para a solução das desigualdades aqui discutidas. A política neoliberal reforça a estrutura histórica da sociedade brasileira, focalizada na divisão social e nos privilégios da classe dominante. No Brasil, essa política econômica leva ao extremo o abismo entre as classes sociais e a exclusão das camadas pobres, através do desemprego, da desorganização política e da difusão da alienação. A sociedade brasileira, outrora organizada em movimentos sociais e populares, caminha para trás na história da construção da cidadania.

Em nome de uma sociedade “indivisa, pacífica e ordeira” (Chauí, 2000, p. 91), as relações tornaram-se intoleráveis às diferenças e aos conflitos, utilizando outros mecanismos de opressão.

Uma sociedade de fato organizada, que expõe esses conflitos e essas contradições, é vista como perigosa para o Estado. Por outro lado, a classe dominante brasileira é extremamente eficaz em inibir as ações sociais, como assistimos claramente na época da ditadura. Atualmente, ocorreram mudanças estruturais nos mecanismos que controlam a sociedade: a dominação baseada na força perde espaço para a dominação baseada no *convencimento*.

Dessa forma, as políticas sociais concentram-se essencialmente na *compensação*, apresentando-se aos “excluídos”, geralmente, como ajuda ou favores. Segundo Castel (2000), “as medidas tomadas para lutar contra a exclusão tomam o lugar das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, que teriam por objetivo controlar sobretudo os fatores de dissociação social” (p. 32). Dessa forma, a crença de que se pode intervir sobre os efeitos de um suposto disfuncionamento social, produz medidas paliativas que não interferem sobre os processos causadores da pobreza, mas pacifica os “beneficiários” que se sentem cidadãos atendidos em suas necessidades.

Esse autoritarismo social e político instaurado no Brasil vem reforçando a predominância de um Estado que deveria harmonizar as relações entre capital e trabalho. No entanto, harmoniza-se apenas com o capital, tornando a ascensão dos trabalhadores um sonho distante.

Na tentativa de obter um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, a ideologia neoliberal, baseada na visão funcionalista do sistema, desmonta o Estado como garantidor dos direitos sociais e as políticas públicas como concretizadoras desses direitos (Pereira, 2003).

O discurso da ineficiência do Estado traz para o cenário, com bastante visibilidade, as ações de *parceria* entre sociedade civil, Estado e Mercado. O cenário político atual apresenta um novo e importante parceiro no combate à pobreza: o “terceiro setor”. Tal mudança de cenário pode ser observada na Figura 1:

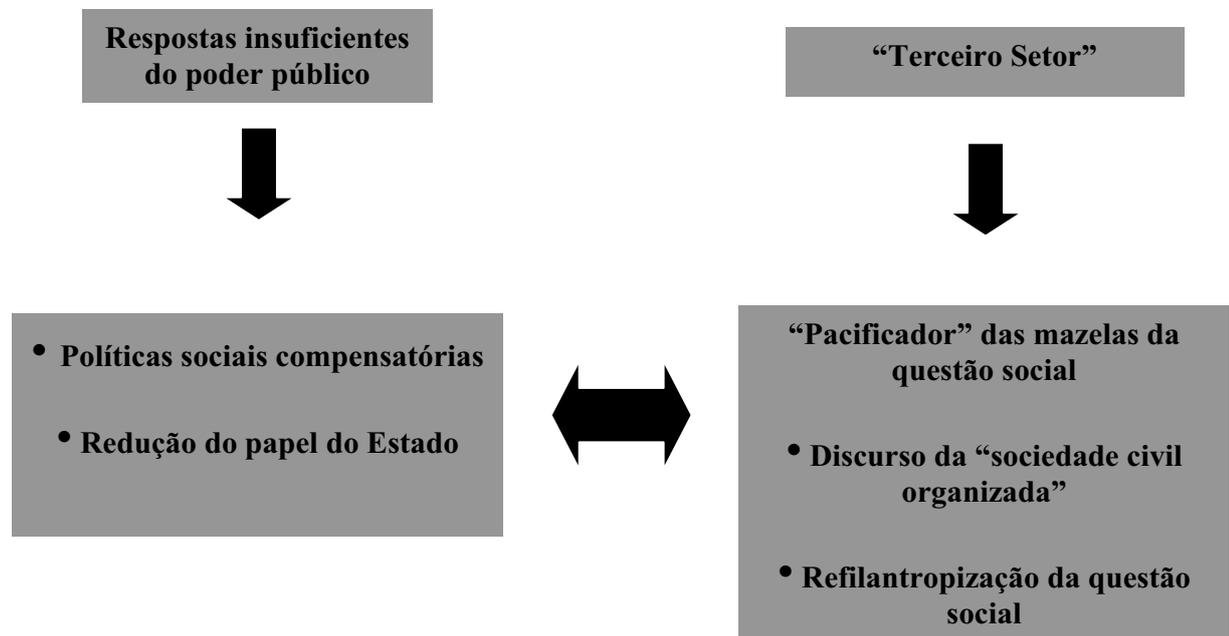


Figura 1. Cenário atual para o enfrentamento da pobreza.

Montaño (2003) já chamava a atenção para a funcionalidade do “terceiro setor” com o processo de reestruturação do capital, “particularmente no que refere ao afastamento do Estado das suas responsabilidades de resposta às seqüelas da ‘questão social’, sendo, portanto, um conceito ideológico (como falsa consciência) portador de encobrir e desarticular o real” (p. 16). O referido autor relaciona o processo de minimização do Estado à direita neoliberal e à expansão do “terceiro setor” à nova esquerda, que utiliza o discurso do “fortalecimento da sociedade civil”, porém considera que ambos são concomitantes e vinculados.¹⁴

¹⁴ Ver também Montaño (1999).

Na verdade, o discurso de que o Estado transfere sua responsabilidade para instituições do “terceiro setor” traz um fator extremamente preocupante: o discurso de que a questão social está sendo cuidada.

O que se observa no campo do “terceiro setor” é que, não obstante a grande quantidade de recursos que circula nesse campo¹⁵, a maioria das instituições funciona em condições precárias, com recursos escassos e sem garantia de continuidade de suas ações. E com a redução dos gastos com o social, é o “terceiro setor” quem deve se responsabilizar em angariar recursos para as demandas sociais. O Estado deixa de ser um instrumento para a correção das desigualdades geradas pelo capitalismo e passa a ser um fomentador dessas iniciativas (Dadico, 2003).

Segundo Gohn (2005), há a necessidade de aumentar o número de estudos e pesquisas sobre as ONGs, para se ter conhecimento da sua realidade, sobre sua natureza, comportamento e papel na sociedade, já que a Universidade não tem dado a atenção devida a essas questões. Para a autora, é preciso aumentar o número de estudos feitos por não-militantes ou não-profissionais das ONGs, para se evitar os vieses na leitura desse fenômeno: “difícilmente um “ongueiro” ou “ex-ongueiro” se liberta dos condicionamentos da forma de ver e agir do mundo das ONGs. Sua visão de mundo fica marcada pela leitura que as ONGs fazem desse mundo” (p. 101).

Para muitos autores, o “terceiro setor” é um campo novo, ainda em construção, mas que está posto e caminhando a passos largos. Parece inevitável, na nossa conjuntura

¹⁵ A reportagem “Muito além do lucro”, da revista Empresas e Empresários, de setembro de 2005, afirma que empresas e organizações ligadas ao terceiro setor movimentam anualmente cifras milionárias no Rio Grande do Norte. Cita o exemplo da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN – AACC, de apoio à agricultura familiar, que tem o orçamento anual de 2 milhões de reais.

atual, falar sobre “terceiro setor”. Concorde-se com Egler (2005), quando diz que a questão relevante é o futuro, ou como esse quadro evolui.

Para ele, é preciso uma ampla discussão sobre os papéis que legitimamente devem ser assumidos por essas instituições, e quais aqueles que lhes estão sendo atribuídos pela falência das instituições que constituem o Estado. E pergunta: o que estamos propondo com relação ao futuro do Estado? O que estamos construindo com as atitudes que hoje desenvolvemos? Se entendermos que o Estado tem papel fundamental na construção de um processo democrático, a reconstrução das instituições governamentais é elemento chave deste processo de resgate.

Sendo assim, o que buscaríamos, então, com o chamado fortalecimento da sociedade civil? Na era da globalização, qual o lugar dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais, ou mesmo desse “terceiro setor”? Estamos falando do mesmo fenômeno ou de coisas distintas?

Sobre isso, Blanco (2002) também se questiona:

La tarea principal que hemos asumido es la de plantear criterios para la discusión de las posibilidades que ofrecen las ONG para la participación política, es decir, las posibilidades reales de añadirse a los repertorios de acción política de los ciudadanos. *Eso nos lleva a preguntarnos, ¿en nombre de qué o de quién ocupan un lugar en el espacio público?* (grifos nossos) (p. 30)

Uma primeira pergunta que ajudaria a pensar essa questão seria: o que é “terceiro setor”? Mas, a busca dessa definição não constitui tarefa fácil.

Segundo Coelho (2000), a denominação “terceiro setor” coloca em evidência o papel econômico que essas organizações assumem, principalmente na economia americana. Dessa forma, ao analisar o fenômeno do “terceiro setor”, vale salientar que adotamos a

mesma perspectiva de Montaño (2003), colocando o termo sempre entre *aspas*, naquilo que alude ao referencial teórico marxista, indicando que o conceito de “terceiro setor” tem sua origem ligada a “visões segmentadoras, setorializadas da realidade social (nas tradições positivista, neopositivista, estruturalista, sistemista, funcionalista, do pluralismo e do institucionalismo norte-americano)” (p. 16).

1.2.1. Estado, Mercado e Sociedade Civil: novos papéis?

Já ouvimos dizer: para nos sentirmos realizados devemos plantar uma árvore, ter um filho, escrever um livro. Alguém acrescentou à lista: e abrir uma ONG.

Por que cada vez mais esse tipo de instituição ganha espaço, ganha força, ganha dinheiro? O que faz com que tantas pessoas se engajem nas suas ações? Solidariedade? Desemprego? Ou um pouco de tudo isso?

Nas últimas duas ou três décadas do século XX, tem sido generalizado o uso da denominação “terceiro setor” para designar esse segmento crescente de organizações voluntárias sem fins lucrativos, nem dependência estrita do governo, em sociedades com economia de mercado e com regime político liberal democrático. Com o tempo, o uso desse conceito se estendeu para sociedades em vias de desenvolvimento (como o Brasil), ou para sociedades com características das mais diversas (Pérez-Días & Novo, 2003).

Para Gohn (2005), o “terceiro setor” é um tipo de Frankstein: grande, desajeitado, construído de pedaços, com múltiplas facetas. Bastante contraditório, pois ora se apresenta como conservador, ora como progressista, como se tivesse duas faces, ora médico, ora monstro...

Na verdade, a grande heterogeneidade e diferenciação entre instituições que o compõem, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações, Instituições Filantrópicas, Associações, dentre outras, dão a exata dimensão desse *Frankenstein*.

As origens e conceituações do “terceiro setor” não são unívocas e englobam esse emaranhado de instituições com histórias e vocações distintas, sendo em geral definidas por *organizações de direito privado, que visam serviços e bens públicos* (Carneiro Júnior, 2002, Fernandes, 1994, Coelho, 2000), formando parte de um tecido social associativo. O difícil é ainda dizer: o que faz parte e o que está fora dele?

Em países desenvolvidos o “terceiro setor” tem atendido a determinados coletivos sociais, na tentativa de evitar que fiquem excluídos de níveis suficientes de bem-estar:

(...) la recomendación es que los gobiernos deberían cesar de ver con reticencia las iniciativas privadas en la esfera del interés público y explotar su potencial de solución creativa de problemas, facilitando e incentivando su desarrollo, a lo que se añade la recomendación complementaria de que la sociedad se decida a tomar esa iniciativa sin esperar el permiso ni a la incentivación del estado (Pérez-Días & Novo, 2003, p. 27).

Afinal, a estratégia do “terceiro setor” é adotada por sociedades neoliberais e capitalistas desenvolvidas, em substituição à estratégia keynesiana de gestão da economia e do estado de bem-estar, com a crise econômica da década de 1970, que revelou seus limites para esses países.

A estratégia neoliberal visava, como sabemos, a contenção com gastos sociais. Fez-se evidente que o Estado não ia poder satisfazer todas as demandas sociais suscitadas no período pós-guerra, como se havia estabelecido na expansão do *Welfare State*¹⁶.

Outro fator determinante foi o progressivo envelhecimento das populações, fazendo soar um alarme sobre a viabilidade futura do estado de bem-estar: era necessário racionalizar e controlar o crescimento dos gastos sociais.

Pensou-se, nesse contexto, que o Estado não era o único que atendia às necessidades sociais nas sociedades capitalistas, mas que organizações sem fins lucrativos já estavam fazendo esse trabalho, há tempos, sem pesar sobre os cofres públicos. Estas organizações privadas e sem fins lucrativos não eram um fenômeno recente, sempre haviam estado ali, e algumas delas contavam com uma dilatada história. Porém, até então, haviam carecido de visibilidade institucional. Foi considerado que o desenho bisetorial (Estado e Mercado) do capitalismo misto do pós-guerra, não lhes conferia um papel distintivo (Pérez-Días & Novo, 2003).

A literatura atribui a data de nascimento do “terceiro setor” à investigação realizada pela comissão Filer¹⁷, nos Estados Unidos, na década de 1970. A análise realizada pela comissão mapeou o trabalho desenvolvido pelas instituições do setor não lucrativo naquele país, nas áreas de saúde, educação, serviços sociais e cultura, além da geração de empregos e contribuição para a vida política. Pela primeira vez, se pressupôs que esse

¹⁶ O chamado “consenso do pós-guerra” permitiu o estabelecimento de alianças entre classes e institucionalizou a possibilidade de políticas mais abrangentes e universalizadas, baseadas na cidadania e no compromisso governamental com aumento de recursos para expansão de benefícios sociais (Behring & Boschetti, 2006).

¹⁷ A comissão Filer era composta por um grupo de pesquisadores norte-americanos, denominada *Commission on Private Philanthropy and Public Needs*, que iniciou seus trabalhos em 1973, financiada pela Fundação Rockefeller e com o apoio de importantes componentes políticos (Pérez-Días & Novo, 2003).

conjunto de instituições constituíam um setor diferenciado e autônomo (Pérez-Días & Novo, 2003, Salamon, 1999, Coelho, 2000).

Inicialmente, parecia que o “terceiro setor” era uma singularidade norte-americana. Ao final do século XX, ele já era visto como um fenômeno universal. Supõe-se que tem crescido em todas as dimensões, nos últimos anos, principalmente nos países mais desenvolvidos, onde é o responsável por pelo menos 5% do PIB nacional (Salamon, 1999).

Mas, o que dizer do papel do “terceiro setor” em países em que a grande maioria da população vive em condição de pobreza absoluta, e seus direitos de assistência básica não são garantidos em nenhum nível?

Existem grandes diferenças no tamanho do “terceiro setor”, por países e regiões. Por exemplo, na América do Norte e Europa Ocidental ele é muito maior do que em países em vias de desenvolvimento, como na América Latina, como demonstra a Figura 2:

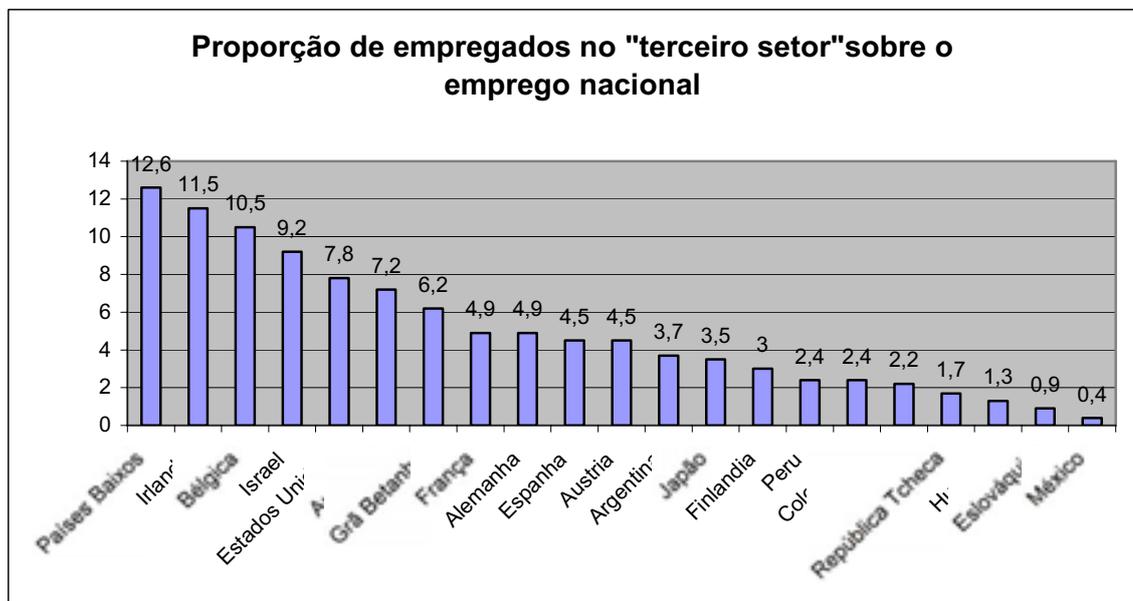


Figura 2. Proporção de empregados no "terceiro setor" sobre o emprego nacional. Adaptado de Salamon (1999)

No entanto, seu tamanho vem crescendo a passos largos em países em desenvolvimento, como afirma Cardoso (2005):

No Brasil, como de resto em toda a América Latina, o Terceiro Setor existe, está em processo de fortalecimento e *tem um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios como o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social* (p. 9) (grifos nossos).

De fato, o último levantamento nacional realizado pelo IBGE em parceria com IPEA, GIFE e ABONG, no ano de 2002, identificou a existência de 275.895 organizações, com 1.541.290 funcionários assalariados. Nesse levantamento, apenas 21% das ONGs recebiam recursos públicos, enquanto 46% trabalhavam com a geração de recursos próprios e 33% com investimento privado.

Conforme sugere Ballón (2004), podemos identificar três gerações de ONGs na América Latina: as missionárias e militantes dos anos de 1970; as promotoras de democracia dos anos de 1980 e início da década de 1990; e as profissionais e até tecnocráticas da segunda metade da década de 1990 em diante, constituindo um segmento bastante heterogêneo e, por muitas vezes, ambíguo.

Embora com nova roupagem, novo papel, novas definições, tais organizações também atuam há muito tempo no cenário social brasileiro, baseadas em conceitos de filantropia e beneficência, como as Santas Casas e as obras sociais ligadas geralmente às Igrejas. A mudança está em como se coloca o “terceiro setor” nos dias atuais, fortalecendo-se, pleiteando igualdade em relação ao Mercado e ao Estado, oferecendo soluções aos problemas sociais mais emergentes do país.

Além disso, as organizações que antes eram calcadas no princípio cristão da caridade, passam a buscar, no desenvolvimento de suas ações, maior impacto e eficiência

para a questão social, principalmente com relação à pobreza crônica e aos baixos índices de desenvolvimento humano.

Surgem, então, novos paradigmas, como interesse público, investimento social, transparência e ética na gestão, prestação de contas e eficiência, que não existiam no antigo regime de utilidade pública concebido nos anos trinta sob a égide de um governo paternalista.

No ano de 1997, inclusive, o Governo Federal realizou diversas reuniões com representantes de organizações do “terceiro setor”, através do Conselho da Comunidade Solidária, a respeito do “marco legal do terceiro setor”, identificando-se as principais dificuldades legais relativas às organizações da sociedade civil. Em 1998, foi enviado projeto de lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sancionado no ano seguinte como Lei nº 9.790/99.¹⁸

A lei das OSCIPs pretendeu trazer à tona o novo perfil desejado para as entidades do “terceiro setor”: organizações que devem pautar suas ações por princípios éticos de gestão, administradas por profissionais qualificados e remunerados, capazes de planejar estrategicamente suas ações e desenvolver programas de interesse público eficazes, usando com eficiência os recursos que lhes forem alocados.

No entanto, poucas ONGs aderiram à terminologia, influenciadas pela Associação Brasileira de Organizações não-governamentais – ABONG (Ferreira, 2005).

¹⁸ É bem verdade que a primeira lei brasileira que regula as organizações não-governamentais data de 1916, dando-lhes o título de utilidade pública e imunidade fiscal. Em 1959, elabora-se uma lei com novas exigências para obtenção de certificado de fins filantrópicos, na tentativa de obter mais controle sobre essas organizações (Coelho, 2000).

Segundo Ferreira (2005), a ABONG desestimula os filiados a se qualificarem como OSCIP, pois isso está atrelado à lógica do Banco Mundial de parceria na execução de políticas públicas, o que gera um esvaziamento das funções do Estado. Acrescenta ainda que, a despeito de preconizar a independência das ONGs em relação ao Estado, a ABONG defende a realização de parcerias com repasse de recursos públicos. Estaríamos diante de mais uma contradição nesse campo? É inegável que a relação de parceria com o Estado limita a aclamada autonomia das Organizações *Não-governamentais*.

Para Behring (2003), o Programa Comunidade Solidária contribuiu para a desintegração do padrão de seguridade, preparando o terreno para uma redefinição conservadora dos programas sociais, de perfil seletivo e focalizado, dissociado das instâncias democráticas de participação.

No entrelaçar de ações que articulam ONGs e outros atores da sociedade civil, vários discursos problemáticos se sobrepõem, constituindo verdadeiros dilemas.

Alheios às controvérsias do campo, os teóricos do “terceiro setor” o concebem como um espaço de sinergia entre público e privado¹⁹, e para isso, definem novos papéis no cenário social, conforme demonstra a Figura 3:

1º Setor	Estado	Universalizador e regulador (recursos públicos para fins públicos).
2º Setor	Iniciativa Privada	Gerador de riqueza de forma responsável (recursos privados para fins privados).
3º Setor	Sociedade Civil	Mobilizador de capital social (recursos privados para fins públicos).

Figura 3. Novos papéis.
Adaptado de Fernandes (1994)

¹⁹ Para entender mais sobre as concepções de autores que têm realizado a defesa do “terceiro setor” no Brasil, ver, entre outros, Ioschpe (2005), Fernandes (1994).

Para Fernandes (2005), o “terceiro setor” é um composto de organizações sem fins lucrativos, com ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, que dá continuidade às práticas de caridade e filantropia, mas incorpora novas manifestações da sociedade civil.

A defesa do “terceiro setor” vai além. Considera-se, inclusive, numa mirada insuficiente sobre o campo, que ele seria responsável por um processo de libertação:

O setor de ONGs está crescendo mais rapidamente do que os outros dois. O problema é que os participantes do Terceiro Setor estão em um *status* neocolonial. Pensam como um setor subjugado. Suplicam ao governo, ao mercado e às instituições filantrópicas para obter verbas. Têm de compreender que o governo está começando a desaparecer da vida das comunidades, que seu papel é cada vez menos importante, que está passando a delegar verbas e programas (...). Que vai acontecer com as fundações? A responsabilidade da vida cívica passará a ser delas e do setor não-governamental. *Esse é o processo de libertação.* (Rifkin, 2005, p. 20) (grifos nossos).

Rifkin (1995) faz ainda previsões preocupantes, e confunde direitos adquiridos com mera assistência: “Organizações do terceiro setor provavelmente também assumirão a tarefa de fornecer cada vez mais serviços básicos, em função dos cortes na *ajuda* governamental e assistência a pessoas e comunidades carentes” (grifos nossos) (p. 272). Para ele, isso levaria as pessoas a serem “forçadas” a se organizarem em comunidades para sobreviver. É justamente essa idéia empobrecida de *organização da sociedade civil* que discordamos neste trabalho.

Ao olhar o “terceiro setor” pelo prisma dele mesmo, percebe-se que há um esforço em organizar critérios para estabelecer o que estaria dentro e fora, qual seria a sua definição. Ainda assim, assistimos a uma confusão de sentidos e significados, como afirma o próprio Fernandes (2005): “A irmã de caridade que defende sua creche como uma ‘ação

de cidadania’ ou o militante de organizações comunitárias que elabora projetos para o mecenato empresarial tornaram-se figuras comuns” (p. 27).

Será que esse conjunto heterogêneo de organizações tem mesmo algo em comum? Ainda segundo Fernandes (2005), ele teria, ente outras, as seguintes características que as identificam:

1) Faz contraponto às ações de governo (a idéia de que não há nenhum serviço público que não possa ser trabalhado por iniciativas privadas);

2) Faz contraponto às ações do mercado (a idéia de que o “terceiro setor” pressionaria a cultura empresarial para tornar-se mais consciente e investisse no social).

Além disso, é ponto pacífico entre os teóricos do “terceiro setor” que ele teria como caráter básico a alteração do *status quo*.

Logo, nem toda organização sem fins lucrativos pode integrar o “terceiro setor”. A questão que volta a se repetir é até que ponto estamos assistindo a transformações de base?

Ainda são acrescentados alguns critérios para esse enquadre, como, por exemplo, que sejam:

1. *Privadas*: não integrantes do aparelho do Estado;
2. *Sem fins lucrativos*: não distribuem eventuais excedentes entre proprietários ou diretores; não geração de lucros;
3. *Institucionalizadas* – legalmente constituídas;
4. *Auto-administradas* ou capazes de gerar suas próprias atividades;
5. *Voluntárias* – no desejo de constituir-se.

No Brasil, três figuras jurídicas atendem a esses critérios: Associações, Fundações²⁰ e Instituições Religiosas (Szazi, 2003). A denominação ONG, por exemplo, não existe juridicamente, e para que seja reconhecida de utilidade pública deve assumir uma dessas personalidades.

Como exemplo de composição do “terceiro setor”, teríamos:

- Associações comunitárias;
- Movimentos Sociais (ainda que não legalmente constituídos);
- ONGs temáticas ou de serviços (Defesa de direitos / atendimento social);
- Entidades filantrópicas tradicionais (instituídas antes da década de 70);
- Fundações e institutos empresariais.

Não são consideradas instituições do “terceiro setor”, por utilizarem recursos privados para interesses de grupos específicos:

- Partidos políticos, entidades sindicais, condomínios, cartórios, sistema S (SESI, SENAI, SESC, SEBRAE);
- Entidades recreativas, esportivas e de lazer, clubes de serviço, fundos de pensão, escolas.

Trata-se de uma composição que está sendo mobilizada para finalidades tão variadas, de impulsos tão contraditórios, que não se sabe aonde se quer chegar. É impossível pensar o “terceiro setor” a partir de uma única linha teórica ou de ação, bem

²⁰ “*Associação* é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultado financeiro entre elas. *Fundação* é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma a partir da existência de um patrimônio destacado pelo seu instituidor para servir a um objetivo específico, voltado a causas de interesse público” (Cartilha do Terceiro Setor, OAB São Paulo, 2005).

como é impossível pensar que esse emaranhado de instituições busca de maneira equitativa a transformação social.

Mais difícil ainda é pensar o conceito de sociedade civil pensado a partir de algo tão difuso e separado da seara das reivindicações políticas, como na afirmação abaixo:

Lo que está en el debate en los discursos en torno a las ONG (pero no solo en ellos), es el espacio de lo social en el marco de esa “naturalización” burguesa de la relación público-privado, Estado-individuo, política-economía, o, dicho de otro modo, la revisión del espacio de la sociedad civil (Blanco, 2002, p. 29).

Enfim, o chamado “terceiro setor”, na realidade não existe, como já demonstraram outros autores.

Podemos afirmar que, sem desmerecer as intenções de inúmeros profissionais e voluntários que atuam nesse âmbito, em busca de uma transformação social, não há sustentação para a tese de um papel realmente transformador atribuído ao “terceiro setor”. É preciso deixar claro, desde o início, que devemos primar pela garantia dos direitos básicos da população, e aqui se fala em *direitos adquiridos e garantidos*, e não solidariedade, como querem os defensores do “terceiro setor”. Por isso, esse debate não pode se esgotar em si mesmo.

I.2.2. Sociedade Civil e Participação Política

Os teóricos do “terceiro setor” têm apresentado distorções acerca do conceito de sociedade civil, quando o colocam numa perspectiva de contraposição ao Estado, como vimos anteriormente.

Segundo Wood (2006), a evolução do conceito de sociedade civil separado do conjunto de reivindicações políticas está relacionado, desde o início, ao desenvolvimento da propriedade privada, como sede distinta e autônoma do poder social.

Ainda segundo a autora, Marx transformou a distinção entre Estado e sociedade civil, preconizada por Hegel, negando a universalidade do Estado e insistindo que ele expressava as particularidades da sociedade civil e suas relações de classe. Dessa forma, a diferenciação conceitual de Estado e sociedade civil foi uma pré-condição da análise do capitalismo em Marx. Apenas com a reformulação gramsciana foi ressuscitado o conceito de sociedade civil como princípio organizador central da teoria socialista e elemento enriquecedor da teoria marxista de Estado (Wood, 2002, Coutinho, 1981).

Para Gramsci (1978), o conceito de *bloco histórico* expressa justamente o entrelaçamento de duas esferas: a sociedade civil e a sociedade política, que só devem ser separadas conceitual e metodologicamente, mas não concreta e organicamente:

(...) pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados” e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (...). *Essas funções são precisamente organizativas e conectivas* (grifos nossos) (Gramsci, 1979, p. 11).

A sociedade civil compõe-se de aparelhos que buscam dar direção intelectual e moral à sociedade, determinando a hegemonia cultural e política de uma das classes sobre o conjunto da sociedade. A sociedade política é uma extensão da sedimentação ideológica promovida pela sociedade civil, que se expressa nos aparelhos coercitivos do Estado, visando adequar as massas à ideologia dominante, como afirma Campione (2003):

A distinção que Gramsci efetua entre sociedade civil e sociedade política tem uma finalidade heurística, como caminho para analisar os diferentes mecanismos de um campo e de outro, mas não assimila, como o faz a teoria liberal, sociedade política a Estado e sociedade civil a não-Estado (p. 53).

Segundo o autor, na concepção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil. O Estado seria, então, o equilíbrio entre sociedade civil mais sociedade política.

Assim, o *fortalecimento da sociedade civil*, para Gramsci, está relacionado com a socialização da produção e não com a retirada do Estado, no provimento de recursos sociais no estágio político atual. Ao contrário, cabe ao Estado, compreendido como sociedade política e sociedade civil, promover a socialização da economia (Dadico, 2003).

Logo, as organizações sem fins lucrativos somente significarão novas formas de gestão do público para a cidadania, na medida em que sua lógica de ação contribua realmente para a ampliação dos espaços de participação política (Blanco, 2002).

Assistimos atualmente justamente o contrário, com a desmoralização generalizada da classe política. As conseqüências são a despolarização voluntária de diversos setores sociais e o esfacelamento da sociedade civil. O conceito de sociedade civil está sendo mobilizado para servir a variados fins, desde ao feminismo, ecologia e paz, o que traz conseqüências, como explicita Wood (2006):

O efeito é fazer desaparecer o conceito de capitalismo ao desagregar a sociedade em fragmentos, sem nenhum poder superior, nenhuma unidade totalizadora, nenhuma capacidade de intervir em todos os aspectos da vida social. (p. 210).

Ora, o que a autora nos chama a atenção é que, ainda assim, é impensável negar a lógica totalizante do capitalismo, pois todas essas “novas” esferas e identidades nascem dentro da sua força determinante, do seu sistema de relações sociais e de seu impulso de acumulação, transformando a vida social e criando o mercado como necessidade. Tal fragmentação apenas enfraquece a força analítica e normativa da sociedade civil, assim como limita sua utilidade na “orientação de *projetos emancipatórios*” (Wood, 2006, p. 212).

Para a autora citada, essa abordagem, além de não nos deixar ver a totalidade dos fenômenos sociais, cria uma pluralidade de lutas isoladas, todas submetidas ao mesmo tipo de exploração: “Uma sociedade verdadeiramente democrática tem condições de celebrar diferenças de estilo de vida, de cultura ou de preferência sexual: mas em que sentido seria “democrático” celebrar as *diferenças de classe?*” (grifos nossos) (p. 223)

Tendo em vista que as organizações sem fins lucrativos da América Latina atuam em um continente de extrema desigualdade, que índices reais de redução da pobreza e de exclusão social apresentam essas instituições? Quais são, de fato, os impactos de suas ações? Ou, dito em outras palavras, qual a sua real capacidade de responder a essa demanda, sem isentar o Estado do compromisso com a garantia dos direitos fundamentais da população?

Faz-se importante destacar que, diante de toda pesquisa realizada no desenvolvimento deste trabalho, não foi encontrado nenhum tipo de avaliação de impacto das ações deste setor em relação à diminuição real dos índices de pobreza²¹.

Não se pode negar, entretanto, que o “terceiro setor” tem se mostrado um importante mobilizador de reflexão, de recursos e de ação, resgatando conceitos como solidariedade e cidadania, e despertando o debate sobre a superação da realidade de fragilidade social observada no nosso país. A grande questão é a que lugar chegaremos com essas ações, afinal, pouco importa “participar”, isentando o Estado de suas funções “que nem o mais inovador e altruísta setor da sociedade é capaz de exercer” (Pereira, 2003, p. 78).

Ao incorporar a lógica do mercado, as organizações do “terceiro setor” vêm olhando os problemas pela lógica dos projetos, e deixam de considerar a lógica dos processos (Gohn, 2005). E assim, se distanciam cada vez mais das suas raízes de lutas sociais, de reivindicações e participação, de fortalecimento do espaço público:

Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já tinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população (...). O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (Gohn, 2005, p. 83).

Para Tenório (1999), o “terceiro setor” deve ser estudado e planejado numa perspectiva da emancipação do cidadão, e não sob o enfoque de “consumidor”, “cliente”, “meta”, ou “alvo” a ser atingido. É o *espectro do mercado* rondando o “terceiro setor”, como sugere o referido autor.

²¹ É bem verdade que diversos estudos mostram que o “terceiro setor” é um grande movimentador da economia mundial, que tem bastante expressividade no PIB brasileiro e na geração de empregos, no entanto, o que questionamos é a chamada alteração de *status quo*, a real diminuição dos índices de pobreza a que pretendem e para que recebam recursos.

O que se evidencia nesse novo modelo de parceria é a escassa politização das ações das instituições sem fins lucrativos, no momento em que elas se destacam dos movimentos sociais. Afinal, o papel do “terceiro setor” parte do pressuposto de negar o político, diminuindo a tensão das reivindicações. Além disso, as ações limitam-se ao âmbito micropolítico, são fragmentadas e sem articulação, como já discutimos. Concordamos com Nogueira (2003), quando diz que o associativismo é a base de tudo, desde que tratado politicamente.

Assim, faz-se mister conhecer o projeto político com que cada parte constitutiva do “terceiro setor” se coloca nesses espaços, indicando para onde caminham suas ações, questionando a quem tais instituições representam.

As organizações necessitam ter vínculos com a sociedade civil organizada, como movimentos sociais e populares, com associações de moradores etc.. Além disso, elas não deverão perder de vista que o Estado é o único garantidor de direitos de cidadania social, tão duramente conquistados por movimentos democráticos (Pereira, 2003).

No contexto da reforma do Estado no Brasil, denota-se a sociedade civil apenas como mero instrumento de melhoria gerencial de programas governamentais, desperdiçando o potencial que a sociedade civil gramsciana poderia oferecer (Torres, 2003).

Diante disso, propõe-se pensar o fortalecimento da sociedade civil como fundamental para a construção de uma *esfera pública democrática*, que dê voz ativa aos cidadãos que se encontram emudecidos pela condição de submissão e opressão, e lhes permita mandar no seu destino, sem que a “roda viva” carregue seu destino pra lá...

Até aqui, temos nos ocupado em discutir o problemático campo no qual a Psicologia, recentemente, vem ocupando. Nossa tarefa agora é pensar não um modelo de atuação para a Psicologia, mas, ao menos, um corpo conceitual ao conjunto tão heterogêneo de atividades desenvolvidas, que conceba, impreterivelmente, o projeto de emancipação discutido acima.

Consideramos que há urgência nisso, pois, também como vimos alhures, há uma demanda crescente de intervenção social para a Psicologia dentro do chamado “terceiro setor”, levando-nos para longe das áreas clássicas das quais nossas formações vêm se ocupando.

I.3. A Psicologia e os “novos quixotes”: em busca de práticas comprometidas

“Os realistas nunca fizeram nada de relevante, porque a aceitam de forma a não tentar mudá-la, promovem a indiferença, no lugar da atenção humana, paixão e compaixão.” (Miguel de Cervantes, em Dom Quixote)

Diante das discussões anteriores, chegamos ao ponto que nos interessa: E a Psicologia nesse contexto?

Afinal, o que nos inquieta é saber que contribuição a Psicologia, como profissão inserida no campo do bem-estar, tem a dar aos graves problemas sociais que enfrentamos no nosso país.

Pretende-se, então, empreender um esforço para conhecer e analisar esse novo e complexo espaço de ação que se coloca para a Psicologia.

Há um discurso dentro da Psicologia que precisa ser superado: É preciso recompor saberes e práticas para que saibamos *como* construir uma Psicologia comprometida com o social.

Nesse novo cenário, o psicólogo começa a trabalhar na fronteira da exclusão. Começamos a ter a miragem de que nossa profissão tenha um grande papel social. E quando partimos na busca de mudanças da realidade, muitas inquietações surgem. Será que também somos esses “novos quixotes”, que sonham com o impossível?

Neste trabalho, adotamos o sentido figurado da definição de “quixotesco”, ou seja, estamos fazendo referência a pessoas com intenções e ideais nobres, mas sonhadoras e afastadas da realidade.

É justamente essa análise que fazemos da Psicologia no campo das intervenções sociais e, mais acentuadamente no campo do “terceiro setor”. Dito em outras palavras, acreditamos que a Psicologia ainda não se “encontrou” quando se trata da área social, que age com muita boa vontade, com grandes sonhos de transformação, mas sua ação não parte de uma leitura crítica e adequada da realidade, fazendo com que não enxergue suas possibilidades reais e seus limites de atuação, como nos lembra Yamamoto (2007):

Nunca é demais lembrar que o psicólogo, *no limite*, como um *executor terminal das políticas sociais* (...), atua nas refrações da questão social, transformadas em políticas estatais e tratadas de forma fragmentária e parcializada, sendo uma das formas privilegiadas, a delegação para o "terceiro setor". Portanto, atuar no campo do bem-estar social, seja nas instâncias estatais, cuja manutenção deve ser uma bandeira para os profissionais e para a sociedade, seja no "terceiro setor", será sempre, no limite, uma intervenção parcializada (p. 35).

Ao apostar numa atuação comprometida, significa também que sugerimos um realinhamento de expectativas, sabendo onde nossa atuação esbarra dentro dos marcos do capitalismo, e dentro de um sistema social fragmentado com o “terceiro setor”. É importante entender que são as condições do mercado de trabalho atual, que empurram o psicólogo para esse campo, que direcionam essa prática. Ou seja, no campo do “terceiro setor”, o eixo profissional é matizado por características filantrópicas e políticas.

Isso não significa, por outro lado, assumir qualquer tipo de conformismo social, como o que assistimos atualmente. O que queremos dizer é que uma Psicologia comprometida com o social não precisa se prover de escudos e espadas, na postura cavalheiresca de querer “salvar o mundo”, mas precisa conhecer seu contexto de atuação, rever suas posturas e buscar soluções reais para os grupos comunitários a que serve, sempre em direção da emancipação.

Além disso, quando os psicólogos adentraram no “terceiro setor”, carregando consigo grandes utopias de mudança social, não parecem ter levado na bagagem elementos críticos teóricos, técnicos e políticos suficientes.

Na passagem das concepções e práticas tradicionais para novos campos de atuação que vão surgindo, o problema que se coloca é que muitos profissionais, de diversas áreas, em especial os psicólogos, não tiveram uma formação acadêmica direcionada para as demandas específicas dessas organizações e, muitas vezes, apenas transpõem modelos e técnicas aprendidas e generalizadas.

Atualmente, o “terceiro setor” vem se tornando um promissor campo de atuação para inúmeros psicólogos em todo o território nacional. Há, realmente, um novo campo de conhecimento para a Psicologia que difere das Psicologias tradicionais?

O que se observa muitas vezes na Psicologia é um discurso científico que reforça mecanismos de individualização da pobreza, classificando os sujeitos como aptos ou inaptos para o trabalho, além de reforçar um discurso funcionalista de inclusão social.

É importante lembrar que, durante muito tempo, a atuação da Psicologia restringiu-se às áreas tradicionais: Clínica, Escolar, Organizacional e Magistério. Basicamente voltava seus serviços para orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, diagnósticos e aplicação de testes, perícias e psicoterapia. Os psicólogos estavam, na verdade, preocupados em caracterizar o indivíduo, considerando-o previsível e controlável (Dimenstein, 1998, Bock, 2003).

Uma grande parcela da população não tinha acesso algum aos serviços de Psicologia. Suas teorias e práticas não estavam direcionadas para as populações de baixo nível sócio-econômico e cultural, mas sim para os padrões de classe média, que têm servido

para definir seus valores em geral (Dimenstein, 1998). A Psicologia se constituiu como uma atividade elitizada, seguindo o modelo de consultório particular. Em sua análise, Botomé (1979) questionava-se: “O que dará a Psicologia a um povo pobre como o nosso?”

Nos últimos anos vislumbramos uma mudança, um redirecionamento dos alvos da Psicologia. Como referido alhures, o psicólogo vem se inserir em instituições voltadas para o atendimento à classe subalterna, ampliando o seu público e o mercado de trabalho, como ocorre no “terceiro setor”. Mas, como uma profissão que historicamente esteve voltada para beneficiar determinada estrutura social, poderá contribuir com o desenvolvimento da sociedade?

Segundo Bock (2003), realmente o entusiasmo com o compromisso social, marcando uma nova fase da nossa profissão, não pode ocultar a história da Psicologia de compromisso com as elites no Brasil, sendo preciso superá-la definitivamente.

No entanto, nas sábias palavras de Eduardo Galeano (2002), “A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será” (p. 19). A Psicologia, ao longo da história, ocultou as determinações sociais dos fenômenos psicológicos, construindo ideologia (Bock, 2003). Logo, a superação desses elementos ideológicos presentes na nossa profissão não constitui tarefa fácil, mas necessária e decisiva para vislumbrarmos uma profissão comprometida com a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

O movimento em direção às parcelas mais amplas da população, nos leva à indagação de *como* está sendo feita essa atuação. Yamamoto (2003) chama a atenção para o fato de haver um acesso desqualificado por parte de grandes parcelas da população aos serviços básicos no setor social. De que maneira uma atuação comprometida dos

psicólogos e demais profissionais no âmbito do “terceiro setor” poderá diferenciar desse quadro?

O autor referido coloca ainda em questão o envolvimento das agências formadoras e de produção de conhecimento, para refletir a atenção às demandas das classes desfavorecidas, que deveriam partir de uma leitura diferenciada do real e do fenômeno psicológico.

Tais questionamentos são extremamente pertinentes, tendo em vista a relevância do tema abordado. É preciso reavaliar a formação profissional da Psicologia, seus saberes e fazeres, para que se possa, efetivamente, assumir o compromisso com o processo de redemocratização da nossa sociedade, renovação do espaço público e superação dos problemas que afligem a nossa população.

Afinal, como nos lembra Martínez (2003), o compromisso social do psicólogo, e dos que formam psicólogos, é necessário para uma prática profissional a serviço de uma sociedade mais justa.

São esses inúmeros questionamentos suscitados até aqui que norteiam a realização deste trabalho. Afinal, é preciso ir além da avaliação das práticas profissionais, ou da discussão do “terceiro setor” como *novo* campo de atuação, mas questionar as respostas dadas pela Psicologia ao enfrentamento da pobreza no cenário político atual.

A perspectiva adotada por este estudo é que o impacto social da atuação do psicólogo, dentro dos espaços das organizações sem fins lucrativos, poderia ser mais eficiente a partir de uma reflexão acerca da formação profissional, dos modelos teóricos adotados e da compreensão da dimensão social e política na qual estão inseridas essas

organizações. Enfrentar velhos problemas e construir uma identidade para que possamos lidar com a complexidade dos problemas brasileiros.

Nesse novo âmbito (não só no “terceiro setor”, mas em todos os programas e projetos que lidam com a questão social), deve-se buscar, com a inserção profissional, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar, através de uma *intervenção proativa*, buscando o desenvolvimento, a organização e a emancipação das pessoas, grupos e comunidades.

Mas, que condições o psicólogo tem para lidar com esse trabalho?

É bem verdade que, apesar da Psicologia não ter nascido com a vocação de “cuidar” da questão social, ela sempre lidou, de uma forma ou de outra, com populações pobres.

Uma das suas vertentes que vem demonstrando essa preocupação, inclusive na construção de novas formulações teóricas, é a Psicologia Comunitária e, mais recentemente, a chamada área da Intervenção Psicossocial.

Por isso, tentamos resgatar, neste trabalho, alguns de seus preceitos, na tentativa de pensar um outro modo de fazer Psicologia diante da nossa realidade social.

I.3.1. Psicologia Comunitária e Intervenção Psicossocial

Poderíamos pensar que não se trata de nenhuma novidade falar na atuação da Psicologia em comunidades pobres, como no caso do “terceiro setor”, já que há tempos a chamada Psicologia Comunitária (PC) é desenvolvida em contextos semelhantes.

No entanto, parece-nos que a PC vem sendo considerada a “prima pobre” da Psicologia, tornando-a uma área de pouco destaque²², que carece de maiores estudos e pesquisas para “dizer a que veio”, dando maior visibilidade a experiências exitosas.

Propomos, então, resgatar minimamente os preceitos da PC, para que possamos repensá-los criticamente no nosso contexto atual de atuação, aliados às novas reflexões da Psicologia acerca de *intervenção psicossocial*. Afinal, não podemos considerar que a área clínica (pensada numa perspectiva dualista de atenção) seja indicada para uma proposta mais efetiva de intervenção social. Vejamos porque, ao passarmos um pouco por essa área ainda aberta à exploração, chamada Psicologia Comunitária.

Podemos considerar o campo da PC bastante plural, pois se apresenta de formas diferentes em diversos países, o que seria evidente, já que os contextos comunitários são totalmente distintos. Dessa forma, não podemos falar de uma, mas de várias Psicologias Comunitárias, apesar de existir um substrato teórico comum, que se refere, justamente, à relação entre comunidade e bem-estar, ou seja, o desejo de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar psicossocial dos indivíduos, considerando seu desenvolvimento em conexão com o entorno social (Ochoa, 2004).

²² Evidentemente que essa não pode ser uma conclusão generalizada. Existem algumas regiões brasileiras, por exemplo, onde a PC tem tido bastante desenvolvimento, como no Ceará e no Rio Grande do Sul. No entanto, a maioria das Universidades de Psicologia no Brasil têm forte ênfase na área clínica, em detrimento de todas as outras, como demonstrado em diversos estudos.

Bem-estar e qualidade de vida são conceitos, dentro da PC, que funcionam como indicadores de quais são as condições de vida da população em questão. Ambos têm estreita relação com o desenvolvimento do Estado de bem-estar, na década de 1970, e que incorpora idéias como igualdade e justiça distributiva, atendendo, assim, às conseqüências dos processos de industrialização e formas de produção capitalista. (Martínez, 2004a).

Dessa forma, o aumento dos níveis de qualidade de vida e bem-estar social seria um dos objetivos básicos do trabalho em comunidades. Evidentemente, que nessa perspectiva, a comunidade deverá tomar consciência de seu papel histórico, ou seja, o sujeito da comunidade “é aquele que se descobre (compreende e sente) responsável por sua história e pela história da comunidade (...)” (Góis, 2003, p. 30).

A PC pode ser considerada uma disciplina recente, surgida nos EUA e rapidamente disseminada e adaptada tanto na Europa como na América Latina.

Ela surge a partir de demandas e déficits específicos de uma realidade social, política e cultural concreta, que impregna todos seus espaços teóricos, metodológicos, ideológicos, e de intervenção (Ochoa, 2004).

Nos Estados Unidos, a PC é criada fundamentalmente por psicólogos clínicos, na década de 1960, insatisfeitos com a forma de atendimento à saúde mental, no contexto do pós-guerra e de luta por direitos civis. Poderíamos considerá-la uma conseqüência da criação dos Centros de Saúde Mental, em 1963.

Ficou mais conhecida naquele país como Saúde Mental Comunitária, pela semelhança entre a PC e o campo da Saúde Mental. Suas principais características, segundo Ochoa (2004), são:

1. Origem vinculada à saúde mental;

2. Ênfase na responsabilidade individual (condizente com a cultura local);
3. Escassez de aproximações realmente comunitárias nas intervenções.

Enfim, considera-se que a Saúde Mental Comunitária norte-americana é o campo a meio caminho entre o trabalho clínico individualizado e a PC (Sánchez Vidal, 2007).

Na Espanha, a PC está ligada à transição democrática, à emergência acadêmica e profissional da Psicologia e ao fortalecimento do Estado de bem-estar no continente europeu.

Com a constituição de 1978, há a descentralização do poder central para as chamadas comunidades autônomas, o que amplia a cobertura de serviços sociais, levando inúmeros psicólogos para a atuação na comunidade. Mas, apenas ao final dos anos 80 se tem as primeiras disciplinas de PC nas Universidades espanholas.

Na América Latina, conhecida como Psicologia Social Comunitária, está relacionada com grupos de psicólogos conscientes politicamente, surgidos entre as décadas de 1950 e 1970, que usam como plataforma teórica as Ciências Sociais, a teologia da libertação, a pedagogia de Paulo Freire, os estudos de Martin-Baró e do colombiano Orlando Fals Borda, além de uma matriz essencialmente marxista.

O caráter mais político que assume a PC na América Latina, traz críticas, no sentido de que teríamos avançado muito mais no campo ideológico do que obtido resultados eficazes: as nossas práticas sociais seriam ricas em utopia e pobres em conhecimento ou técnicas transformadoras (Sánchez Vidal, 2007).

O autor ainda afirma que, na América Latina, a PC se desenvolve como parte de um esforço prático, mas carente de um marco teórico psicológico. Ochoa (2004) também aponta uma análise da PC na América Latina:

La Psicología social comunitaria en Latinoamérica se ha centrado, de manera fundamental y casi exclusiva, en la acción. De este modo, el desarrollo de referentes teóricos propios ha quedado relegado a un segundo plano (p. 31).

No Brasil, a PC inicia-se em meados dos anos 1960, refletindo diretamente determinantes sociopolíticos vivenciados no país naquela época (Sarriera, Quintal de Freitas & Scarparo, 2003).

A PC brasileira vem sofrendo transformações ao longo de sua recente história, apresentando enorme diversidade na prática.

Vale ressaltar, porém, que, recentemente, em algumas regiões brasileiras, temos assistido a uma ênfase também na Psicologia Comunitária da Saúde, com clara influência norte-americana.

O que não podemos esquecer, a nosso ver, é que no nosso contexto, enfrentamos desafios bastante urgentes, visíveis e imediatos, relacionados à pobreza, à desigualdade e à opressão social. Logo, faz-se mister pensarmos um corpo conceitual e técnico que atenda às necessidades dos grupos de maior vulnerabilidade social, em intervenções mais eficazes.

Ainda no contexto brasileiro, várias são as influências teórico-epistemológicas, como a Psicologia crítica, o paradigma sistêmico, os enfoques cognitivo-comportamentais, ecológico-social, dentre outros (Sarriera, Quintal de Freitas & Scarparo, 2003).

Mesmo diante de todas essas diferenças assumidas pela PC nos diversos contextos, poderíamos, ainda assim, pensar num “conceito mínimo” de qual seria o papel

do psicólogo. No campo da PC, o psicólogo deveria ser um dinamizador, catalizador de esforços em prol de projetos emancipatórios.

Para Sánchez Vidal (2007), a agenda da PC do século XXI é reafirmar a *participação* das pessoas, como valor central desse campo, ajudar a empoderá-las, bem como conhecer a fundo as razões dos que não participam. Enfim, levar a comunidade a sério, pois uma Psicologia ainda centrada na promoção individual não pode chamar-se comunitária: “(...) la tarea es, por tanto, tomarse en serio la comunidad y reafirmala en la doble condición de concepto y valor director del campo y de área de estudio que integre la investigación empírica y el análisis social existentes” (p. 54).

Sendo assim, a PC já nasce com uma vocação rupturista em relação às formas estabelecidas de entender e resolver os problemas psicológicos.

Para Ochoa (2004), os objetivos da intervenção comunitária seriam a participação, o *empowerment* (empoderamento) e o apoio social. E acrescenta ainda que um objetivo irrenunciável seria a facilitação e promoção da distribuição equitativa dos recursos psicossociais. Suas características principais seriam, então, a análise da realidade, dos processos sociais e dos indivíduos nesse contexto.

Podemos entender participação como um processo no qual os indivíduos influem e são influenciados, nas decisões de um coletivo, em assuntos de seu interesse (Martínez, 2004b).

Consideramos que a mera transposição de técnicas e teorias psicológicas de abordagem individual para o campo da intervenção psicossocial é responsável pelos problemas vivenciados pelos psicólogos nessa área, como veremos ao longo das nossas análises.

Evidentemente que se os determinantes dos problemas são de origem social, conceitos e teorias de base individual são insuficientes para novas tarefas. Precisamos de corpos conceituais cujo núcleo seja social.

Acreditamos que um primeiro passo seria, justamente, diferenciar os campos, seus objetos de intervenção e suas finalidades, como indica a Figura 4:

	PC	Clínica
1. Causa dos problemas	Sócio-ambientais	Intrapsíquicas
2. Modelo teórico	Sistêmicos, Relacionais, Ecológicos, Ação Social	Psicologia Individual, Personalidade, Psicopatologia
3. Lugar de intervenção	A comunidade: contexto social imediato	Instituições distantes
4. Destinatário	A comunidade em conjunto	Indivíduos etiquetados como enfermos, atraso escolar, etc.
5. Áreas de intervenção	Saúde, bem-estar, justiça, tempo livre, desemprego, etc.	Saúde Mental
6. Fins	Desenvolvimento Comunitário e emancipação humana, prevenção de problemas	Tratamento terapêutico, mudança individual.
7. Tipo de intervenção	Intervenção global, totalizadora, contextual, multidisciplinar	Intervenção individual, especialista, descontextualizada.
8. Papel do psicólogo	Mais amplo e flexível, segundo as demandas, agente de mudança social	“Ajudador” profissional, conteúdo limitado: terapeuta, diagnosticador, conselheiro
9. Relação com o destinatário	Igualitária: colaboração psicólogo-comunidade	De cima para baixo: psicólogo diagnostica e prescreve soluções, paciente as segue

Figura 4. Diferenças entre Psicologia Comunitária e Psicologia Clínica.
Adaptado de Sánchez Vidal (2007)

Uma das diferenças mais importantes no campo da intervenção psicossocial, a nosso ver, é que o psicólogo não está passivo à espera do adoecer das pessoas, mas ele está em busca dos grupos vulneráveis e dos processos sociais responsáveis pelos problemas psicossociais, permitindo sua prevenção e o desenvolvimento do conjunto da comunidade.

Ademais, não podemos nos prender ao local de intervenção unicamente. Se estamos atuando dentro da comunidade, mas nossa abordagem é puramente individual, ainda assim não estamos considerando a comunidade como destinatário.

Para Montero (1998), a comunidade trata-se de um grupo social dinâmico, histórico e culturalmente constituído, pré-existente à presença de pesquisadores e interventores sociais, que compartilham interesses, objetivos, necessidades e problemas, em um espaço e tempo determinados, gerando coletivamente uma identidade. Além disso, a comunidade busca diferentes formas organizativas, desenvolvendo e empregando recursos para atingir seus objetivos.

A PC entende que a comunidade é um espaço social onde se pode desenvolver ações coletivas *organizadas* na direção da transformação social, constituindo, portanto, um espaço empírico de investigação e ação (Martínez, 2004b).

Evidentemente, é preciso considerar a heterogeneidade e complexidade das relações comunitárias, na hora de desenvolver nosso trabalho em comunidades concretas.

Por isso, nenhum trabalho comunitário deve ser dado *a priori*. Faz-se importante empreender, por exemplo, investigações que busquem as características da comunidade, suas necessidades e condições de vida, para que a ação comunitária possa buscar transformação de situações vistas como problemáticas (Martínez, 2004b).

Com a inserção do psicólogo no setor do bem-estar, acreditamos, como dissemos, ser necessário resgatar preceitos importantes da PC, tendo em vista que estamos lidando com grupos sociais em vulnerabilidade, como é o caso das organizações sem fins lucrativos, que têm se destinado a trabalhar com grupos diversos, como crianças e adolescentes, violência, alcoolismo, drogadição, terceira idade etc., mas que guardam como característica principal a total falta de perspectivas e projetos de vida, principalmente, pela condição sócio-econômica em que vivem.

Nesses contextos de atuação, faz-se necessário pensar, não em intervenções centradas no indivíduo, mas em intervenções psicossociais, que pensem o grupo social e sua organização.

Na literatura psicológica brasileira, encontramos poucos trabalhos escritos sobre intervenção psicossocial, apesar da ampla inserção de psicólogos em organizações sem fins lucrativos e em programas governamentais de assistência social, como por exemplo, o Programa de Atenção Integrado à Família (PAIF) e os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

O objetivo da Intervenção Psicossocial é, justamente, reduzir ou prevenir situações de vulnerabilidade, melhorando condições humanas, e, para isso, requer uma abordagem interdisciplinar. Situação de vulnerabilidade aqui significa a falta de cobertura de necessidades humanas básicas, que se encontram diretamente relacionadas com o contexto social.

Sarriera (2004) define intervenção psicossocial da seguinte maneira:

A intervenção psicossocial é, dessa maneira, um trabalho de relação direta entre facilitador-interventor com o grupo-alvo, que incide em transformações nas histórias, ou melhor, na vida

cotidiana, espaço onde as histórias pessoais, grupais ou coletivas ocorrem” (p. 25).

Podemos dizer que esse tipo de intervenção, diferentemente da Psicologia individual, se sustenta na prevenção e educação, na promoção e otimização, no fortalecimento dos recursos e potencialidades dos grupos e coletivos sociais (Espinosa, 2004).

Como se trata de campo complexo, as funções do psicólogo seriam múltiplas, dependendo dos objetivos, como expõe Blanco e Valera (2007):

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atenção direta em programas de intervenção: intervenção direta junto à população, avaliando, orientando e buscando soluções de problemas;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atenção indireta: assessoramento e consultoria, trabalhos dirigidos aos programas ou serviços no que diz respeito ao seu funcionamento, implementação, opções alternativas, superação de crises, efeito multiplicador;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização comunitária: o psicólogo busca uma maior consciência de comunidade e dinamização do potencial de seus próprios recursos, a reconstrução ou consolidação do tecido social, promoção de movimentos associativos, geração de projetos definidos a partir das necessidades percebidas pela comunidade, etc.;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investigação: realização de estudos, diagnósticos e trabalhos de investigação que contribuam para o corpo de conhecimentos que sustentam sua prática profissional;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento de programas e projetos: o psicólogo se ocupa em conhecer a estruturação dos componentes de intervenção, como definição da população destinatária, objetivos da ação, criação e coordenação de serviços, recursos e programação das ações;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação de programas e projetos: estudo sistemático dos componentes, processos e resultados das intervenções e programas, implicando conhecimento do psicólogo de técnicas de avaliação e do contexto ao qual se avalia;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção e gestão: os psicólogos também têm sido incorporados aos níveis de gestão e direção de programas e serviços sociais;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação: o psicólogo desenha e realiza atividades formativas.

Figura 5. Atividades em Intervenção Psicossocial.
Adaptado de Blanco e Valera (2007)

Como o processo de intervenção depende do seu âmbito, não existe um conjunto pré-estabelecido de estratégias ou técnicas, mas devem ser escolhidas de modo que sejam compatíveis com os objetivos da intervenção social (Sarriera, 2004).

Para Sánchez Vidal (2007), toda ação que se destine a grupos sociais deve ser justificada por critérios objetivos, e, para isso, deve partir de avaliação de necessidades e da participação dos envolvidos, pois é a participação que legitima a intervenção.

Dentre as diversas técnicas e procedimentos utilizados na intervenção psicossocial, estariam:

<i>Intervenção grupal:</i> Na Psicologia da Intervenção Psicossocial, o psicólogo trabalha freqüentemente com grupos, em intervenções centradas na ajuda mútua, desenvolvimento da solidariedade, participação cidadã, competência para análise de situações e tomadas de decisão que afetam o coletivo, habilidades de trabalho em equipe, etc.
<i>Intervenção e Terapia familiar:</i> Nesse contexto de atuação, o grupo familiar é cenário freqüente do trabalho do psicólogo. Os múltiplos modelos de intervenção familiar devem ser adaptados aos objetivos sociais próprios desse âmbito.
<i>Técnicas de mediação:</i> Para trabalhar conflitos de interesse de distintos grupos e pessoas nesse contexto de atuação, o psicólogo deve utilizar técnicas de negociação e mediação que permitam reduzir tais conflitos sociais e avançar na resolução de problemas.
<i>Técnicas de avaliação e intervenção sócio-ambiental:</i> A concepção do social como uma parte do ambiente que rodeia todo o indivíduo tem permitido aos psicólogos da intervenção psicossocial realizar técnicas e procedimentos desenvolvidos pela Psicologia Ambiental.
<i>Técnicas de investigação social:</i> Importante campo de ação, que se apóia na realização de pesquisas, grupos estruturados, painéis de discussão, método Delphi, construção de indicadores sociais, entre outras técnicas.

Figura 6. Procedimentos, técnicas e instrumentos da Intervenção Psicossocial.
Adaptado de Blanco e Valera (2007)

Evidentemente, necessitamos de uma Psicologia destinada ao nosso povo e aos nossos problemas. O que não quer dizer que não possamos tomar por base estudos e experiências exitosas de outros países, mas, como próprio preceito da PC, debater sobre sua

função social e política dentro do nosso contexto, e, sobretudo, avançar na consolidação de uma disciplina que instrumentalize os profissionais em intervenções sociais eficazes.

Por fim, não podemos perder de vista que, ao assumir alguns preceitos da Psicologia Comunitária, defendemos neste trabalho ações que se articulam numa perspectiva de totalidade histórica, e não focalizadas ou pontuais.

Parte II: Método

“Investigar significa ser conscientes del tiempo, condiciones, finalidad y uso de la investigación; sin olvidar la naturaleza del problema y las características del analista o analistas que intervienen”. (Trinidad, Carrero e Soriano, 2006)

II.1. Materiais e Instrumentos:

Para a realização da presente pesquisa foram selecionadas 14 (quatorze) instituições sem fins lucrativos, que possuíam psicólogos trabalhando em seus programas.

Buscamos a localização dessas instituições através de cadastros do Natal Voluntários (ONG local), dos Conselhos Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente, e Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social.

No entanto, cadastros de endereços desatualizados, mudanças de endereços e telefones das instituições, dificultaram o início da coleta de dados. Para ampliar nosso campo de estudo, na medida em que entrevistávamos os psicólogos, lançou-se mão da técnica “bola de neve”, com a finalidade de que eles pudessem indicar outros profissionais para a realização da pesquisa, compondo a amostra final de 20 (vinte psicólogos). O procedimento de construção da amostra será especificado adiante.

Após mapeamento inicial, foram realizadas visitas às instituições, no intuito de solicitar autorização do responsável para realização da pesquisa (Apêndice 3) e conhecer

melhor o campo a ser investigado. Com a pesquisa autorizada, iniciamos as entrevistas semi-dirigidas com os psicólogos.

A entrevista foi gravada em áudio, sendo firmado *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* com cada um dos psicólogos (Apêndice 2).

As perguntas foram divididas em três blocos, em roteiro semi-estruturado (Apêndice 1). Primeiramente, questões sobre dados pessoais, formação, trajetória profissional do psicólogo e dados sobre sua inserção no “terceiro setor” (funções, salários, cargas horárias, vínculos, etc.). Em seguida, questionamos a respeito da instituição em que o psicólogo atua, sua missão, a Proposta político-pedagógica, os projetos de enfrentamento da pobreza e desigualdade social, modelo de gestão, etc..

A finalidade era relacionar o trabalho do psicólogo com um contexto institucional específico, conhecer quais são as suas demandas de trabalho, para, por fim, questioná-lo sobre as estratégias da Psicologia utilizadas em resposta a elas. Buscou-se, com a entrevista, o desenho da prática social do psicólogo no âmbito do “terceiro setor” e suas problematizações.

II. 2. Procedimentos de Análise:

Os dados da pesquisa foram analisados à luz da perspectiva marxista, em especial a concepção de sociedade civil e emancipação humana proposta por Gramsci, como vimos anteriormente.

Além disso, buscou-se na Psicologia os referenciais da PC e da Intervenção Psicossocial, para uma relativa comparação entre a prática dos psicólogos entrevistados e os preceitos desenvolvidos pela área.

A abordagem metodológica utilizada na análise das entrevistas está baseada no Método Comparativo Constante – MCC.

O MCC é o método proposto pela Teoria Fundamentada (*Grounded Theory*), que busca compreender o significado do fenômeno sob a perspectiva dos participantes (Strauss & Corbin, 1990).

Para essa abordagem, a amostra não é definida em fase anterior ao trabalho de campo, mas vai se gerando em torno do desenvolvimento da investigação. Por isso, a coleta e a análise de dados estão interconectadas.

A preocupação central na definição da amostra é descobrir informação relevante para o problema que se está investigando, mais do que o número correto de unidades ou de sua seleção aleatória (Trinidad *et al.*, 2006).

Pelo MCC, os critérios que definem o tamanho da amostra são os limites empíricos dos dados, a integração e densidade da teoria, além da sensibilidade teórica do pesquisador. Enfim, a adequação e/ou suficiência da amostra só poderão ser determinadas pelo processo de análise (López & Scandroglio, 2007).

Por isso, tentamos incorporar os psicólogos na pesquisa, a partir do seu potencial informativo, para construir o desenho da sua prática social no “terceiro setor”, contemplando as diversidades de áreas de atuação (criança, adolescentes, mulheres, assentamentos rurais, pessoas com deficiência, etc.). Também, foram incluídos psicólogos

que atuavam em instituições de outros estados (Paraíba e Belo Horizonte), pela relevância das experiências, sem buscar nenhum tipo de parâmetro estatístico na população estudada.

Dessa forma, pelo decorrer da análise, acreditamos que um maior número de entrevistas só iria reforçar as respostas dadas pelo grupo de entrevistados.

É importante compreender que o MCC busca as diferenças e semelhanças, através da análise dos incidentes contidos nos dados. Podemos distinguir quatro etapas em sua aplicação (Trinidad *et al.*, 2006):

- 1º) Comparação de incidentes e sua categorização;
- 2º) Integração de categorias e propriedades;
- 3º) Conceitualização teórica;
- 4º) Escrita do documento final.

O que caracteriza o MCC é que, desde o começo, o pesquisador codifica e reflexiona sobre o tipo de dados que está coletando (Trinidad *et al.*, 2006).

A elaboração das categorias é um dos elementos centrais. Para Strauss e Corbin (1990), a categorização é o processo de agrupar conceitos que parecem pertencer ao mesmo fenômeno.

Em uma primeira fase, as categorias são desenvolvidas por uma codificação aberta, a partir de uma leitura cuidadosa das entrevistas, gerando etiquetas que conceitualizam o conteúdo dos diferentes e semelhantes segmentos dos textos (López & Scandroglio, 2007). Inicialmente, a comparação origina categorias desconexas, que aos poucos vão se conectando, formando o desenho que se pretendia investigar.

Dessa forma, na presente pesquisa, não foi definida nenhuma categoria *a priori*, mas elaboradas a partir da análise, comparando-se resposta a resposta dos participantes.

Vale salientar que, para a codificação e categorização dos dados, foi utilizado o *software* para análise qualitativa QDA-Miner (*Qualitative Data Analysis Software*).

O papel deste programa de informática foi o de facilitar as tarefas mecânicas manipulativas na análise, e não, evidentemente, substituir o pesquisador na sua tarefa.

Como afirmam Trinidad *et al.* (2006), um programa de informática, como o QDA-Miner, não pode, nem deve, substituir a tarefa de análise, mas possui algumas vantagens:

- Permite superar a dispendiosa tarefa de realizar manualmente todo o processo de codificação;
- Pode-se contar com todos os fragmentos codificados na tela, com a finalidade de poder examiná-los de modo conjunto.

Por isso, a utilização do QDA-Miner mostrou-se muito útil na tarefa de auxiliar a pesquisa na organização e análise dos dados obtidos, sem perder de vista a capacidade criativa e intuitiva, atribuídas unicamente ao pesquisador.

Com a utilização do MCC, delimitamos o interesse da pesquisa, integrando as categorias. Assim, concebemos o processo seguido durante a investigação, demonstrado na Figura 7:

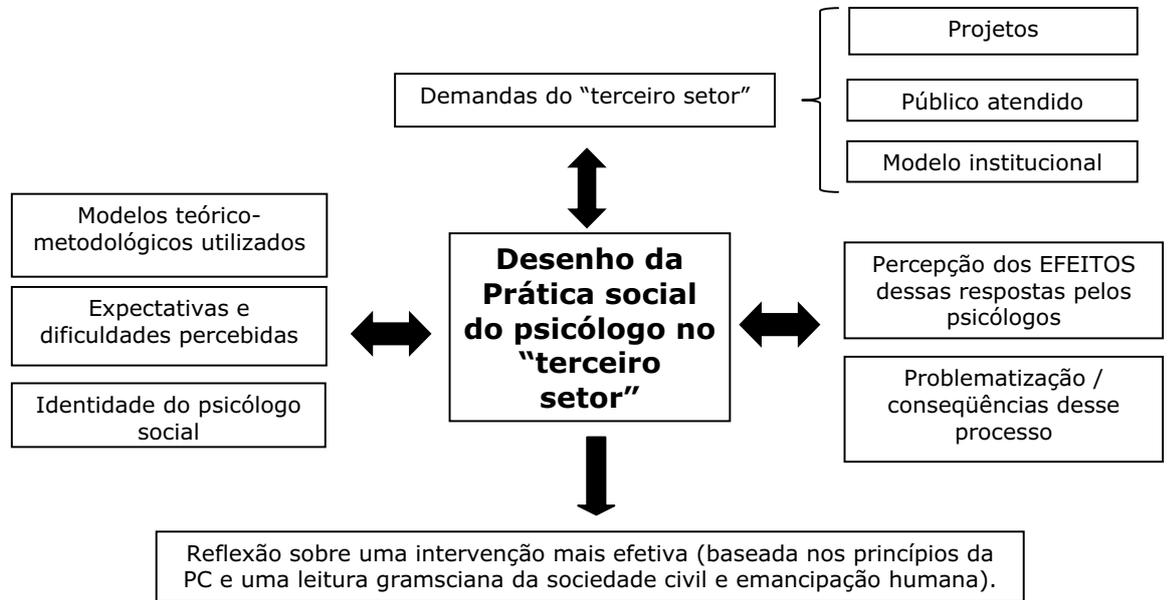


Figura 7: Estrutura da investigação

A partir da concepção do desenho da investigação, buscou-se analisar os dados à luz do embasamento teórico proposto.

II.3. Conhecendo as Instituições estudadas

Como afirmamos, foram inseridos na pesquisa vinte psicólogos que atuam em quatorze instituições filantrópicas diferentes (Tabela 1). É importante lembrar que antes do seu início, todas as instituições foram contatadas para autorização da realização da pesquisa, dada pelos seus dirigentes, bem como pedido consentimento aos entrevistados, conforme citado alhures.

Tabela 1
Instituições pesquisadas

ORDEM	NOME	Nº DE PSICÓLOGOS ENTREVISTADOS
01	Centro Educacional Dom Bosco - CEDB	02
02	Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva-CACC	01
03	Canto Jovem	02
04	Coletivo Leila Diniz	01
05	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE- Natal	01
06	Centro de Estudos e Assessoria Aplicada ao Desenvolvimento - CEAD	01
07	Associação de Atividades de Valorização Social - ATIVA	04
08	Associação de Orientação aos Deficientes - ADOTE	02
09	Serviço de Apoio aos projetos alternativos comunitários - SEAPAC	01
10	Instituto Alpargatas (PB)	01
11	Centro de Atendimento ao Adolescente (BH)	01
12	Pastoral do Menor (BH)	01
13	Grupo de Apoio à Criança com Câncer - GACC	01
14	Bem-Estar Familiar no Brasil – BEMFAM	01
Total de psicólogos entrevistados		20

II.3.1. Informações gerais sobre as ONGs pesquisadas²³

a) Centro Educacional Dom Bosco - CEDB

O CEDB é uma instituição filantrópica, vinculada aos Salesianos de Dom Bosco, tendo iniciado suas atividades em 31 de janeiro de 1984. Suas instalações físicas estão localizadas no Conjunto Gramoré, Zona Norte de Natal, no entanto, a área de abrangência de suas atividades estende-se aos vários conjuntos adjacentes, numa área de aproximadamente 140.000 (cento e quarenta mil) habitantes.

Trata-se de uma região caracterizada pela concentração de pessoas em unidades habitacionais sem estrutura adequada, em situação de extrema pobreza, causada pelo desemprego, pela falta de qualificação, analfabetismo e outras carências básicas, que trazem como consequência a prostituição infantil, o uso e tráfico de drogas, fome, desidratação e violência.

O CEDB define como missão institucional o atendimento a essa população excluída, proporcionando o desenvolvimento de atividades produtivas, a preparação para o mercado de trabalho, a formação humana e a conscientização dos direitos e deveres da sua cidadania, dirigindo o seu foco de atenção às crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

No momento da pesquisa, a atuação dos psicólogos se concentrava em dois programas executados pela instituição: Programa de Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (atuação com adolescentes em conflito com a Lei) e Programa Asa Branca (direcionado à formação e inserção profissional de jovens).

²³ As informações relatadas aqui foram retiradas de documentos fornecidos pelas próprias instituições, como planos e projetos, além das entrevistas com os psicólogos.

b) – Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva– CACC

A missão da CACC Durval Paiva é atender à criança e ao adolescente com câncer e doenças hematológicas crônicas e seus familiares, durante e após o tratamento, buscando a cura, contribuindo para o resgate da cidadania, dignidade e qualidade de vida. Foi fundada em 11 de julho de 1995, a partir da iniciativa de quatro diretores voluntários, que tiveram experiência pessoal com crianças com câncer.

A entidade atende em torno de 500 crianças e adolescentes. A clientela é extremamente carente, vinda do interior do estado do Rio Grande do Norte, para tratar-se no Hospital infantil Varela Santiago, e encontram suporte na CACC durante o tratamento.

As histórias de vida que chegam à CACC vão muito além do câncer. Muitos problemas fazem parte dos cotidianos dessas famílias, como a miséria, alcoolismo, violência familiar, etc. A CACC assiste o paciente e sua família durante todo o período do tratamento, oferecendo benefícios e acolhimento.

Conta com uma ampla equipe de profissionais, como assistentes sociais, psicóloga, nutricionista, pedagoga, instrutor de informática, dentista, arte-educadora, gerente de marketing, etc..

A Psicologia tem uma atuação bastante ampla, atuando diretamente com as crianças e adolescentes, com as famílias, e em várias ações que a CACC desenvolve, como projetos educativos e culturais.

c) – Canto Jovem

O Canto Jovem é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 1999, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, na cidade do Natal, atendendo 200 adolescentes diretamente, e indiretamente 700 jovens potiguares. A instituição surgiu como resultado da mobilização social com adolescentes, através da educação comunitária, da promoção aos direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos no estado do Rio Grande do Norte.

O propósito de criação de um espaço denominado “Canto Jovem” foi construir um lugar de expressão e acolhimento das juventudes, contribuindo para a qualificação da atuação pública e comunitária.

O referencial metodológico do Canto Jovem recorre ao Construtivismo Social através de uma proposta artístico-pedagógica, utilizando como instrumento o lúdico, a arte, a reflexão e a co-construção dos saberes no trato de suas questões, possibilitando a formação de uma juventude saudável e cooperativa.

Um dos psicólogos entrevistados atua como Presidente da ONG, inclusive sendo um dos sócio-fundadores. Outra psicóloga atua junto aos jovens em projetos de formação política, monitoração de políticas públicas, etc..

d) – Coletivo Leila Diniz

O Coletivo Leila Diniz foi fundado em 12 de abril de 2002, pela iniciativa de três mulheres militantes da causa feminista. A ONG faz parte da Secretaria Executiva de uma articulação nacional de mulheres brasileiras. A sua principal missão é trabalhar pela justiça social, lutar pela equidade de gênero, agindo em três eixos de atuação. Um deles é o

enfrentamento da violência contra a mulher, o segundo é desenvolvimento e direitos das mulheres, que engloba um pouco de gestão local, questões de meio ambiente, mas sempre voltado para o recorte dos direitos das mulheres. E o terceiro é o fortalecimento de movimento de mulheres e feministas.

O perfil atendido é de, predominantemente, mulheres adultas de classes populares.

A ONG conta com uma equipe de sete pessoas, sendo duas antropólogas, uma arquiteta, uma psicóloga, uma pedagoga e duas estudantes voluntárias. A Psicologia trabalha com a formação de lideranças comunitárias, além do envolvimento direto com os demais projetos da instituição.

e) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais– APAE-NATAL

A APAE em Natal foi criada através do Clube de Pais e Mestres da Clínica Pedagógica Professor Heitor Carrilho, e fundada em caráter provisório no dia 30 de outubro de 1959, sem responsabilidade jurídica, sendo agregada à Sociedade Professor Heitor Carrilho, que desenvolvia um trabalho com crianças excepcionais.

No ano de 1962, as APAEs do Rio de Janeiro e São Paulo reuniram-se para debater o contínuo crescimento do Movimento Apaeano no Brasil, já com a necessidade de criar uma coordenação maior. Surge em 10 de novembro do mesmo ano, a Federação Nacional de APAEs, em São Paulo. Hoje, a sede desta Federação está na capital do País, Brasília.

Com a criação da Federação Nacional, tornou-se indispensável a organização da APAE - Natal em moldes necessários ao seu conhecimento legal. E no dia 04 de setembro de 1964, seu Estatuto foi aprovado e publicado no Diário Oficial do Estado.

O estado do Rio Grande do Norte possui várias APAEs, sendo, no entanto, a APAE-Natal quem concentra o maior número de atendimentos e dá o suporte para as demais, tendo em vista que as mesmas não possuem muitos recursos, estrutura física adequada, etc. Isso faz com que muitas crianças venham do interior para serem atendidas na APAE-Natal.

Apesar de atender quase todo o estado do RN, a APAE-Natal tem a sua maior clientela concentrada na Zona Norte, área de maior carência na cidade.

Atende, hoje, em torno de 150 pessoas, entre crianças e adultos, de ambos os sexos, que trazem, além do problema da exclusão pela deficiência, histórias de dificuldades financeiras, desemprego, desestrutura emocional, etc..

A Psicologia atua diretamente com as crianças, em atendimento ludoterapêutico e triagem com as famílias.

f) Centro de Estudos e Assessoria Aplicada ao Desenvolvimento – CEAAD

O CEAAD se constitui basicamente de grupos de agrônomos, que trabalham com assistência técnica e incentivo à criação de associações, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia desses grupos, além da melhoria da renda, através do fortalecimento da agricultura familiar. Os convênios da organização são feitos, principalmente com o INCRA, para atuação em diversos assentamentos no estado do Rio Grande do Norte.

O público atendido pela instituição abrange homens e mulheres, crianças e idosos, em torno de cem famílias, por assentamento.

As atividades da Psicologia estão direcionadas, nesta instituição, para o levantamento de necessidades da população, suas potencialidades e dificuldades.

g) Associação de Atividades de Valorização Social – ATIVA

A ATIVA, entidade considerada não-governamental, de caráter filantrópico, desenvolve trabalhos em Natal há 16 anos, atendendo uma clientela bastante carente e diversificada. Possui vários programas, como Creches, Programa de Atenção ao Idoso, Programa de combate à desnutrição, Atendimento a portadores de deficiência (NAE), Programas de capacitação profissional, etc..

Apesar da instituição ser considerada não-governamental, possui forte vinculação com a Prefeitura do Natal, que é, inclusive, sua principal mantenedora.

A estrutura da ATIVA, formada por dois prédios centrais e diversos anexos, montados nas comunidades, já se encontra pequena para absorver a ampla gama de programas e seus diversos técnicos.

Nos programas da ATIVA estão inseridos dez profissionais de Psicologia, inclusive na Presidência da instituição.

Os psicólogos diversificam suas ações, como atendimento a portadores de deficiência, coordenadores de programas sociais, e área de recursos humanos.

h) Associação de Orientação aos Deficientes – ADOTE

A ADOTE, instituição filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em abril de 1982, com sede própria no bairro da Cidade da Esperança, tem como missão valorizar a pessoa portadora de deficiência, promovendo a assistência integral através do atendimento nas áreas de saúde, reabilitação, esporte, cultura, lazer, trabalho e educação.

Com atuação em Natal e na região da Grande Natal, a ADOTE atende atualmente a 570 pessoas portadoras de deficiências múltiplas, mental, física, auditiva, paralisados cerebrais, neurológicos, distrofia muscular e síndromes diversas.

Além do atendimento especializado na área de saúde e reabilitação, realizado na sede da Rua Aracati, a ADOTE mantém a Escola Madre Fitzbach, que funciona no mesmo bairro (Cidade da Esperança), desenvolvendo atividades de educação infantil, 1º e 2º ciclos (1ª a 4ª série) e educação de jovens e adultos, atendendo, atualmente, 153 (cento e cinquenta e três) alunos.

O trabalho da instituição é desenvolvido por uma equipe especializada (médicos, fisioterapeutas, dentistas, psicólogos, psicopedagogas, assistentes sociais, professores, estagiários e voluntários, além do pessoal de apoio), contando com a cooperação de órgãos estaduais e municipais na cessão de grande parte desses profissionais.

A instituição conta com duas psicólogas, que atuam no atendimento direto às crianças, através de ludoterapia.

i) Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC

O SEAPAC atua há 15 anos em Natal. Nasceu a partir dos Movimentos Eclesiais de Base – MEB. Tem como objetivo trabalhar com Educação Popular,

contribuindo para promover a cidadania ativa das pessoas, despertando seus potenciais de agir. Atualmente, tem buscado sensibilizar o poder público e a sociedade em geral para a questão do fortalecimento da agricultura familiar e das entidades representativas das pessoas do campo, estimulando o associativismo.

Há atividades realizadas no âmbito urbano, através dos fóruns de associações comunitárias, no entanto, as ações do SEAPAC concentram-se fortemente na zona rural.

O SEAPAC atua em cinco municípios, acompanhando 68 grupos, que são comunidades que não têm associações estruturadas, ou que já se compõem em associações. Dentro desses grupos, existem ainda os chamados grupos temáticos de jovens e mulheres, acompanhados, principalmente, pela Psicologia.

O perfil da população atendida se compõe de pessoas que vivem no campo, sem acesso a políticas públicas quase de nenhuma espécie, em situação de extrema fragilidade social. O SEAPAC visa trabalhar a situação de desumanização em que vivem essas pessoas.

A questão de gênero no campo, a desvalorização da mulher, e a problemática do jovem, que se encontra sem expectativas, foi identificado pela Psicologia como dois grupos prioritários para o desenvolvimento de suas ações.

j) – Instituto Alpargatas

Fundado em janeiro de 2003, o Instituto Alpargatas, com sede na Paraíba, adotou como missão melhorar a educação de crianças e adolescentes, de 07 a 17 anos, por meio do esporte, nas comunidades onde a empresa Alpargatas opera. O projeto piloto,

implantado em Santa Rita (PB), iniciou mobilizando 20 escolas públicas municipais de ensino fundamental e beneficiando direta e indiretamente mais de 20.000 alunos.

Santa Rita abriga uma fábrica da Alpargatas e foi escolhida para ser sede do Instituto por estar entre os municípios brasileiros com baixo IDH, índice de desenvolvimento humano – IDH.

Em Natal/RN, através de parceria com o Centro Educacional Dom Bosco, o Instituto desenvolve um projeto de ação pós-escola, atendendo a 800 crianças e adolescentes, da Zona Norte, onde reside em torno de 60% dos funcionários da fábrica. Essas crianças e jovens, obrigatoriamente matriculados em escolas públicas, em horário contrário ao escolar, recebem aula de reforço escolar, participam de várias modalidades esportivas, programação cultural, dança, música e merenda, acompanhados de técnicos, voluntários e um profissional de Educação Física.

Além disso, desenvolve em Natal o programa Voluntariado Corporativo, ampliando o número de voluntários e apoiando as ações do Instituto em Natal.

Números da instituição mostram que, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, já foram beneficiados 30.000 alunos, 60 professores foram capacitados e foram realizadas melhorias em 20 escolas públicas municipais.

A Diretoria Executiva do Instituto está nas mãos de um psicólogo, que é o responsável pelo planejamento, implementação e acompanhamento de todas as ações do Instituto.

k) – Centro de Atendimento ao Adolescente – CEAD

O CEAD, criado em 1998, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, realizou parceria com a entidade filantrópica – Providência Nossa Senhora da Conceição para seu gerenciamento. Em junho de 2004, o Estado assumiu a responsabilidade do CEAD e confiou sua gestão à Inspeção São João Bosco (Salesianos), que já gerenciava as duas unidades de Semiliberdade de Belo Horizonte.

A missão da instituição é contribuir para que os adolescentes que são atendidos consigam cumprir a medida que lhes foi imposta, e através da Assistência Presença, das Práticas e Vivências, além de outros recursos da Pedagogia Salesiana, dar-lhes a oportunidade de uma formação integral e sólida para que possam fazer novas escolhas e crescer na construção de sua cidadania e de um bom projeto de vida.

O CEAD tem a capacidade de atender no máximo 30 adolescentes do sexo masculino, entre 12 e 15 anos, em cumprimento de medida sócio-educativa em privação de liberdade.

A atuação da Psicologia se caracteriza pelo acompanhamento dos jovens e participação em equipe multidisciplinar.

l) – Pastoral do Menor

A Pastoral do Menor de Belo Horizonte, de origem católica, tem como missão apoiar o adolescente egresso das medidas sócio-educativas de internação, a fim de promover sua reinserção na sociedade, evitando, assim, a reincidência no ato infracional.

Além do projeto Tocando em Frente, no qual a Psicologia atua na coordenação, a Pastoral do Menor trabalha também com dois abrigos que atendem crianças e

adolescentes do sexo feminino e com um programa que orienta creches no atendimento sócio familiar.

Até hoje, passaram pelo programa cerca de 112 adolescentes. Frequentando as atividades são 35 jovens. Alguns já foram desligados, 10% foram assassinados pelo tráfico de drogas, e muitos se evadiram (em torno de 35%).

O programa é uma parceria com a Secretaria do Estado de Defesa Social de Minas Gerais, e tem um quadro de pessoal que se compõe de duas psicólogas, uma pedagoga, uma assistente social, uma diretora e uma coordenação.

m) Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GAAC

O GAAC funciona há 15 anos em Natal, e nasceu com um grupo de quatro pessoas voluntárias, que trabalhavam com o intuito de ajudar famílias carentes de crianças com câncer, de qualquer forma. Atualmente, a instituição está crescendo e já mantém uma estrutura, uma casa onde se hospedam as crianças, e equipe profissional.

O grupo funciona recebendo doações de recursos financeiros e materiais, que são revertidos para as famílias atendidas pelo GACC. Além disso, é dado todo o suporte necessário para as famílias, enquanto as crianças estão em tratamento.

A Psicologia trabalha com atendimentos individualizados e em grupos, com enfoque clínico.

n) Bem-Estar Familiar no Brasil – BEMFAM

A BEMFAM é uma organização não-governamental brasileira que há 40 anos realiza ações voltadas para o desenvolvimento social local. Baseia-se na defesa de direitos e na promoção da educação e da assistência em saúde, especialmente saúde sexual e reprodutiva, em cooperação com o Estado e com a sociedade civil organizada, permitindo o acesso à população.

Em Natal, vem desenvolvendo parcerias com os municípios, realizando convênios de cooperação técnica, oferecendo métodos anticoncepcionais, materiais educativos e informativos, assessoria constante e, em contrapartida, o município contribui com uma quantia financeira que esteja de acordo com a abrangência que esse convênio vai ter.

O psicólogo atua como assistente de educação e treinamento, realizando a capacitação das equipes.

Existem outros projetos, como o Mulher-Aids-Prevenção e o Pró-Jovem, que é um projeto de prevenção com jovens. Há ainda parcerias com empresas privadas e organizações não-governamentais, no trabalho de capacitação de equipes e de educação na área da sexualidade reprodutiva.

Parte III: Apresentação e discussão dos resultados

Para analisarmos a prática social do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”, organizamos a apresentação e discussão dos resultados de modo a compreendermos, primeiramente, *quem são* os psicólogos que compõem esta pesquisa e em *quais condições e contextos atuam*. A partir desses dados, buscou-se analisar *como os psicólogos têm respondido às suas demandas de trabalho*, ou seja, que estratégias têm utilizado na prática junto ao “terceiro setor”, além das *dificuldades e expectativas percebidas* no campo, como veremos nas seções seguintes.

Depois de obter dados formais acerca das instituições, conforme apresentados acima, interessava para a pesquisa investigar como o psicólogo enxerga o campo, como o problematiza e como responde a ele com seu trabalho.

É importante lembrar que procuramos proceder a análise dos dados, comparando-os aos preceitos da Psicologia Comunitária e Intervenção Psicossocial, bem como à perspectiva gramsciana de sociedade civil e emancipação humana, como já havíamos assinalado.

Vale ressaltar, ainda, que cada psicólogo entrevistado foi identificado através de uma numeração (quixote 1, quixote 2..., quixote 20). Os 20 (vinte) quixotes apresentados estão distribuídos aleatoriamente, não havendo relação direta com as instituições apresentadas acima, tendo em vista a preservação da identidade dos entrevistados.

III.1. Quem são os “novos quixotes” da Psicologia:

“Ainda somos os mesmos, apesar de tudo que fizemos...”
(Belchior)

Nesta seção, além da discussão acerca do perfil dos psicólogos entrevistados, apresentaremos os dados sobre a formação, trajetória profissional e condições da inserção atual no “terceiro setor”.

III.1.1. Dados pessoais:

O perfil dos psicólogos entrevistados é predominantemente do sexo feminino (90%), e com até 35 anos de idade (psicólogos com idade entre 21 e 35 anos representam 75% da amostra).

Tabela 2
Perfil dos entrevistados

Sexo	Frequência
Masculino	02 (10%)
Feminino	18 (90%)
Estado Civil	Frequência
Solteiro	12 (60%)
Casado	06 (30%)
Divorciado	02 (10%)
Faixa etária	Frequência
21-25	04 (20%)
26-30	05 (25%)
31-35	06 (30%)
36-40	02 (10%)
41-45	02 (10%)
46-50	01 (5%)

A predominância do sexo feminino na profissão de psicólogo não constitui nenhuma novidade, como demonstra vasta literatura na área. Levantamento realizado por Yamamoto (1997) já demonstrava que 88,4% dos psicólogos do Rio Grande do Norte eram do sexo feminino, indo ao encontro dos dados nacionais (Rosemberg, 1984).

O campo do “terceiro setor” tem se revelado bastante propício à participação feminina, como indicou Landim (1998), em que há 55% de mulheres contra 45% de homens atuando na área. Segundo a autora, esse fenômeno refere-se à relação histórica da presença feminina em trabalhos tipicamente assistenciais, como acontece na maioria das instituições filantrópicas.

A procura de profissionais de Psicologia pela atuação no “terceiro setor” vem reforçar o estereótipo que acompanha as chamadas profissões femininas, que são pior remuneradas, mas compensadas pelo seu valor social (Yamamoto, 1997).

Nesse sentido, não é raro encontrar depoimentos de mulheres que se sentem menos valorizadas que os homens em alguns contextos do “terceiro setor”. A própria Landim (1998) reforça, em seus estudos, que os homens, nesse campo de trabalho, ainda ganham mais e ocupam as maiores funções dentro das ONGs. Como exemplo, podemos citar as organizações que atuam no meio rural, em que a maioria dos interventores ainda é homem, enquanto que as mulheres cumprem uma função “coadjuvante” nas ações.

Diante disso, apesar de não termos dados suficientes para aprofundar a questão sobre gênero nesta pesquisa, acreditamos que se fazem necessários mais estudos a respeito do papel profissional da mulher dentro do “terceiro setor”.²⁴

²⁴ Sobre “terceiro setor” e gênero existem poucas publicações. Entre elas ver Matos (2005) e Carvalho (2002).

Os profissionais de Psicologia que atuam no “terceiro setor”, além da predominância feminina, são bastante jovens. São profissionais novos ingressando no mercado de trabalho, o que mostra que velhos problemas enfrentados pela formação ainda não foram sanados, como vamos discutir posteriormente.

Essa questão é reforçada por Gohn (2005), que apontou as dificuldades apresentadas pelas ONGs no que diz respeito ao seu corpo profissional. Com as novas exigências de eficiência e resultados, as organizações precisam de pessoal qualificado, mas não têm condições de mantê-los. Então, suas equipes são compostas por muitos membros principiantes, e a qualificação ocorre na aprendizagem no próprio trabalho de campo.

O “terceiro setor” tem sido apresentado como uma promissora área para a Psicologia. Este perfil (mulheres jovens e solteiras, recém formadas) pode estar apontando para uma determinada configuração de atuação e prática profissional, e para as condições do exercício neste âmbito.

III.1.2. Dados sobre a formação em Psicologia:

A conjunção do perfil dos profissionais que atuam no “terceiro setor” e a formação acadêmica que tiveram indicam de que forma vem se configurando esse “novo” campo de atuação, como demonstra a Figura 8:



Figura 8. Agência formadora do psicólogo (graduação).

O fato, por exemplo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ser responsável por 43,8% da formação desses profissionais, revela-se um elemento fundamental de análise, devendo se buscar na conformação do curso de Psicologia da UFRN as características para esse exercício profissional, como já apontava Yamamoto *et al.* (1997).

Certamente existem implicações para o fato de uma única agência ser responsável, predominantemente, pela formação, pois uma diversidade de agências permite uma maior diluição de influências (Yamamoto *et al.*, 1997). É bem verdade que o surgimento de novos cursos de Psicologia, fato bastante recente no estado, trará mudanças para o quadro atual²⁵.

²⁵ O Rio Grande do Norte conta, atualmente com quatro cursos de Psicologia, sendo um de caráter público e três privados. No entanto, dois cursos das faculdades privadas ainda não formaram nenhum psicólogo.

De qualquer modo, tal diluição de influências não parece estar presente na nossa amostra, pois ainda temos uma formação com grande preponderância da área clínica (Figura 9).



Figura 9. Área em que realizou estágio durante a graduação.

Dos profissionais entrevistados que atuam no “terceiro setor”, 37,5% realizaram estágio na área *clínica*, enquanto apenas 6,3% afirmam ter realizado estágio na área *Social*, ou ainda algumas variações, como *Social da Saúde* (6,3%) e *Psicologia Sócio-ambiental* (6,3%).

Trata-se de outra constatação já apontada em literatura sobre formação em Psicologia (Bastos, 1988, Carvalho, 1988, Conselho Federal de Psicologia, 1992, Mello, 1975). No entanto, traz certa preocupação tendo em vista o campo de atuação no qual estão inseridos. Afinal, qual o problema desse tipo de formação eminentemente clínica? Discutir

a formação dos psicólogos para a prática social é algo urgente, e será retomada adiante, neste trabalho.

Mas, já podemos realizar a seguinte reflexão: tendo em vista que os profissionais de que tratamos são jovens e formados recentemente (maioria formados entre 2001 a 2005, como demonstra a Figura 10), podemos pensar que estamos *estagnados* no que se refere à discussão da formação para a prática social, apesar da abertura cada vez maior do campo das políticas públicas para sua atuação.



Figura 10. Ano em que se graduou em Psicologia.

Apesar de muitos desses profissionais não terem obtido *nenhuma* formação em intervenção social, parece que isso não os fizeram buscar sanar tal déficit.

Ocorre que os psicólogos com percurso de formação clínica, de algum modo, buscaram formações complementares, mas não necessariamente em áreas relacionadas ao campo no qual atuam.

Sobre isso, foi dada a oportunidade aos psicólogos de responderem se realizaram mais de uma formação complementar, após a graduação, e quais. A maioria dos entrevistados buscou apenas uma formação complementar (52,6%). As modalidades preferidas foram capacitação e especialização (Tabela 3).

Tabela 3
Formação complementar

Tipo de formação complementar*	Capacitação (%)	Especialização (%)	Mestrado (%)	Nenhuma (%)
Formação complementar 1	43,8	37,5	12,5	6,3
Formação complementar 2	21,1	15,8	10,5	52,6

*n=20

Sobre as áreas que escolheram para complementar suas formações, se computarmos as duas opções (Figuras 11 e 12), veremos que 41,1% dos entrevistados realizaram formação complementar em Psicologia Clínica:

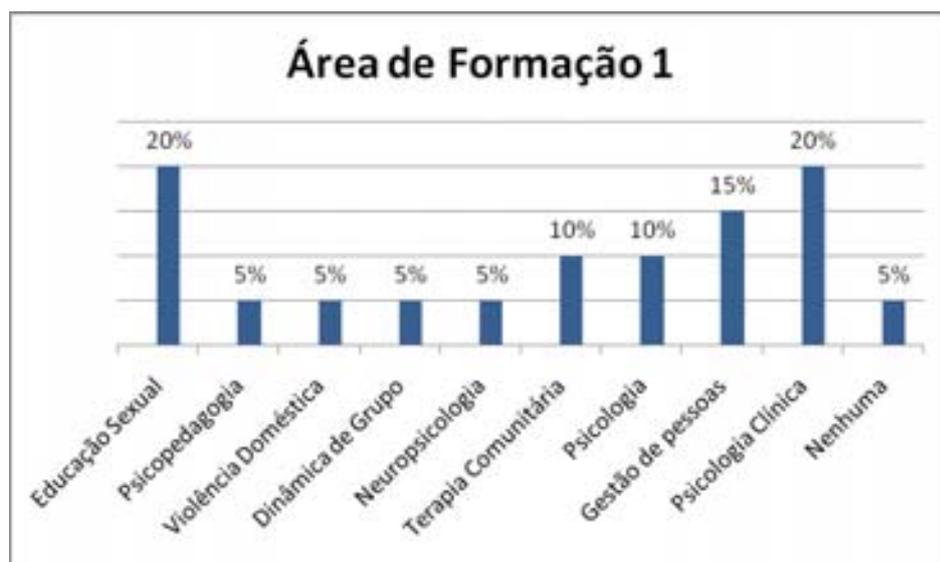


Figura 11. Área da formação complementar.

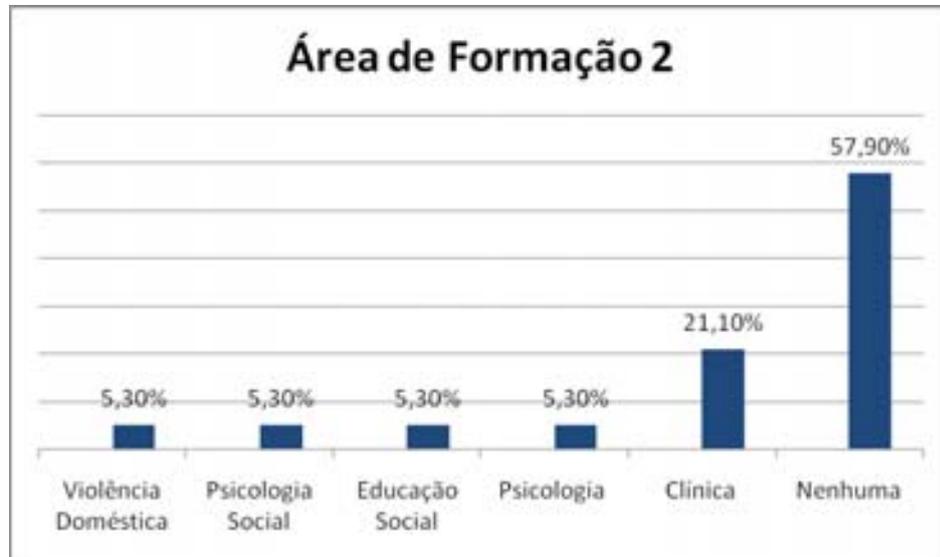


Figura 12. Área da segunda formação complementar.

Evidentemente que percebemos, nas respostas, algumas formações complementares que se aproximam da área social, porém, parece que ainda são mínimas e extremamente difusas, como a Terapia comunitária (10%), Educação Sexual (20%), Violência doméstica (10,3%, unindo as duas formações), Educação social (5,3%) e Psicologia Social (5,3%).

O que se tem evidenciado é uma carência no que se refere a uma formação sólida na área da intervenção social, seja na graduação ou pós-graduação. A própria oferta de formações complementares nessa área é escassa, o que parece contribuir para que esses profissionais continuem a investir na área clínica.

Um dado interessante é que em nenhuma das respostas encontramos formações relacionadas ao campo do “terceiro setor”, como por exemplo, Elaboração e Avaliação de projetos, Captação de recursos, Ferramentas de gestão de ONGs, que são cursos comumente oferecidos para os profissionais da área.

Dentre as atividades realizadas, a psicoterapia é bastante presente na atuação em ONGs, como veremos mais adiante, mas outras atividades que demandariam uma formação diferente também são realizadas, o que reforça a tese de que os psicólogos têm seu processo de aprendizagem no cotidiano do campo profissional e apresentam carência de formação, que deveria ser mais ampla e direcionada para os nossos problemas sociais.

Além das dificuldades que os “novos quixotes” da Psicologia encontram no seu saber-fazer intervenção social, o próprio campo apresenta outros entraves para nossa categoria profissional, como discutiremos a partir desse ponto.

III.1.3. Dados profissionais: Uma vez “quixote”...

Para compreender a prática social do psicólogo no “terceiro setor”, faz-se importante, também, aproximar-se desse campo difuso e complexo. Afinal, como se configura a inserção do profissional de Psicologia nessa área?

Em primeiro lugar, procuramos compreender a trajetória profissional dos “novos quixotes”, ou seja, que caminhos seguiram, após concluírem suas graduações (Tabela 4):

Tabela 4

Trajétória profissional

Trajétória	Casos (N)*
Primeira experiência profissional no “terceiro setor”	8
Estágios e atuação na área social	12
Estágios e atuação em áreas diferentes	9
TOTAL	29

*Mais de uma resposta por entrevistado

Os dados acima demonstram que alguns entrevistados tiveram experiência de estágio e atuação na área social, em outros serviços e instituições, que não a pesquisada. Isso parece indicar que esses profissionais já haviam tido contato com o campo das políticas públicas, mas levaram suas inquietações para a atuação no “terceiro setor”, já que continuaram com dificuldades no “que fazer” em intervenção social. Foram relatadas experiências de atuação no Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF, Programa Agente Jovem, Fundação Estadual da Criança e do Adolescente - FUNDAC, Conselhos Tutelares, etc.

Por outro lado, e aqui tais inquietações aparecem com mais intensidade, alguns psicólogos também afirmaram que sua trajetória profissional nada tinha em comum com

seu trabalho atual, pois realizaram estágios ou atuações em áreas totalmente diversas e não tiveram, na sua trajetória profissional, contato com a prática social. Inclusive, encontramos psicólogos cuja única experiência se deu em consultórios privados.

Do mesmo modo, o grupo de psicólogos que teve sua primeira experiência profissional na instituição em que trabalha atualmente, deparou-se com demandas bastante diferentes e dificuldades nessa adaptação, já que praticamente saíram do curso de graduação em Psicologia para esse trabalho, como mostram os exemplos abaixo:

Quixote 2	Na verdade eu cheguei aqui antes de me formar. Acho que eu estava no quarto ano, ainda não tinha entrado no estágio...
Quixote 9	Minha trajetória foi da universidade para cá, que eu terminei em 99, a formatura em janeiro, e em fevereiro eu já estava aqui para substituir uma pessoa que ia se ausentar, a princípio apenas para substituí-la sem o vínculo ... e após um ano eu fui contratada...

No entanto, uma vez “quixote”, os psicólogos parecem se identificar com o campo e se engajar no trabalho que fazem, como veremos adiante.

Acompanhando a trajetória profissional da graduação até o “terceiro setor”, observamos que motivações tiveram os psicólogos para adentrar nesse campo (Tabela 5).

Veremos que o grupo se divide:

Tabela 5
Motivação para trabalhar no “terceiro setor”

Motivação	Casos (N)
Uma oportunidade de trabalho	7
Interesse pela área social	9
Não respondeu	4
TOTAL	20

Enquanto que, para alguns, o “terceiro setor” foi meramente *uma oportunidade de trabalho*, pois nunca haviam pensado na área social, para outros foi justamente o *interesse pela área social* (seja pela experiência anterior, ou por motivações pessoais), que fez com que buscassem uma vaga na instituição.

Em quase todos os comentários daqueles que afirmaram que sua atuação no “terceiro setor” foi uma oportunidade qualquer que apareceu, e “eu agarrei”, está presente a idéia que, depois disso, se envolveram de tal forma com a "causa" da instituição, que essa é a motivação *para continuar* nesse tipo de trabalho. Vejamos os exemplos abaixo:

Quixote 8	Mas o que hoje eu diria, não como a motivação que me fez entrar, mas <i>a motivação que me fez continuar</i> , é que aqui eu posso exercer, apesar de eu não estar como psicóloga, funcionalmente falando, muitas coisas da Psicologia, sabe? Da Psicologia social, da Psicologia comunitária, da Psicologia organizacional, desse escuta diferenciada que eu tenho, não só dos meus funcionários, mas também com a clientela que a gente lida. Então, não é um trabalho rotineiro, sabe? Não é um trabalho que é fechado, acho que isso me motiva a continuar no trabalho, numa ONG.
Quixote 9	Eu não conhecia a instituição, eu vim porque uma pessoa entrou em contato comigo dizendo que estava precisando de alguém, então, eu vim para substituí-la (...), <i>não foi uma motivação em vir pra cá, foi a necessidade que me trouxe aqui, a partir daí eu fui me apaixonando pela causa e pelo trabalho, tanto que eu estou aqui até hoje.</i>

Ora, essa “paixão pela causa”, aliada a um mercado de trabalho concorrido para o psicólogo na conjuntura atual, faz com que a categoria adentre no campo sem uma reflexão crítica do papel que assumem essas instituições no cenário político, nem questionamentos sobre as condições de trabalho.

Contudo, vários psicólogos trabalham na instituição há pouco tempo, de um a dois anos, ou a menos de um ano (como mostra a Figura 13), o que poderia também contribuir para uma fase de “encantamento” com o “terceiro setor”:



Figura 13. Tempo em que trabalha na instituição do “terceiro setor”.

Vale salientar que, as amplas atividades desenvolvidas no “terceiro setor”, e a absorção dos valores empresariais, têm exigido dos profissionais habilidades para o trabalho nos setores privado e público, como a capacidade de trabalhar em grupo, cumprir metas, gestão de recursos, etc.. (Silver, 1998). Inclusive, psicólogos com trajetória na área organizacional, com uma perspectiva de gestão de empresas privadas, têm encontrado no “terceiro setor” um campo aberto para desenvolver seu trabalho.

Dentre os entrevistados, 37,5% ocupam o cargo de psicólogo dentro das instituições. Entretanto, outras funções são exercidas (Figura 14), como, por exemplo, coordenador de projetos (25%), educador ou orientador social (18,8%) e até mesmo cargo de diretoria (6,3%).

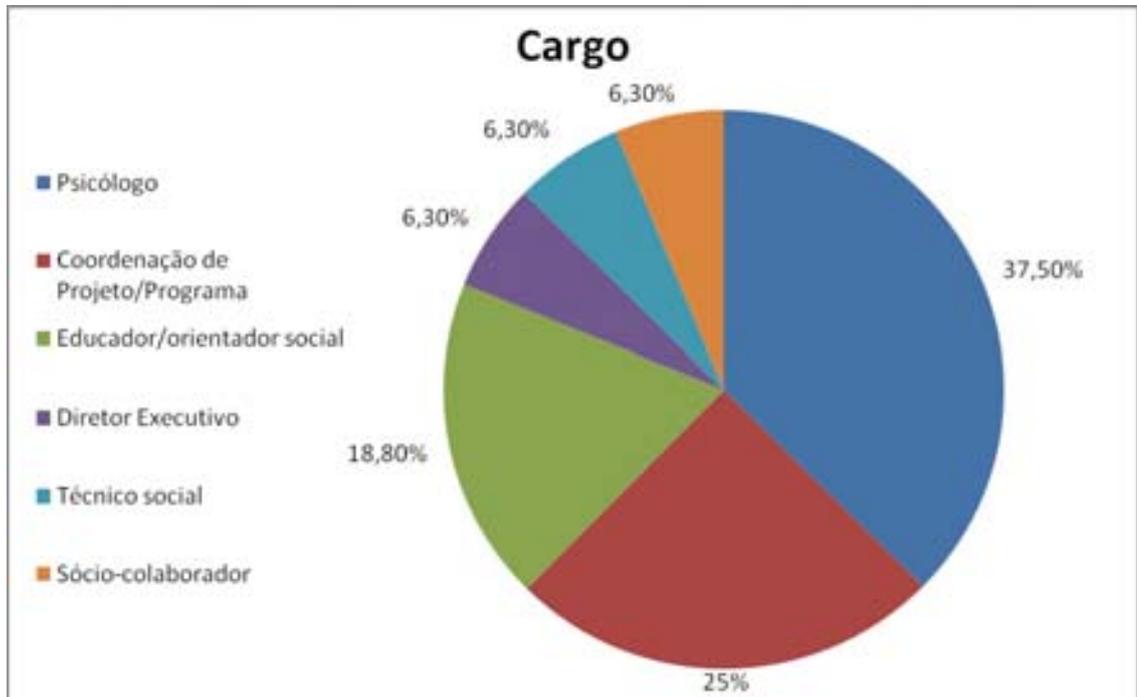


Figura 14. Cargo que ocupa na instituição do “terceiro setor”.

É interessante perceber que muitos entrevistados que não estão assumindo a função como psicólogos, mas coordenadores, educadores, etc., sentem certo incômodo. Pensam: “*será que eu sou psicólogo?*”

Vejamos no exemplo abaixo, a fala de uma psicóloga que assume o cargo de coordenação de projetos:

Quixote 8	E, paralelamente ao meu trabalho aqui, eu não desenvolvo nenhum outro trabalho, estou procurando até, <i>estou num momento bem de querer me inserir mais no mercado de trabalho como psicóloga</i> , estou fazendo algumas entrevistas, deixando os currículos, porque <i>eu estou com esse desejo de também, de me inserir no mercado como psicóloga propriamente dita, não é?</i>
-----------	---

Afinal, o que é ser psicólogo? Percebemos aqui o que chamamos de “crise de identidade” do psicólogo social, sobre a qual discutiremos mais adiante.

Vale lembrar que a entrada do psicólogo no campo do “terceiro setor” está relacionada com a abertura de espaços de atuação que fogem aos tradicionais, como o foi na área da Saúde Pública e, mais recentemente, na área da Assistência Social.

Como afirma Yamamoto (2007), com a crise de demanda da clínica psicológica privada, “o assalariamento do psicólogo é um processo em curso e de reversão historicamente improvável” (p. 34).

O referido autor, pertinentemente, aponta que, diante da configuração neoliberal em pleno curso e a discussão de novos papéis da sociedade, com a diminuição do Estado e o “fortalecimento da sociedade civil”, é provável que o campo do “terceiro setor” seja mais promissor para a atuação do psicólogo do que programas e serviços sociais estatais.

Dessa forma, o psicólogo se encontra num campo de atuação que se configura nas remodelações sociais do capitalismo, colocando-o no que Landim (1993) chamou de “profissão impossível”: dar conta da transformação social dentro dos marcos perversos do sistema.

Além de possuir uma tarefa “quixotesca”, o psicólogo se depara com um campo profissional que, apesar do seu amplo crescimento, apresenta-se repleto de problemas.

Ora, a análise do ingresso dos profissionais de Psicologia no campo do “terceiro setor” não pode estar desvinculada da crise que o país enfrenta com relação ao mercado de trabalho, e a possibilidade de existir um mercado fora das esferas pública e privada. Dados apontam que, apenas entre os anos de 1991 e 1995, 340 mil empregos foram criados no âmbito do “terceiro setor” (Landim, 1998).

No entanto, cabe-nos indagar em quais condições está se dando esse exercício profissional.

É preciso dizer que ainda é pouco o número de pesquisas acadêmicas realizadas no Brasil sobre o “terceiro setor”, o que dificulta a compreensão deste fenômeno.

Dentre essas pesquisas, destacamos o estudo de Ramos e Gelinski (2005), na cidade de Florianópolis (SC), apontando que o setor propicia alternativa ao desemprego, mas não se constitui em opção profissional, pelos salários pouco atrativos oferecidos pelas instituições e a instabilidade.

Gohn (2005) também apontou a dificuldade das ONGS manterem suas equipes, que não são permanentes e apresentam um *turn over* bastante alto, como já mencionamos.

Com os psicólogos entrevistados para esse trabalho, não encontramos um quadro muito diferente, demonstrando um campo ainda em formação, com precários vínculos de trabalho e baixa remuneração (Figura 15).

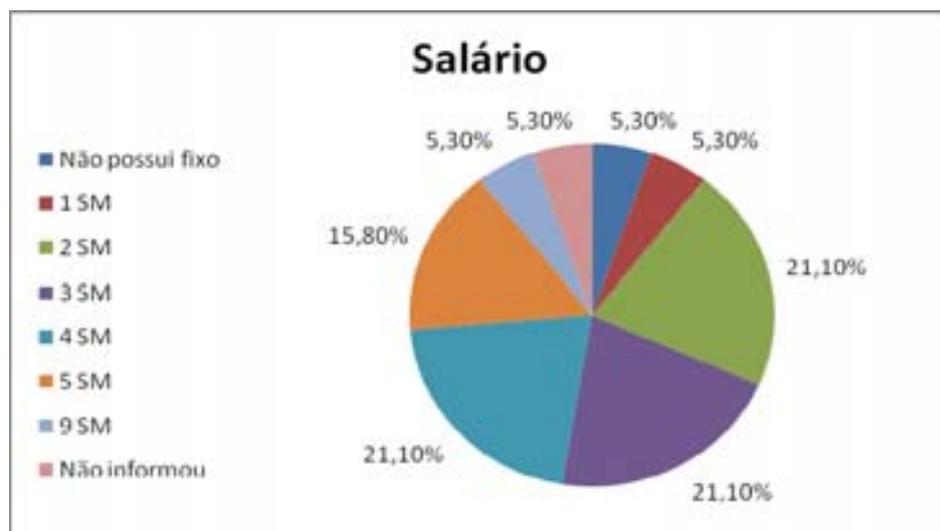


Figura 15. Salário que recebe na instituição do “terceiro setor”.

Como vemos, os salários dos psicólogos no “terceiro setor” não são muito atrativos, a maioria está entre 2 (21,1%), 3 (21,1%) e 4 (21,1%) salários mínimos. O que chama a atenção é termos encontrado, inclusive, profissional que trabalha *sem remuneração fixa*, ou seja, a depender da captação de recursos da instituição.

Não é objetivo nosso analisar detalhadamente as condições de trabalho do psicólogo, mas acreditamos que as indicações de uma precarização da profissão merecem estudos mais apurados. Afinal, os psicólogos têm se submetido a condições cada vez mais precárias e não têm tido força organizativa suficiente para reverter o quadro.

Por exemplo, quando perguntamos se os psicólogos estavam satisfeitos com o trabalho no âmbito do “terceiro setor”, muitos responderam que sim, embora o salário seja um fator desmotivante:

Quixote 7	<i>Questão financeira fica a desejar.</i> Inicialmente não, mas nos últimos três anos não houve aumento de salário, teve a questão de eu assumir o hospital e pra mim, <i>fica realmente bem abaixo</i> , É satisfatório? Não. Eu acho que ele precisaria ser mais além, sim. Se a gente considera atendimento, preço de sessão, tempo de trabalho, trabalho extremamente desgastante, você está lidando com energia que é muito difícil, paciente oncológico é muito carente energeticamente. Então, é um trabalho que é, por mais satisfatório que seja, mas você entra no hospital e depois, quando você sai, dá uma carência, uma demanda muito grande, é muita coisa, principalmente quando você faz outras coisas (...)
Quixote 8	<i>O que insatisfaz em condições de trabalho realmente é o salário</i> , porque a gente sabe que o mercado hoje está difícil, eu sei que o que eu ganho não é tão pouco, mas também não é o que seria o justo, não é? Seja para o cargo de coordenação, ou então, seja para o cargo, pelas ações que a gente desenvolve, de responsabilidade. O que mais me deixa insatisfeita aqui na ONG hoje é isso.

Parece que a área social é mesmo uma “profissão de fé”, pois não há reconhecimento e valorização profissional em termos salariais. Encontraremos outros vínculos instáveis e salários precários em outras áreas da Assistência Social, demonstrando

o tratamento que se dá às políticas públicas no nosso país, e aos profissionais que as fazem²⁶.

O tipo de vínculo (Figura 16) também denota a fragilidade desse setor, já que muitos profissionais entrevistados estabelecem uma relação de *prestação de serviço*, sem nenhum tipo de garantia trabalhista.

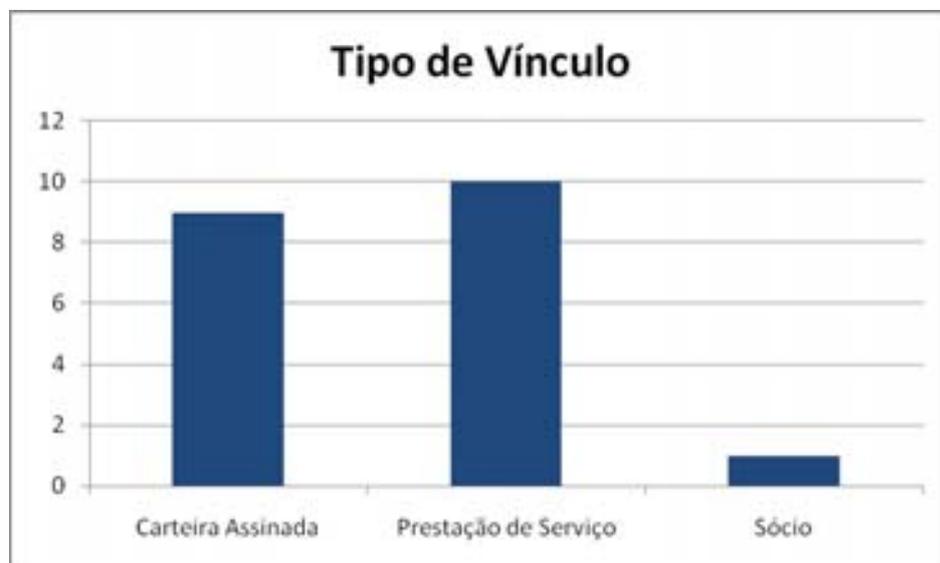


Figura 16. Tipo de vínculo que mantém com a instituição do “terceiro setor”.

O fato de alguns profissionais apresentarem vínculo com carteira assinada (a maioria inclusive pertencentes à mesma instituição), não é garantia de bons salários, nem de estabilidade, tendo em vista que muitas vezes os convênios exigem que se assine a carteira do profissional, por aquele período determinado.

Vale salientar que há bastante exigência nessa área de atuação, muito embora não sejam dadas condições seguras de trabalho. Na Figura 17, podemos perceber

²⁶ Sobre isso, Macedo (2007) realizou estudo sobre a inserção dos psicólogos nos CRAS (Centros de Referência em Assistência Social), demonstrando também a sua instabilidade profissional e os baixos salários.

que a maioria dos psicólogos entrevistados tem um regime de 40 (quarenta) horas de trabalho:



Figura 17. Regime de trabalho na instituição do “terceiro setor”.

Nas respostas abaixo, percebemos que a exigência com a carga horária incomoda os profissionais:

Quixote 7	A carga horária, pesa, por “n” coisas, além da demanda, por coisas que foram solicitadas. Hoje eu tinha a necessidade de outra psicóloga para a gente até dividir melhor algumas questões. Eu sempre fico com essa parte mais de projeto, de palestras, de ir à luta com o atendimento, então, precisamos de um trabalho em conjunto (...). Há uma sobrecarga, e eu acho que não há, inclusive, esse olhar nesse sentido, por que acho que tem uma fantasia, o psicólogo dá conta de tudo! E eu juntei isso com a grande demanda da instituição, e eu sinto que eu fui pegando, pegando, pegando, e aí chega uma hora que não dá mais pra você, e isso porque não dá mesmo. E aí vêm as cobranças, que diz, se você fez até hoje, porque você não vai fazer mais (...).
Quixote 3	Carga horária... ontem a gente saiu daqui sete e meia da noite, é muito puxado, é muito cansativo...

Acredita-se que a informalidade e a instabilidade no “terceiro setor” são características do mercado de trabalho do nosso tempo, como já apontamos. No entanto, há de se pensar se o desemprego é mesmo um mal necessário, como afirmam teóricos do “terceiro setor”, e se precisamos nos conformar com isso.

É importante observar, ainda, as conseqüências para a categoria profissional, que não se articula para enfrentar as condições precárias desse mercado de trabalho que vem se configurando também para a Psicologia.

Aqui, duas questões se mostraram problemáticas. A primeira delas é que os psicólogos “quixotes” parecem estar, de certa forma, “conformados” com a sua situação profissional, mesmo reconhecendo a precarização. Afinal, diante do ideal que a instituição em que trabalha carrega, a tudo se pode perdoar. A idéia de estar realizando um trabalho importante (além de não fazer parte do exército de reserva) traz a tranqüilidade necessária para os psicólogos.

Não foi difícil encontrar respostas como: *“Isso é o que a ONG pode oferecer”*. Ou mesmo, profissionais que trabalhavam muito mais que suas cargas horárias, conscientes que, no “terceiro setor”, é impossível trabalhar menos. Os “quixotes”, então, entregam-se de corpo e alma aos seus trabalhos quase “missionários”.

Vejamos alguns exemplos

Quixote 1	Dentro do que ela pode oferecer, que eu acho que ela pode oferecer, estou (satisfeita). Acho que tem, lógico, algumas melhoras para serem feitas. Por exemplo, nessa área de Psicologia, por mais que tenha uma ética profissional da escuta, que diga que não deve ser escutado o que está sendo dito lá dentro, temos uma sala fechada, mas onde se escuta muita coisa por fora. Então, para crianças que já são debilitadas, tem a questão da estrutura física que tem um pouco de mofo, então essas coisas assim, <i>mas quando você vai ver a instituição no momento não está podendo oferecer nada melhor.</i>
Quixote 3	Mas <i>se eu não tivesse mais nada da vida eu ia amar.</i> Eu ia fazer isso de

	verdade... a equipe é muito acolhedora, tem esse lado bom de ser pequena, é muito flexível, é muito compreensível, acaba tendo envolvimento pessoal mesmo. Mesmo com as condições de trabalho sendo um pouco difíceis, não sairia por isso. Não tem um carro, a gente tem que usar nosso carro. <i>De vez em quando tem como pagar a gasolina, ótimo, mas se não, eu vou, na boa assim...</i>
Quixote 6	<i>Ah, está tão bonitinha a instituição... tudo tão arrumadinho, tão bonitinho. Realmente é muito difícil se manter, a gente hoje tem uma sede alugada (...). E aí a gente sofre um pouquinho, às vezes não tem condição de ter um computador adequado funcionando todo dia, pára, não tem como renovar, ter manutenção... Então, a gente tem os entraves do cotidiano, principalmente na área de tecnologia que a gente sofre muito. (...) A gente vê muitos computadores que ficam sem funcionar, estão obsoletos, não conseguiram avançar em programas, a gente conseguiu investir em programas, mas a gente não tem pessoal especializado para trabalhar as ferramentas, não é? Então, a gente tem esse problema, mas numa boa, não, é? Não é totalmente satisfatório, mas é regular. Se eu fosse dar um conceito para instituição, acho que ela tem um formato regular. Poderia ser melhor, mas também ela não é tão ruim.</i>
Quixote 9	O que a gente sempre precisa, tem sempre a escuta, se no momento não é possível, mas eles buscam isso, a gente percebe que eles trabalham muito para que você consiga realmente atingir os objetivos. Então, eles fornecem <i>o que for possível dentro da capacidade deles, eles estão sempre fornecendo o que a gente precisa.</i>
Quixote 10	<i>É o que ela pode me oferecer.</i>

Como vemos, essa conformação com as condições que a instituição pode oferecer está muito presente nas respostas. Parece que há certa tolerância, pois se percebe que a instituição não é como uma empresa ou órgão privado, que tem sempre recursos disponíveis. Ocorre que as relações ficam menos profissionais, no sentido de que sempre se trabalha mais do que se ganha, e é esperado que o profissional entenda e, mais do que isso, que se doe à causa e à instituição.

Mas, e aqui entra nossa segunda questão: como trabalhar direitos e deveres, numa perspectiva de emancipação, se os próprios profissionais não estão tendo direitos respeitados? As relações de trabalho tornam-se, então, bastante complicadas nesse âmbito.

Essa reflexão cabe também para as instituições do “terceiro setor” ligadas às empresas, que estimulam o chamado “voluntariado corporativo”. Muitos trabalhadores têm

se questionado por que existe estímulo à participação e à “cidadania” para fora da empresa e, dentro dela, há a precarização das relações e das condições humanas. Essa incoerência precisa ser refletida pelos que fazem o “terceiro setor”.

O psicólogo, como trabalhador dentro dos marcos do sistema capitalista, não pode se perceber como um indivíduo isolado, mas como fazendo parte de um coletivo, que vivencia as mesmas conseqüências das circunstâncias materiais e históricas da nossa sociedade atual.

No entanto, encontramos apenas um psicólogo que começa a despertar para tal problemática e faz uma reflexão interessante. É como “começar a ter olhos”:

Quixote 13	Não (estou satisfeita), tem uma coisa que eu acho que as ONGs estão se encaminhando muito, e que eu tenho muito pensado nessa história de continuar, ou não continuar trabalho em ONG, porque nós trabalhamos todos os dias para que as pessoas exerçam sua cidadania, a gente fala muito de promoção de cidadania ativa, de igualdade, espaço democrático, ocupação de espaço público, participação política e a gente vem com o discurso todo e aí estão as ONGs passando por muitas dificuldades financeiras. <i>E a gente trabalha para que as pessoas percebam e busquem proteção social através do trabalho e a gente está hoje numa questão que é essa de não ter estabilidade. Você não tem estabilidade. Realmente, é mais uma das coisas que eu acho que é o eixo de trabalho das ONGs mas que não é vivenciado no próprio trabalho.</i>
------------	--

Enfim, os psicólogos parecem se esforçar a cada dia para realizar um trabalho com dignidade e relevância social. No entanto, não enxergam a funcionalidade que essas instituições assumem dentro da engrenagem capitalista, ao se travestirem de “terceiro setor”, e as condições perversas que acabam por assumir.

O que esperamos desses profissionais e dessas instituições é que ambos busquem realizar verdadeiramente um projeto de emancipação humana, e que não esfaquem ainda mais as relações sociais e de trabalho.

III. 2. Os “novos quixotes” e as Demandas do “terceiro setor”

“Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor, de reconhecimento e acolhimento; fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza”.
(Luiz Eduardo Soares, em “Cabeça de Porco”)

As instituições estudadas vêm passando por um processo de crescimento acelerado, aumento de convênios e número de pessoas atendidas, sem que, muitas vezes, estejam preparadas para assumir tamanha responsabilidade. Como vimos, muitos profissionais se queixam de sobrecarga de trabalho, dos salários, instabilidade, de falta de clareza de papéis e, também, da desestruturação organizacional.

Há uma falta de preparo técnico e estrutural para atender às novas demandas que lhes chegam, como afirmam os entrevistados. Essa problemática está clara para o setor, já que se tem buscado assessorias, melhorias organizacionais e pessoal qualificado para tentar sanar os problemas.

Entretanto, é nesse campo, que parece se construir a cada dia, que o psicólogo começa a atuar e esbarrar nos seus primeiros desafios.

Os locais de atuação pesquisados não são unívocos, apresentando uma grande heterogeneidade de demandas sociais, como era esperado no emaranhado de ações que conformam o “terceiro setor”. No entanto, fica claro nas falas dos entrevistados, que os principais problemas são os relativos à *situação de pobreza e opressão social* vivenciados pelos grupos atendidos.

Não se trata aqui de apresentar um perfil detalhado e exaustivo das instituições, mas compreender que demandas surgem nesse campo de trabalho, e discutir, a partir das falas dos psicólogos, como o “terceiro setor” e a Psicologia têm respondido a elas.

III.2.1 Perfil da população atendida

Apesar de assumirem especificidades, as instituições, em sua maioria, identificam seu público como de baixa renda, com ênfase ao atendimento de crianças e adolescentes.

Tabela 6
Público atendido

Público	Casos (N)
Baixa renda	8
Mulheres de classes populares	1
Crianças, Adolescentes e jovens de baixa renda	7
Famílias em assentamentos / zona rural	2
Pessoas com deficiência	2
TOTAL	20

Estudos nacionais, como o de Landim (1998), apontam que crianças, adolescentes e mulheres são os chamados “beneficiários”²⁷ mais atendidos pelas instituições filantrópicas, principalmente após 1990, com o advento do ECA.

Como o público “beneficiário” compõe-se basicamente da população pobre, as dificuldades vivenciadas (Tabela 7) são identificadas, pelos psicólogos, principalmente

²⁷ Discordamos da denominação “beneficiário” utilizada amplamente pelas instituições que compõem o “terceiro setor”, justamente por conceber passivamente os sujeitos que têm acesso aos seus projetos. Nessa perspectiva, corre-se o risco das pessoas não serem percebidas como construtores da sua própria cidadania, mas que apenas se “beneficiam” de serviços.

como a falta total de acesso aos serviços básicos, como educação, saúde, assistência social etc..

Tabela 7
Dificuldades enfrentadas pelo público atendido

Público	Casos (N)*
Falta de acesso aos serviços básicos	14
Falta de acesso à informação	4
Alcoolismo	2
Desigualdade de gênero	2
Violência familiar	4
Convivência com o tráfico de drogas	2
TOTAL	28

* Mais de uma resposta por entrevistado

A instituição se desdobra para tentar suprir esses serviços para a população, que apresenta carências de todos os tipos:

Quixote 1	A gente percebe que dentro do discurso deles, (a dificuldade é) da <i>assistência em si mesmo, de locomoção, falta de dinheiro, falta de cuidado</i> , então estão sempre em busca de alguma ajuda. São pessoas que também são muito desestruturadas emocionalmente, financeiramente nem se fala.
-----------	---

Na fala acima, se evidencia, uma vez mais, que o público atendido pelo “terceiro setor” pode ser considerado o núcleo duro da pobreza, ou seja, a parcela da população que está totalmente desprovida do acesso aos serviços básicos, que deveriam ser direitos garantidos.

A verdade é que o Estado brasileiro não tem suprido as necessidades básicas da população. O que fazer, então? Parece que essa é uma questão que inquieta alguns profissionais:

Quixote 6	Eles têm a dificuldade de acesso, eles querem participar, eles querem... mas aí trava um grande problema que é a condição econômica. E aí a gente observa que essa condição econômica em si ela tem uma dificuldade geral, porque a gente também não pode estar oferecendo para eles esse transitar por tudo. O que a gente
-----------	---

	<p>tenta, através de projetos, é arrecadar os recursos para fazer, dar oportunidade nesse acesso ao serviço.</p> <p>(...) <i>Mas aí chega o ponto em que a gente também não tem recursos, aí não pode dar.</i> Por exemplo, eles queriam continuar na oficina de dança, queria continuar a oficina de música, de teatro, mas aí a gente não tem recursos para pagar o professor, para pagar o deslocamento dele, roupa...</p>
--	---

A entrevista na sua totalidade demonstra que a população atendida (adolescentes e jovens da periferia da cidade) não tem acesso à cultura e lazer, que deveriam ser direitos garantidos pelo Estado, e a instituição tenta suprir tal carência. Mas: "*chega um ponto em que a gente também não tem recursos, aí não pode dar*".

Isso reforça o quão perverso é a perspectiva de um Estado mínimo e o cuidado das mazelas da questão social delegado ao “terceiro setor”, como um projeto pontual na vida desses jovens, e não como direito respeitado. Inclusive, estudos têm mostrado que a falta de espaços e recursos comunitários de cultura e lazer para os jovens tem sido um grande fator de vulnerabilidade (Sarriera *et al.*, 2007), contribuindo para a violência juvenil, consumo e envolvimento com tráfico de drogas. E quando terminam os projetos? O que ocorre com o grupo alvo?

Nessa mesma entrevista, a psicóloga responde da seguinte maneira aos jovens, sobre a falta de continuidade dos projetos: “tudo na nossa vida são passagens, e nós temos que passar, aproveitar isso como um aprendizado para nossa vida. Então a gente diz que todo aprendizado, que toda passagem pela instituição *vai ser uma travessia para um outro momento*”.

Seria importante que os “novos quixotes” tivessem bastante clareza do que esperam nessa “passagem” e a que outro “momento” pretendem levar esses jovens. Voltar aos grupos atendidos, fazer avaliação de impacto após a realização desses projetos é a única

forma de verificar se tal “travessia” se efetivou de algum modo. Houve *organização* desses grupos sociais? Buscou-se a garantia de seus direitos? Que mudanças reais o projeto trouxe para o grupo atendido?

No entanto, como veremos, a questão da avaliação ainda não é realizada de maneira criteriosa pela maioria das instituições, que muitas vezes não têm a mínima idéia de como executá-la.

É fundamental trabalhar a autonomia, mas sempre aliada à conscientização e à organização social, caso contrário, corremos o risco de atribuir unicamente às forças individuais a responsabilidade pela sua condição social.

Além disso, algumas instituições podem estar criando uma forte dependência de suas ações. Não é raro encontrar instituições nas quais o mesmo grupo de pessoas é atendido, fazendo parte de inúmeros projetos diferentes, mas que não saem de um papel de receptores dessas ações. Não há aplicação do conhecimento adquirido no sentido da transformação (são “beneficiários” propriamente ditos).

Como “falta tudo” para a comunidade, as instituições parecem querer suprir todas as carências através de seus projetos, sem, mais uma vez, entender que trabalham dentro dos limites do sistema capitalista. Ou seja, que o “sonho quixotesco” de mudar o mundo esbarra nos nós do próprio sistema.

Ouvimos, inclusive, profissionais que se contentam: “*melhor estarem aqui no projeto, do que estarem na rua, fazendo o que não devem*”. De fato. Mas será que nossa intervenção só pode chegar até aí? Será que o que está sendo feito pode atrapalhar, muito mais do que ajudar, a realização de um projeto de emancipação? São questões para refletir.

Isso não quer dizer que cruzaremos os braços e não realizaremos trabalho social algum. Mas, que devemos pensar ações e intervenções que partam de uma análise da realidade e do engajamento social.

É importante estabelecer diálogos com os membros do grupo-alvo para definir corretamente a demanda a ser trabalhada (Martínez, 2004a). O correto estabelecimento da demanda permite que quem intervenha, conjuntamente com as pessoas envolvidas, possa estabelecer as prioridades da ação baseando-se nas características da demanda, e não criar falsas expectativas sobre o papel da intervenção.

As demandas deveriam surgir a partir de uma negociação entre a equipe de intervenção e o grupo social, para se definir quais são os problemas sociais a atacar, por que, como, e qual é a *responsabilidade de ambos*.

As instituições, ao se esforçarem por oferecer uma ampla quantidade de serviços, acabam não trabalhando uma questão crucial: a retirada dos sujeitos das condições passivas em que se encontram, de uma espécie de “letargia” social.

III.2.2 Missão institucional, Projetos desenvolvidos e Participação comunitária:

A prática social do psicólogo é construída em um terreno que envolve desde a atuação junto ao atendimento de pessoas com deficiência, equidade de gênero, crianças com câncer, adolescentes em conflito com a Lei, protagonismo juvenil, assentamentos rurais etc..

Como apontamos anteriormente, as missões institucionais (Tabela 8) não são unívocas, mas, a *assistência básica* é bastante presente, demonstrando que muitas

instituições do “terceiro setor” ainda assumem um papel tradicional, que se aproximam ora da caridade, ora de serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado:

Tabela 8

Missão institucional

Missão	Casos (N)
Assistência básica	5
Justiça Social	1
Equidade de gênero	1
Direitos de crianças e adolescentes	5
Incentivo ao cooperativismo/associativismo	2
Assistência a crianças com câncer e suas famílias	2
Inclusão de pessoas com deficiência	2
Não têm clareza da missão	2
TOTAL	20

Dos entrevistados, os psicólogos que relataram que a missão da instituição é prestar assistência, indicam um conceito de assistência social bastante difuso, como vemos nos exemplos a seguir:

Quixote 1	Assistência... é uma <i>assistência bem global</i> . Atendemos de uma maneira bem geral.
Quixote 8	Basicamente é prestar esse tipo de atividade de <i>assistência social</i> a comunidades, a pessoas carentes.
Quixote 11	Valorização social, de <i>prestar assistência</i> .
Quixote 16	É o de prestação de serviço, de <i>assistência social, de geração de renda, de melhorias de condição de vida</i> para toda população assistida, sobretudo a população mais carente, que é o foco da população que a gente tenta estar focando o trabalho.

Ora, difícil pensar que, partindo de uma perspectiva funcionalista dos problemas sociais, o “terceiro setor” possa dar conta de garantir o bem-estar da população, através da oferta provisória de serviços básicos ou de ações meramente assistencialistas.

Os problemas sociais, dentro da perspectiva marxiana, refletem conflitos ligados aos processos de produção e à luta de classes, ou grupos sociais, pelo controle de recursos escassos. Por isso, a emancipação humana é a solução proposta.

Se olharmos o problema social como produto das relações de desigualdade presentes na sociedade, perceberemos que apenas através de projetos que primem pela *participação*, conseguiremos envolver as pessoas afetadas em possíveis soluções, como aponta Martínez (2004b):

En las perspectivas participativas las personas afectadas por problemas sociales protagonizan, a través de su participación, la propia definición de lo problemático y las vías de solución posibles, ya que son ellas que mejor pueden conocer las características de sus problemas y los recursos comunitarios que se pueden usar para solventarlos (p. 62).

Nesse sentido, estaríamos de fato trabalhando em prol de uma sociedade que se organiza e promove sujeitos ativos na construção de sua história.

Outro fator que preocupa, é o fato das próprias instituições reforçarem que devem assumir o que o Estado não cumpre, como mencionado na fala abaixo:

Quixote 10	Então, nós temos nossos programas sociais aqui, que vai desde o <i>setor de creche</i> que pode pegar até berçário, até apoio ao clube de mães e de idosos, então nós pegamos <i>todos os segmentos de um cidadão</i> , desde bebê, criança, adolescente, mães e idosos... está faltando pais, não é? Tem que pensar alguma coisa em relação a isso, para os pais, é verdade..., mas é uma história de muita luta que <i>a gente acaba complementando exatamente os setores aonde a própria prefeitura, no caso de Natal, não consegue de certa forma abarcar...</i>
------------	--

Nessa direção, reforça-se a idéia de que os serviços básicos ficam fora da seara dos direitos garantidos e passam para o campo da filantropia.

Mesmo as instituições que trabalham com direitos de crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, crianças com câncer, e equidade de gênero, os psicólogos citam

nas suas missões, ainda, a oferta de serviços básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Para aquelas que trabalham direitos de crianças e adolescentes, identificamos apenas em uma das respostas a inserção da dimensão *participação política*, embora seja recortada para o escopo da saúde sexual e reprodutiva:

Quixote 6	<i>Participação social, política e cultural dos adolescentes e jovens na perspectiva da promoção da saúde sexual e reprodutiva e direitos humanos.</i>
-----------	--

Além disso, encontramos poucas instituições que se destinam a trabalhar com a conscientização da população atendida, como o seu “empoderamento” e real organização, e concebem isso como missão institucional.

Por exemplo, apenas dois psicólogos relataram que a missão da instituição consistia em incentivar e fomentar a organização dos grupos com que trabalham. Os dois casos trabalham na área rural, como vemos abaixo:

Quixote 5	Incentivando a criação de <i>associações</i> , de <i>autonomia das pessoas</i> , desenvolvimento de renda em agricultura familiar.
Quixote 13	Hoje (...) nosso principal carro-chefe (...) é tentar <i>sensibilizar o poder público e as pessoas da sociedade civil para a necessidade do fortalecimento da agricultura familiar e de organizações representativas, para que as pessoas possam se desenvolver através disso</i> , sobretudo pessoas que são do campo, porque nosso trabalho, ele é mais realizado na zona rural. Nós temos algumas atividades pontuais no município, que são o que a gente chama de fóruns de associações comunitárias, mas mesmo esse fórum acontecendo no município porque junta todas as associações de determinado município, são da zona rural, mas são atividades que são discutidas e que vão se desdobrar lá na zona rural, nas associações. É pensar quais são os principais problemas que as associações, as comunidades enfrentam e como são problemas muito parecidos, porque é muito a questão do acesso a políticas públicas, lá se torna um lugar de articulação de mobilização dessas pessoas para ocupação dos espaços públicos, conquista de políticas públicas.

Esse é um campo de atuação bastante novo para a Psicologia, que, evidentemente, se afasta em sua totalidade de uma perspectiva de trabalho centrada no indivíduo.

Mesmo atuando dentro dos marcos do capitalismo, a fomentação das associações pode contribuir para que as pessoas se organizem, se eduquem politicamente e pleiteiem a formulação de políticas públicas que melhorem sua qualidade de vida²⁸.

Os depoimentos mostram que não é um trabalho fácil, e que os psicólogos encontram dificuldades, seja pela falta de experiência e preparo em trabalhar com uma perspectiva social, seja pela resistência que encontram nos grupos para se organizarem.

Por último, chamou a atenção o fato de alguns psicólogos não conhecerem a missão da própria instituição em que trabalham, como nos exemplos abaixo:

Quixote 4	Eu não lembro agora, sinceramente, as palavras do projeto. Faz tempo que eu não lembro.
Quixote 5	Eu sei muito pouco...

Poderíamos pensar que isso se deve, de certa forma, ao isolamento profissional do psicólogo, no que se refere à dificuldade da atuação interdisciplinar e da não visão sistêmica do trabalho social? De fato, em outras categorias analisadas, o psicólogo demonstra falta de conhecimento, sugerindo uma atuação isolada.

Poderíamos nos perguntar, diante do exposto até aqui: onde o psicólogo quer chegar, qual a finalidade de sua atuação junto a essas instituições? E quando ele não tem

²⁸ Sobre isso, Kerstenetzky (2003) faz interessante reflexão, apontando que “se parece haver benefícios próprios de uma vida associativa particularmente rica, o potencial desta em reduzir desigualdades socioeconômicas e, por extensão, desigualdades políticas, não parece claro” (p. 132). Para a autora, as ações dos grupos organizados deveriam estar direcionadas a um ataque direto à distribuição de renda, pois só assim se poderia falar em democracia e igualdade política.

clareza do que a instituição se propõe? Acreditamos que esse alheamento pode levar, inclusive, a uma prática sem objetivos claros e de difícil avaliação.

Nesse sentido, Sarriera (2004) faz a seguinte observação:

Em todas as etapas do processo de intervenção psicossocial, precisamos ter presente os princípios que embasam esta proposta, bem como seus objetivos, para possibilitar ao grupo-alvo a atuação cooperativa. Ao longo do processo há necessidade da efetiva participação do grupo-alvo, contribuindo para o desenvolvimento do processo, além de avaliações constantes, o que permite o repensar, e modificar o que for necessário, conseguindo, dessa forma, ações mais efetivas ao bem-estar (p. 31) (grifos nossos).

Além de conhecer por que existem e para que se destinam, interessava para esse trabalho, saber se a instituição possuía projetos de enfrentamento da pobreza, tendo em vista que essa é a condição prioritária de seu público.

As respostas foram bastante variadas, como mostra a Tabela 9:

Tabela 9

Projetos desenvolvidos pela instituição no enfrentamento da pobreza

Projetos	Casos (N)*
Formação de lideranças comunitárias	1
Políticas públicas relacionadas a violência contra a mulher	1
Saúde sexual e reprodutiva	2
Oficinas de arte	2
Paz nas escolas	1
Atendimentos clínicos	1
Doações e benefícios assistenciais	6
Preparação para o mercado de trabalho	2
Atenção ao idoso	3
Inclusão	3
Atenção à gestante	3
Capacitação de professores	1
Assessoramento de associações comunitárias	1
Esporte e lazer	1
Atendimento ao adolescente em conflito com a Lei	1
Não têm clareza	3
TOTAL	32

*Mais de uma resposta por entrevistado

Aqui, merecem destaque as ações que chamamos de *doações e benefícios assistenciais*. Nessa categoria, se enquadraram respostas que apontavam para doações de cestas básicas, ajudas financeiras, entre outros benefícios puramente assistenciais, reforçando o problema que levantamos anteriormente, como mostram os exemplos abaixo:

Quixote 10	A gente tem um programa que nesse momento <i>é mais assistencial</i> , é bem complicado a gente ver alguma forma de gerar algum dinheiro para essas pessoas, que é o programa de sopa comunitária...
Quixote 15	Oferecemos <i>cestas básicas</i> em momentos de crucial necessidade, tentamos ajudar a estruturar a moradia, que muitas vezes não tem nem como receber este adolescente em casa. <i>Doamos material de construção, cama, colchão, etc.</i>

Parece difícil definir o que é enfrentamento da pobreza, e quais políticas sociais estariam contribuindo para isso.

No entanto, fica claro que elementos como organização e emancipação, defendidos aqui como fundamentais para mudanças efetivas, não convivem com o assistencialismo e a filantropia.

A discussão acerca das políticas sociais deveria estar presente na agenda de luta dos trabalhadores, garantindo ganhos para a classe e impondo limites ao capital (Behring & Boschetti, 2006).

Na fala abaixo, por exemplo, além da assistência, os demais projetos apresentam-se múltiplos e pontuais, sem relação entre si, dificultando a visualização de ações que se direcionam para a emancipação dos sujeitos.

Quixote 16	Bom, que eu tenho conhecimento é o nosso programa, que é o Programa de Assistência à Criança Desnutrida. Eu acho que, também, diretamente de enfrentamento à pobreza, o programa de gestante tem uma coisa nesse sentido. O programa de creche, também. Todos os programas trabalham muitas vezes com alguns temas como idoso, mães, tudo, mas todos eles também têm formas e também propósitos. Todos eles tentam oferecer programas de geração de emprego e renda, tentam oferecer alguma coisa de assuntos educativos para, como a população em geral é uma população carente, todos esses programas, <i>embora o foco principal não seja o enfrentamento à pobreza, mas tem estratégias de trabalho nesse sentido.</i>
------------	--

Estratégias de geração de emprego e renda também têm sido utilizadas pelas instituições do “terceiro setor”. No entanto, a maioria dos projetos se limita a oferecer cursos de qualificação, e muitos deles dirigidos a subempregos.

É importante refletir sobre isso, pois, nas conversas e observações realizadas nas instituições, percebemos um discurso problemático, afirmando serem os projetos de qualificação profissional, direcionados a jovens, a melhor estratégia para lidar com a pobreza. Ocorre que, muitos jovens não têm acesso a cursos de qualificação destinados a empregos mais bem remunerados, pelo fato de não possuírem escolaridade suficiente. Aliás, a realidade é que é difícil preencher vagas em cursos de qualificação em que exista a exigência de ensino médio completo, por exemplo.

Isso mostra claramente que os jovens estão fora da escola e, muitos adultos que são atendidos pela instituição mal passaram por ela.

Sarriera *et al.* (2000) trazem reflexão acerca das falsas expectativas de mudança que tais projetos podem estar oferecendo:

(...) ao conseguirem ingressar no mercado de trabalho apresentando um nível de formação deficitário, provavelmente caberá a estes jovens os empregos que requeiram menor qualificação, portanto, que ofereçam condições mais precárias, salários rebaixados, talvez jornadas extensivas e descumprimento das leis trabalhistas (p. 31).

O mesmo tipo de problema enfrentam as instituições que lidam com pessoas com deficiência. Sem a escolaridade exigida, elas ficam fora do mercado de trabalho ou obtém os referidos subempregos. É possível pensar “inclusão social” sem realizar a chamada “inclusão produtiva”, dentro dos marcos do capitalismo, que, historicamente, sempre condenou à segregação os considerados improdutivos?

Por isso, acreditamos que, ao pensar em projetos de enfrentamento da pobreza, essas questões também devem ser pensadas propondo, por exemplo, “programas que não sejam meramente adaptativos, mas que os façam refletir sobre as suas condições de vida (...)” (Sarriera *et al.*, 2000, p. 31).

Em detrimento de soluções assistencialistas, a Psicologia Comunitária tem se dedicado a trabalhar com a perspectiva de empoderamento de pessoas e comunidades.

O conceito de empoderamento, como discutido anteriormente, foi utilizado na PC pela primeira vez em 1981, por Julian Rappaport, nos Estados Unidos. Para Rappaport (1981), o empoderamento é o processo através do qual pessoas, organizações ou comunidades adquirem domínio ou controle sobre assuntos vitais, e apresenta três componentes: acesso aos recursos sociais, participação social conjunta e compreensão crítica do contexto social.

O termo empoderar, então, tem sido utilizado como *potencialização* ou *fortalecimento*, no sentido de participação e organização social para mobilizar e controlar recursos sociais em prol do bem estar da comunidade.

Para Ochoa e Vasquez (2004), intervir é potenciar, e potenciar é fomentar a utilização de recursos disponíveis ou desenvolver práticas que permitam o acesso a tais recursos.

Sánchez Vidal (2007) sugere que a intervenção psicossocial visando o empoderamento deveria ocupar-se dos seguintes passos:

1. Identificar grupo ou coletivo social com poder potencial;
2. Ajudar a gerar sentimento de potência;
3. Facilitar a interação social e o sentimento de pertinência ao grupo social despossuído;
4. Ajudar a desenhar e realizar uma ação social efetiva para obter o poder ou compartilhá-lo.

O resultado desse processo é um grupo social fortalecido, que trabalha para o bem comum ou coletivo, sabendo gerenciar ou adquirir os recursos necessários para isso.

Evidentemente, tal perspectiva de empoderamento não deve encerrar-se em si mesma. Ou seja, na visão gramsciana, adotada neste trabalho, toda ação social deve estar articulada a outras ações, para que se possa levar, em última instância, a ações transformadoras, e não ações reformistas conservadoras ou pontuais.

Acreditamos que essa seria, justamente, a diferença entre os movimentos da sociedade civil organizada, numa perspectiva gramsciana, e o “terceiro setor”, conforme compara Leher (2002):

Os primeiros adotam categorias e conceitos totalizantes, buscam soluções sistêmicas que implicam ruptura com o modo de produção capitalista. Os últimos, ao contrário, são pragmáticos e pouco ideológicos. Os *realmente* novos movimentos buscam mudanças pontuais, concretas (...) não aspirando a mudanças capazes de levar a rupturas.” (p. 162).

Entendemos que a maioria das propostas de enfrentamento da pobreza das instituições pesquisadas, também transforma os sujeitos em meros “beneficiários” de suas

ações e não concorrem para a organização e participação social. Percebemos isso desde a concepção de suas missões aos projetos que desenvolvem.

O poder social deve estar no centro de qualquer programa de desenvolvimento ou mudança social, e para isso, deve-se fomentar a participação dos cidadãos em movimentos sociais ou organizações da comunidade, favorecendo o desenvolvimento de conhecimento crítico e identificação de condutas que busquem objetivos em comum (Ochoa & Vásquez, 2004).

No entanto, ao serem questionadas sobre o nível de participação do grupo-alvo (Tabela 10) no desenvolvimento desses projetos, encontramos um direcionamento diferente.

Tabela 10
Níveis de participação comunitária

Participação	Casos (N)
Ajuda a instituição	1
Planejamento e avaliação das atividades	3
A população não está preparada para a participação	2
Formando multiplicadores	1
Formação de lideranças	1
Apenas se beneficia das atividades oferecidas	4
Solicita serviços	2
Não tem clareza	3
Não respondeu	3
TOTAL	20

Consideramos que, em várias falas, há falta de clareza do que seja a participação efetiva dos grupos atendidos pelos projetos sociais. Eles não participam da elaboração dos programas, por exemplo, apenas auxiliam em eventos e lhes é dada uma prestação de contas (quando é dada):

Quixote 1	Tem grupos que sim (que participam). Como o grupo de mãe, que é como se fosse dada uma devolução, acredito mais como um esclarecimento. Elas são muito ativas dentro da instituição, elas participam. <i>Quando tem alguma programação elas estão sempre ajudando.</i> A comunidade aqui, pelo que eu sei, é uma comunidade ativa.
-----------	--

Esse fator é importante, pois, se a instituição pretendesse trabalhar com a emancipação da população, deveria desenvolver a participação, e a Psicologia poderia contribuir neste sentido, conforme as palavras de Sánchez Vidal (2007): “(...) es la participación efectiva lo que convierte a las personas (y a la comunidad) en sujetos agentes hacedores conjuntos de su vida en común” (p. 261).

Vejamos um exemplo de resposta que mostra que o grupo-alvo apenas se beneficia das ações:

Quixote 9	Olha, nós temos o grupo de mães aqui. Mas as atividades a gente monta em cima do que percebemos de carência neles. Então, <i>não é uma participação efetiva, mas eles contribuem com a instituição na hora que a gente faz cursos.</i> Recentemente teve o curso de pintura, teve o curso de artesanato (...). Então, <i>a instituição não se junta com as mães para programar, mas sabe a necessidade, sabe o que precisa,</i> qual a carência, e que elas precisam de uma ocupação, precisam ter alguma formação, que muitas vezes não tem, e a instituição vai buscando os caminhos para, junto com elas, conseguir ir melhorando essa qualidade de vida delas.
-----------	--

Como a instituição pode estar tão certa das necessidades do grupo social?

Apenas se beneficiar das atividades da instituição é uma forma de não participação, correndo o sério risco da ação transformar-se num mero assistencialismo.

Há também dificuldade do profissional em trabalhar uma perspectiva de participação em alguns contextos, pois percebem que os grupos estão longe de “estarem preparados para participar ativamente do processo”, seja por falta de maturidade do grupo, seja, justamente, pela cultura política que impera no local, como relata a fala abaixo:

Quixote 5	(...) não, não, não (não participam). As mulheres às vezes jogavam a responsabilidade para os homens, e os homens, por sua vez, nem todos participavam mesmo, alguns chegavam alcoolizados nas reuniões das associações, não deixavam o outro falar, interrompiam, e eu acho que uma coisa também dificultava bastante, além da própria organização do pessoal, é a questão da politicagem (...).
-----------	---

Vale salientar que essa fala refere-se a um trabalho de fortalecimento de associações comunitárias, no entanto, a psicóloga afirma que o grupo-alvo não participa, pelas razões que expõe. Qual seria o papel da Psicologia, então, diante do grupo?

Consideramos que apenas dois psicólogos apresentam com clareza a forma de participação da população atendida, que está engajada, desde o planejamento das atividades, à sua execução e avaliação:

Quixote 3	Para cada grupo são eleitos coordenadores juvenis, e eles são chamados para vir aqui durante a semana. Eles participam dos grupos normalmente, e eles sempre estão vindo pra instituição. A gente planeja as atividades, eles trazem queixas, reclamações ou sugestões, propostas, eles participam dessa forma. (...) Nos grupos que a gente tem, nas oficinas semanais, eles próprios preparam as oficinas que vão dar pro grupo, e a gente dá todo o apoio. Eles vêm aqui durante a semana, a gente separa o material, prepara com eles, mas são eles que executam.
Quixote 6	A gente não pode estar aqui todo tempo, a gente tem que fortalecer uma liderança no município, para que eles continuem a discutir essas questões. Então a gente trabalhava na perspectiva: qual é o líder que tem aqui? E a expectativa de oportunidade, estratégia de parceria, então a gente transferia as capacidades, habilidades, entendeu? Conteúdos, para que eles pudessem ter a competência de fazer, onde eles estivessem, assim, na condição em que eles estivessem, ou como estudantes ou como integrante de outro grupo, sabe?

Enfim, para fugir de uma atuação assistencialista, devemos entender o limite de uma intervenção, e engajar as pessoas, já que os profissionais são apenas facilitadores do processo. A intervenção psicossocial “não realiza mudança, apenas a favorece; não transforma estruturas, facilita para que os grupos desejem tais transformações” (Sarriera, 2004, p. 33).

III.2.3 Modelo institucional:

Tendo em vista que o trabalho do psicólogo está atrelado à instituição da qual faz parte, que modelo institucional enfrenta para a realização de seu trabalho?

Na análise das entrevistas, vários “nós” no desenvolvimento do trabalho dessas instituições, e as conseqüentes implicações para o trabalho do psicólogo, foram identificados.

A primeira questão refere-se à infra-estrutura e recursos humanos oferecidos. Fica claro, como em outros pontos deste trabalho, que a contratação de pessoal está relacionada com a consecução de recursos, através dos projetos.

É visível, nas falas, o aumento da responsabilidade dessas instituições diante das mazelas da questão social, sem que esteja acompanhada de condições estruturais adequadas para atender à demanda ampliada, como vemos nos exemplos abaixo:

Quixote 2	(...) porque hoje em dia as ONGs, elas sobrevivem com dificuldade, principalmente as ONGs pequenas, sobrevivem muito de projetos, de ações específicas, como esses que eu falei? A gente ainda é uma ONG pequena e nova. <i>E de vez em quando a gente consegue um recurso específico para pagar profissional, mas é muito difícil pagar profissional...</i>
Quixote 3	Estamos passando por um momento de reestruturação, porque era uma instituição muito pequena, começou muito pequeno, como todo empreendimento, e aí <i>foi ganhando nome, sendo solicitado pra mil coisas, concorrendo em grandes projetos, cresceu muito, mas sem ter estrutura adequada</i> e aí vêm os problemas decorrentes de não conseguir atender à demanda.

Enfim, somente durante a execução dos projetos, as instituições conseguem manter um quadro diversificado de profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, educadores, etc.

Sobre a infra-estrutura, a maioria das instituições não possui sede própria e funciona em locais alugados, ou até mesmo, cedidos pelo poder público:

Quixote 6	A maioria alugada. Essa casa aqui é alugada, ao lado é alugada, a maioria dos equipamentos externos são alugados. Alguns são cedidos pela Prefeitura, outros são cedidos pelas lideranças comunitárias, mas a maioria é alugada. Do programa cidadão são oito equipamentos fora, dos oito só têm dois cedidos. O resto é tudo alugado, um é cedido pela Prefeitura e o outro cedido por uma liderança comunitária.
-----------	--

Aos poucos, com a captação de recursos as instituições vão se estruturando, mas ainda estão longe do que consideram ideal para funcionar:

Quixote 1	Mas dentro da estrutura que está lá, está dando pra comportar. Lógico que com algumas dificuldades. Você precisaria de uma sala maior em alguns aspectos, com a demanda que está grande. Precisaria de mais salas, precisa de um espaço. Mas está conseguindo se organizar.
Quixote 2	A gente acabou de reformar, essa sala é alugada, (...) são cinco salas. Agora que a gente dividiu. Antes eram só duas. A gente aluga aqui e a gente acabou de reformar, conseguiu um recurso com o consulado alemão, eu acho... foi isso. E na verdade a gente ainda está reformando, não acabou não. A gente tem quatro computadores, um laptop, duas impressoras. A gente está bem, do ano passado para cá a gente conseguiu muito equipamento, essa mesa, esse armário, esse copo (...). Isso tudo foi muito do ano passado para cá, na verdade...

É interessante notar a dificuldade de alguns psicólogos, e sua angústia, quando se deparam com estruturas que não estavam acostumados a lidar, bem como, quando se afastam dos *settings* terapêuticos. Os exemplos abaixo demonstram com bastante clareza essa inquietação. No caso 5, a psicóloga, pela primeira vez, trabalha com assentamentos rurais e relata as “agruras” dessa empreitada:

Quixote 5	Era uma casa de campo, foi colocado fogão, colocado geladeira, tinha luz, mas, muitas vezes faltava água. Lógico, se nós estamos lá no meio do pessoal que passa por isso, por que a gente não vai ficar também sem água? Então, isso era um grande incômodo essa questão da água, uma água preta, a água batia no chão que fazia espuma, não foi fácil, os milhares de bichos lhe picando à noite, um
-----------	--

	calor danado dormindo lá, quatro horas da manhã passa o boi, moomm, o cavalo, é complicado, mas a gente adquire um ritmo. Seis horas da manhã estava de pé, água gelada. (...) O carro não era um carro com tração, nós passávamos por estradas realmente difíceis, era uma hora e quarenta no meio do mato, atolando, debaixo de chuva, no terreno de barro. O carro era um Gol, assim, um carro normal, popular, e a gente ia para os terrenos bem ruins. Se o carro desse prego ali, o meu maior pânico, seria se alguma coisa acontecesse (...), para a gente sair dali iam ser muitos quilômetros para andar, mato, era uma preocupação isso.
--	--

O caso 19, por sua vez, já demonstra a preocupação com a falta de um *setting* apropriado para a psicoterapia:

Quixote 19	A gente sabe que para que o psicólogo possa atender em psicoterapia <i>é preciso que tenha uma sala, que tenha cliente e que tenha privacidade</i> . Claro que tem outras coisa como <i>a iluminação, tem a climatização...</i> Então, é esse suporte que eu estou falando, de <i>uma estrutura pra que o psicólogo possa atuar</i> . A gente sabe que desse suporte que eu estou falando às vezes é muito difícil, porque as vezes a instituição é carente e não tem condições de oferecer isso, mas sabemos que depende também muito da nossa criatividade...
------------	---

Uma vez mais, estamos diante do que chamamos de crise de identidade do psicólogo social. Afinal, se eu não estou numa sala com ar condicionado, se ninguém vem bater na minha porta para ser atendido, se eu faço algo diverso do que as pessoas imaginam ser papel do psicólogo (fazer terapia), será que eu sou psicólogo? Os “novos quixotes” perguntam-se, atônitos...

Outros entrevistados respondem que “*até dá para trabalhar em ONGs desde que tenha estrutura para trabalhar*”. Nessa “estrutura” entenda-se: sala, sofá, armários fechados e, principalmente, privacidade... E no tal do assentamento? Seria um lugar para a Psicologia? Que referenciais usar, então?

Anteriormente ao questionamento sobre referenciais próprios da Psicologia, a serem discutidos adiante, questionou-se quais as diretrizes político-pedagógicas da instituição da qual fazem parte, conforme mostra a Tabela 11:

Tabela 11
Diretrizes político-pedagógicas

Projeto Político-Pedagógico (PPP)	Casos (N)
Articulação e Fortalecimento de movimentos	1
Construtivismo	2
Educação popular	2
Arte-educação	2
Emancipação	1
Pedagogia da presença	1
Não está clara a PPP	4
Não se refere ao trabalho do psicólogo	7
TOTAL	20

Observa-se que as respostas são variadas e a maioria não define marcos teóricos e metodológicos claros, o que leva a pensar que as instituições não têm um Projeto Político-Pedagógico (PPP) bem definido, ou os psicólogos realmente não a conhecem.

Segundo Sant’ana (2008), um projeto político-pedagógico deve ser visto como um método que auxilia a instituição a enfrentar os desafios cotidianos, de forma sistematizada, reflexiva e participativa. Para a autora, a definição clara do PPP seria uma forma de “enfrentar o processo de alienação” (p. 55), na medida em que implica em ações intencionais e conscientes que correspondam às reais necessidades do grupo-alvo. Isso por que, todo PPP deveria estar imbuído de um compromisso político, se configurando como um verdadeiro projeto de sociedade.

Acreditamos que o psicólogo deveria ser colaborador ativo na construção coletiva do PPP, refletindo, junto com o grupo-alvo, se os seus preceitos, sua visão de homem, suas escolhas teórico-metodológicas estão voltados para a emancipação humana.

No entanto, alguns profissionais consideram que o PPP da instituição *não interfere em nada* em sua prática, por isso não se interessam por ele, como mostra o exemplo abaixo:

Quixote 9	(...) A gente está a par, a gente sabe o que está sendo trabalhado, e se for possível, e a criança trazer, <i>dentro do atendimento</i> , o tema, ou alguma questão relacionada, a gente trabalha, mas <i>a ludoterapia busca trabalhar fatores emocionais, questões mais voltadas para a questão subjetiva do sujeito, então a gente não entra muito nas questões que estão trabalhando lá no setor pedagógico</i> , a não ser que a criança traga, que seja necessário, a gente entra no tema.
-----------	--

O fato de o psicólogo pensar que o PPP não interfere na sua prática, parece demonstrar o isolamento profissional da sua atividade e a falta de integração institucional e multidisciplinar, como já havíamos assinalado.

Outras respostas foram vagas e demonstraram que o PPP não está claro para esses psicólogos:

Quixote 12	Nós trabalhamos basicamente com a educação, porque acreditamos que a educação é fundamental para a melhoria da qualidade de vida, melhoria da qualidade sócio-cultural, educacional. Bem, a educação é fundamental para que se melhorem todas as condições de um povo, de uma comunidade, de um país.
------------	---

Concorda-se com Blanco e Valera (2007), quando dizem que o primeiro passo de nossa atividade é fundamentar teoricamente a intervenção, saber o que queremos fazer, que ferramentas conceituais e metodológicas vamos utilizar, porque só assim saberemos onde queremos chegar.

É importante, então, pensar quais dessas perspectivas vão na direção da emancipação, e quais mantêm posturas conservadoras de leitura e intervenção na realidade.

Nas palavras de Sant'ana (2008):

O projeto político-pedagógico emancipador pode se concretizar quando, de fato, é apropriado pelo sujeito em seu projeto individual, ou melhor dizendo, quando há identificação do sujeito com a proposta de emancipação humana, adotada coletivamente, levando-se em consideração também as condições materiais de trabalho em que é desenvolvido (p. 59).

Um outro aspecto importante é que, no afã de conseguir recursos, e manter sua própria estrutura, as instituições parecem sofrer da “síndrome de Robin Hood”, numa busca desenfreada por captar recursos em todo lugar, seja dos “ricos” (setor privado), seja do setor público.

O problema nessa constatação é que, muitas vezes, as instituições fogem de suas vocações iniciais para simplesmente “captar recursos”, amontoando-se de programas e projetos que mais atendem aos seus interesses de sobrevivência que aos interesses e necessidades prioritários da comunidade. Nesse sentido, o projeto de sociedade, discutido anteriormente, esvazia-se.

E de onde vêm os recursos utilizados pelas instituições pesquisadas? A maioria dos recursos provém de parcerias estatais (Tabela 12), não havendo sustentabilidade para o desenvolvimento das suas ações.

Tabela 12
Captação de recursos

Recursos	Casos (N)
Doações	6
Projetos	4
Parcerias estatais	10
TOTAL	20

Como vemos, muitas são as parcerias e convênios estabelecidos entre as instituições e o poder público, e esse fator é percebido como positivo pela maioria dos entrevistados. Os psicólogos responderam como percebem a relação da instituição com o Estado (Tabela 13), tendo a maioria respondido que é *uma relação de estabelecimento de parcerias e convênios*:

Tabela 13
Percepção da relação “terceiro setor” x Estado

Relações com o Estado	Casos (N)
Não tem clareza sobre essa relação	4
Parceria/Convênios	10
Monitoramento de políticas públicas	2
Percebe contradições	1
Não respondeu	3
TOTAL	20

Em uma das respostas, o entrevistado analisa a relação “terceiro setor” e Estado da seguinte maneira:

Quixote 9	Muitas parcerias, principalmente, nesses cursos pelo SINE, com recursos do estado, <i>eles ajudam bastante.</i>
-----------	---

O que a gente pode ler nessa frase em que se diz: *eles ajudam bastante*? Que perspectiva de um Estado de "favores" está implícito aí? O que essa instituição entende

como papel do Estado frente às mazelas da questão social? E a profissão de Psicologia, em que tem ajudado nessa discussão?

O que se percebe, mais uma vez, é a despolitização dessas instituições. É interessante notar, inclusive, que o Estado é visto pelos psicólogos de modo ambíguo: ora como estrutura ineficiente e burocrática, que não oferece as respostas necessárias, ora como importante parceiro para que o “terceiro setor” cumpra suas ações.

Algumas instituições se consideram *movimento social* e não componente do “terceiro setor”, pois tentam fugir às críticas a respeito da funcionalidade deste último. Mas, não há uma problematização quanto às relações que estabelecem com o Estado. Dessa forma, na medida em que o movimento social firma convênio com recursos públicos, estabelece-se uma relação paradoxal. O que antes era visto como controle social, agora é visto como *parceria* ou transferência de verbas. A relação inverte-se, pois o Estado deve controlar o movimento social e a aplicação de seus recursos.

Nas únicas respostas em que encontramos algum nível de problematização da relação com o Estado, ainda assim não se consegue fugir dessa relação perversa, pois seu funcionamento também está atrelado ao recebimento de recursos públicos, o que traz mais um fator de conflito para esses profissionais. Nos exemplos abaixo, percebemos que a instituição não quer se deixar “usar” pelo Estado, mas necessita estabelecer convênios para sobreviver:

Quixote 3	(...) Mas eles têm essa discussão do papel da ONG, do terceiro setor não como substituição do Estado. Isso é uma coisa que eles pregam muito, que <i>movimento social não tem esse papel</i> , mas de monitorar, de apontar estratégias, de ser parceiro, nesse sentido, de estar avaliando o trabalho do Estado e apontar alternativas de como melhorar.
Quixote 6	Então, a gente já discutiu isso várias vezes, porque o Estado quer ser parceiro da gente. Aí a gente começou a discutir <i>por que a gente é parceiro do Estado, se nós controlamos o Estado?</i> Se nós fiscalizamos o Estado? Não pode ser parceiro nosso,

	<p>Então a gente começou a pensar de que essa não é uma forma estratégica de a gente atuar, (...) O que a gente entende por parceria? Internamente a instituição começou a travar essa discussão: o que a gente vai fazer com essa demanda do governo? Porque aí começou... Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação querendo que a gente entrasse com o Pró-jovem, ... <i>Chegou um momento que você não sabe mais o que é governo, o que é não-governamental.</i> Então, isso inquietou, começou a gerar insatisfação na equipe, da forma como o governo chegava sutilmente, quando a gente menos esperava. A gente fazia um evento, que era um encontro de adolescentes, com 500 adolescentes, para questionar a política pública e de repente o governo estava sentado na mesa, e a gente do lado de cá aplaudindo as palavras dele. Então, a gente viu que estava na contramão, que não era essa a proposta...</p>
--	--

Mesmo assim, não podemos perder de vista que essas instituições também respondem a uma demanda dos chamados “novos movimentos sociais”. São desvinculados do mundo do trabalho, colaborando para o esvaziamento do discurso das diferenças de classe, das contradições, e servindo para atenuar tensões sociais e, conseqüentemente, as lutas de classes (Leher, 2002).

A questão que se coloca é: o quanto avançamos com a “modernização” dos movimentos sociais? Que mudanças estruturais na vida das pessoas traz essa “intelectualização” exacerbada sobre novas subjetividades, valores e interesses? Acreditamos que essa é uma importante questão a refletir.

Além da relação com o poder público, foi questionado aos psicólogos sobre a articulação com outras instituições (Tabela 14). As ações que desenvolvem são isoladas ou se articulam em rede? Afinal, se todas trabalham em prol do segmento mais pobre da população, suas ações de alguma maneira se coadunam?

O que constatamos a partir das entrevistas foi que não existe ainda o desejado trabalho em rede. No máximo, ocorrem *pequenas trocas* entre as instituições, como a participação em seminários conjuntos para a discussão de temas específicos, por exemplo.

Tabela 14
Articulação institucional

Trabalho em rede	Casos (N)
Pequenas trocas entre instituições	6
Articulação nacional	2
Articulação local	2
Participa de Fóruns Temáticos	3
Não consegue trabalhar em rede	3
Não respondeu	4
TOTAL	20

É importante esclarecer, primeiro, o conceito de rede para se poder avaliar o que os psicólogos estão dizendo nesta categoria. O que é rede? Essas trocas poderiam ser consideradas um trabalho em rede? Se todos oferecem o mesmo atendimento, isso é trabalhar em rede? Qual a importância do trabalho em rede na área social?

Para Rizzini (2006), o conceito de redes sociais é complexo e vem sendo construído na prática, a partir da experiência de grupos que se organizam para melhor atender às suas necessidades:

As redes são formações dinâmicas e flexíveis, com continuada renovação dos participantes, o que requer certos cuidados para a sua continuidade. Ela abrange espaços geográficos, políticos e sociais específicos que, contudo, tendem a ter mobilidade, na medida em que as redes devem estar atentas ao movimento dos grupos e das organizações sociais (p. 112)

Para a autora, a rede desnaturalizaria algumas práticas, pois as partes que a constituem são chamadas a participar e se ajudam mutuamente, mudando a cultura na assistência social, que é gerenciada, historicamente, de forma verticalizada. O trabalho em rede, ao contrário, apresentaria uma estrutura extensa e horizontal, caracterizada pelos elos criados entre seus membros.

No entanto, como os recursos são escassos e mal distribuídos, cria-se uma competição que dificulta a articulação política em rede. As instituições acabam por se tornar concorrentes nas licitações para a execução de projetos sociais.

Por isso, na prática, as ações das instituições do “terceiro setor”, e da Psicologia, parecem pontuais e desarticuladas de um projeto mais amplo de mudança social, que possa vir a influenciar efetivamente políticas públicas. Os profissionais desconhecem instituições que atuam na mesma área, com a mesma demanda, por exemplo.

Campione (2003) chama a atenção para essa falta de articulação:

A dispersão, a falta de articulação com outros espaços que não os do próprio setor ou “tema”, o isolamento e a inorganicidade – coisas que muitos saúdam em nome da diferença ou da “tolerância” – só podem levar à conservação da sociedade existente (p.61).

Além de construírem “ilhas”, arriscando aumentar a fragmentação social, as instituições também se mostraram tradicionais no seu modelo de gestão. Não há participação da comunidade na tomada de decisões (Tabela 15). Em que isso se assemelha aos movimentos sociais formados a partir da participação de todos?

Tabela 15
Tomada de Decisões

Decisões	Casos (N)
Discutidas entre a equipe	3
Coordenação/Direção	11
Colegiado	1
Assembléia	1
Não respondeu	4
TOTAL	20

Um outro ponto importante a destacar das entrevistas é que o processo de monitoramento e avaliação das ações não é realizado adequadamente pela maioria das instituições. Como saber os resultados do trabalho? Muitos desconhecem o processo de avaliação de projetos sociais.

Estudos internacionais recentes sobre o impacto das ações de ONGs concluíram que seu impacto social não era claro e que se sabia pouco sobre que ferramentas e métodos usar. Além disso, os sistemas de monitoramento e avaliação tendiam a ser verticalizados e burocráticos (Roche, 2002).

Dentre os nossos entrevistados, pouquíssimas respostas (Tabela 16) demonstraram preocupação com um processo contínuo de avaliação, planejando indicadores e baseando seus resultados neles:

Tabela 16
Processo de Monitoramento e Avaliação

M&A	Casos (N)
Relatórios anuais / semestrais	8
Indicadores de resultados	2
Informalmente	3
Percebe falhas no processo de M&A	1
Não tem clareza sobre o processo	6
TOTAL	20

Vários psicólogos afirmaram que avaliam suas ações através de *relatórios anuais ou semestrais*, efetuados por técnicos, sem a participação social. Geralmente são relatórios exigidos pelos parceiros para prestação de contas de recursos recebidos e somente têm esta finalidade. Observamos que há o perigo deste amontoado de papéis ficar engavetado e não demonstrar o impacto de suas ações sobre o grupo-alvo.

Gambara e Trujillo (2007) afirmam que as concepções mais atuais sobre avaliação de programas e projetos sociais, compreendem-na como uma atividade inerente às distintas fases do processo de planejamento e implementação da intervenção, que se reproduzem em um ciclo espiral.

Para os autores, a avaliação pode cumprir duas funções: função de aprendizagem e função política.

A função de aprendizagem supõe ajudar os implicados no programa a compreender e interpretar o que estão fazendo. Já a função política demonstra as reais mudanças ocorridas a partir da execução do programa, inclusive com o intuito de justificar o gasto de recursos públicos.

Na verdade, a avaliação já é intervenção, conforme indica Sánchez Vidal (2007), pois é uma forma de participação dos grupos sociais, respeitando seu ponto de vista, esclarecendo expectativas de mudança.

Dessa forma, aponta o autor que, antes mesmo de iniciar a execução, é preciso verificar se o programa/projeto tem alicerces comunitários, ou seja, se é acessível ao grupo-alvo, respondendo a sua necessidade ou aspiração real. Além disso, é importante verificar se conta com os recursos necessários para a sua realização e manutenção, analisando as conseqüências da implantação. Enfim, é preciso estabelecer canais de comunicação diretos e ágeis entre os usuários do programa e os responsáveis, em reuniões periódicas (Sánchez Vidal, 2007).

Para Sarriera (2004):

Avaliar programas, pois, consiste em um questionamento do “como fazer”, que paradigmas e valores estão implícitos neste fazer e “como propiciar o fazer do grupo” permanente. Desta maneira, a avaliação deve estar presente em todos os níveis do

processo; desde a fase de diagnóstico passando pela fase do desenho, implantação, execução, resultados e efeitos. Alguns instrumentos podem auxiliar a efetivação do processo de avaliação, tais como, questionários, entrevistas estruturadas ou focalizadas, observações, recompilações e análise documental. (p. 30)

Assim, o processo avaliativo pode ser dividido em quatro momentos:

1. Antes: com a análise dos recursos comunitários, avaliação de necessidades, etc.;
2. Durante: acompanhamento da execução do projeto dia a dia (monitoramento);
3. Depois: Logo após o término do projeto, verificando se os resultados pretendidos foram alcançados (avaliação de resultados);
4. Algum tempo depois da conclusão: comparando o momento anterior ao projeto com o monitoramento pós-projeto, analisar mudanças, em consequência do projeto realizado (avaliação de impacto).

Enfim, a função da avaliação é ajudar a tomar decisões a partir de informações bem fundamentadas, construídas de modo participativo desde a implantação da ação. De outro modo, nossa prática será mera improvisação, “apagadores de incêndios”, sem objetivos claros e a longo prazo.

Parece-nos, inclusive, que os psicólogos entrevistados também não têm clareza de *como* realizar processos avaliativos.

Os métodos utilizados na avaliação de programas sociais são vários, conforme demonstra a Figura 18:

Tipo / Métodos	Enfoques	Características básicas
Verbais	Informantes-chave	Pessoas com informação relevante sobre o tema; exploratório, subjetivo.
Verbais	Grupos focais e nominais	Pessoas interessadas no tema; permite observar dinâmica, subjetividade e interação social.
Verbais	Pesquisa populacional	Questionário fixo sobre temas conhecidos pela população; objetivo; minimiza interação.
Dados existentes (História, estatísticas)	Taxas de tratamento	Dados indiretos sobre quantidade e qualidade de casos atendidos em serviços normalizados.
Dados existentes (História, estatísticas)	Indicadores sociais	Estatísticas sociais básicas: permite comparação entre sociedade e no tempo.
Dados existentes (História, estatísticas)	História	Permite situar o tema e compreender problemas presentes.
Observação	Interação: forma e conteúdo	Indicador de vida e perfil social.
Observação	Cultura e vida cotidiana	Compreensão da forma de vida, assuntos básicos e organização da comunidade.
Observação	Estrutura físico-arquitetônica do entorno	Território como condicionante; relações e vida comunitária; relação com o entorno.

Figura 18. Métodos utilizados na avaliação social.
Adaptado de Sánchez Vidal (2007)

Para Sánchez Vidal (2007), a entrevista comunitária, durante a avaliação de necessidades, pode levantar os problemas mais importantes do grupo-alvo, bem como suas aspirações, metas e interesses. Além disso, mapeia os recursos informais e estratégias existentes para enfrentar os problemas, bem como os serviços formais disponíveis.

Na avaliação com grupos focais e nominais, e fóruns comunitários, deve-se estruturar o processo através da formação de um ou mais grupos, em número de reuniões suficiente para obter as informações necessárias.

Por fim, a pesquisa populacional é apontada pelo autor como mais custosa, necessitando de maior infra-estrutura e tempo para aplicação, mas com múltiplas possibilidades, como quantificar dimensões, generalizar dados obtidos, fazer comparações, etc..

A tarefa de avaliar programas sociais é complexa, e exige formação adequada. O psicólogo, como interventor social, deve entender que a avaliação faz parte do processo e estar preparado para realizá-la. Investir parte do nosso tempo no processo avaliativo significa estar assumindo uma postura proativa diante das demandas sociais.

No entanto, sabemos que esta é uma competência que não se trabalha com frequência nos cursos de Psicologia, o que precisa ser revisto. Para Gambará e Trujillo (2007): “(...) en contextos en los que los recursos a invertir para la mejora de las condiciones de vida de las personas son escasos, la evaluación de programas no es un lujo, ni un privilegio, es cuestión de responsabilidad social” (p. 452).

Mas, se não avaliam de forma adequada, como as instituições percebem se cumprem seus objetivos? Ora, mesmo sem avaliar criteriosamente os resultados de suas ações, as instituições acreditam que cumprem bem seu papel social, como discutiremos a seguir.

III.2.4 Percepção de impacto social

Como discutimos alhures, dentro do processo de avaliação de ações sociais, o impacto sobre a comunidade é o último aspecto a ser verificado. Roche (2002) afirma que não há consenso acerca da definição de avaliação de impacto, apresentando-se vários modelos diferentes.

O modelo clássico faz uma distinção entre monitoramento, avaliação e avaliação de impacto, conforme mostra a Figura 19:

	Determinação de tempo	Nível analítico	Especificidade
Monitoramento	Freqüente	Descritivo, registro de insumos, resultados e atividades.	Específico, compara um plano determinado e seus resultados
Avaliação	Periódica	Analítica, examina processos.	Específico, compara plano e resultados, mas contempla processos
Avaliação de impacto	Não freqüente, próximo ou ao término de uma intervenção	Analítica, preocupa-se com processos a longo prazo.	Menos específica, leva em consideração influências e ocorrências externas.

Figura 19. Monitoramento, avaliação e avaliação de impacto.
Adaptado de Roche (2002)

Entretanto, essa distinção não pode ser rígida, pois ambos os processos são interdependentes. Para o autor:

Uma das questões mais importantes para se responder é se o projeto ou programa em questão tem produzido resultados que não teriam sido conseguidos caso tal projeto não tivesse sido realizado. Isso envolve não apenas uma avaliação da “cadeia” insumo-produto-impacto, mas também do contexto no qual o projeto se desenvolveu e como esse contexto interagiu com as atividades do projeto para produzir mudança. (p. 45)

Enfim, a avaliação de impacto social implica em duas questões essenciais: O programa tem efeitos, funciona? Os efeitos podem ser atribuídos ao programa e não a outras variáveis e forças sociais que atuam ao mesmo tempo que a intervenção em questão? (Sanchez Vidal, 2007).

Para a maioria dos “novos quixotes”, a instituição na qual trabalham atinge os objetivos a que se propõem (Tabela 17):

Tabela 17
A instituição atinge seus objetivos

Objetivos atingidos	Casos (N)
Alcança os objetivos	12
Poucos objetivos atingidos	3
Não sabe	1
Não respondeu	4
TOTAL	20

Um dos argumentos, para aqueles que responderam que os objetivos são alcançados, sustenta-se na incapacidade do Estado em atender bem a mesma demanda, pois este não contaria com profissionais tão engajados e conscientes como no “terceiro setor”. O exemplo abaixo demonstra o que queremos ressaltar:

Quixote 11	Hoje em dia, a gente vai com uma visão mais profissional da coisa, mais técnica. Hoje em dia está se atingindo mais o objetivo, porque contratamos pessoal a partir de um processo seletivo. Porque, muitas vezes, essas pessoas que são indicadas, elas não são capacitadas para nada. O cara que trabalhou a vida toda de motorista, vai lá no político fulano de tal que diz: “vá na (instituição) porque lá tem um cargo de monitor de creche”. Quer dizer, o cara era motorista, não tem como ser monitor de creche. Então, a partir desse processo, eu acho que foi um grande avanço da (instituição) nesse sentido. A partir desse processo de seleção, a gente está conseguindo sim atingir os objetivos que se propõe cada projeto, porque hoje em dia <i>a gente tem profissionais que realmente encaram na seriedade o que se propõem a fazer, por que antes, por ter essa coisa de política, as pessoas que entraram aqui por indicação de fulano de tal não faziam muita coisa.</i>
------------	--

No entanto, já havíamos apontado as condições em que trabalham a maioria desses profissionais, a instabilidade no setor e a falta de recursos para continuar contratações, por exemplo. Sendo assim, até onde vai o compromisso do “terceiro setor”? Ou, melhor dizendo, até onde ele *pode* ir?

Os psicólogos entrevistados percebem que atingiram suas metas através de resultados muitas vezes subjetivos e imensuráveis (Tabela 18), como *pequenas mudanças de comportamento* de seus “beneficiários” ou *aumento da consciência de cidadania*:

Tabela 18
Como percebe o impacto

Impacto	Casos (N)
Aumento da consciência de cidadania	2
Aumento da participação social	4
Pequenas mudanças de comportamento	2
Ingresso no mercado de trabalho	1
Crescimento e respaldo da própria instituição	4
Melhoria de indicadores sociais	2
Não respondeu	5
TOTAL	20

Ficam claros os limites de muitos programas, restringindo-se a mudanças no âmbito individual. Pequenas mudanças de comportamento são bem vindas, já que se trata muitas vezes de grupos em situação de vulnerabilidade, porém, parece-nos que mudanças mais estruturais na vida desses grupos, o programa não consegue alcançar. O exemplo abaixo descreve os resultados percebidos em um programa de atendimento a adolescentes em conflito com a Lei:

Quixote 4	Porque tem várias coisas do tipo: se ele é encaminhado para uma prestação de serviço à comunidade, tem adolescente que, digamos, não cumpre a prestação de serviço à comunidade e a gente não pode dizer que cumpriu a medida sócio-educativa, mas a gente vê <i>alguns avanços, algumas coisas, algumas mudanças, alguma postura</i> assim, mais positiva de buscar, de procurar. Eu acho que alcança sim (os objetivos).
-----------	--

Um outro grupo de respostas interessantes é a que denominamos *crescimento e respaldo da própria instituição*. Aqui, os psicólogos compreendem que estão atingindo seus objetivos, pois a instituição vem crescendo, realizando mais convênios e ganhando respaldo da população.

Não podemos esquecer o que discutimos inicialmente neste trabalho, sobre o cenário propício de crescimento do “terceiro setor”, de um modo geral. O que não quer

dizer, necessariamente, que há diminuição efetiva de desigualdades e pobreza com a entrada deste setor no trato às mazelas da questão social, pois faltam dados concretos que apontem para essa afirmação.

Evidentemente, se a instituição vem cumprindo bem o seu trabalho, poderá haver renovação e aumento de convênios. No entanto, este não poderá ser o único critério de avaliação do impacto de suas ações. Até por que, na liberação desses convênios, geralmente, ocorre a interferência política.

Quanto ao trabalho do psicólogo, também não há avaliação formal, embora se diga que perguntam à comunidade se está bom, o que gostou, etc. (Tabela 19):

Tabela 19
Como o trabalho do psicólogo é avaliado

Avaliação	Casos (N)
Auto-avaliação	3
Não há avaliação formal	8
Relatórios	3
Equipe	2
Avaliação de desempenho	1
Não respondeu	3
TOTAL	20

Não podemos esquecer, contudo, que há uma tendência dos considerados “beneficiários” da instituição avaliarem positivamente as ações desenvolvidas. Na verdade, como a população estava completamente desassistida, misturam-se sentimentos de gratidão e alívio por “alguém” estar olhando por eles, dedicando-se.

Ocorre que a avaliação torna-se um processo externo ao grupo-alvo, ou seja, eles não estão inseridos no processo como um todo, mas avaliam as “benfeitorias” que os técnicos (inclusive os psicólogos) estão oferecendo para a população:

Quixote 16	É difícil mensurar algo nesse sentido, mas como a instituição pede uma avaliação, para saber se está funcionando, ou se não está, <i>ao final do ano a gente faz uma avaliação</i> . Do mesmo jeito acontece nas reuniões em grupo com as mães, para saber se o trabalho está legal, o que poderia mudar, o que aconteceu de bom, se elas perceberam que conseguiram modificar de alguma forma, se não, se gostaram do trabalho. Então, a avaliação é feita da mesma forma que o trabalho como um todo, em grupo com elas discutindo, procurando encontrar onde é que a gente não conseguiu acertar, o que é que pode ser feito de melhor, quais foram os pontos positivos...
------------	---

A Psicologia apresenta um complicador a mais, pois a relação tradicional de atenção dual dificulta qualquer tipo de avaliação baseada em critérios de transformação social.

Dessa forma, a avaliação de impacto, realizada em conjunto com as pessoas envolvidas, é fundamental para sabermos se nossas intervenções caminham de fato para a emancipação, ou mero assistencialismo.

Aliás, os vários elementos dos quais tratamos aqui, já nos indicam que alterações precisam ser feitas nos roteiros, se esse é o destino ao qual queremos chegar.

III. 3. Prática social do psicólogo: concepções e estratégias utilizadas no “terceiro setor”

III.3.1 Identidade do psicólogo social

“Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos”.

(José Saramago, em Ensaio sobre a cegueira)

Vários psicólogos entrevistados compreendem que o campo das políticas sociais é muito mais que um espaço novo de atuação, mas, um foco de trabalho e objetivos bem diferentes de uma prática tradicional.

Esse é um espaço de atuação que se nutre de conhecimentos psicológicos diversos e uma concepção de indivíduo abordado dentro de um viés psicologista, não responde às necessidades dessa nova demanda. Passamos a nos referir, então, a indivíduos concretos, vivos, historicamente constituídos.

Os “novos quixotes” da Psicologia atuam por um ideal de mudança social, mas, muitas vezes, não sabem por onde começar.

Há a clara necessidade de espaços de reflexão sobre suas atuações, além da formação contínua, para que se possa dar respostas mais efetivas às demandas sociais. Parece-nos que há uma prática irrefletida, que o cotidiano de trabalho mascara a *concretude do real*, que os psicólogos se afastam dela.

Inclusive, foi verbalizado por muitos psicólogos que a hora das entrevistas foi um primeiro momento de reflexão sobre sua prática, sobre o que pensam e sobre essa problemática que é estar inserido no “terceiro setor”.

Um primeiro ponto de discussão diz respeito à formação para a intervenção psicossocial, pois a “crise de identidade” do psicólogo social deve-se, em parte, à formação precária que receberam para atuar junto a esses contextos.

Os psicólogos entrevistados reconhecem a limitação da formação que tiveram (Tabela 20). Quando perguntados como a graduação em Psicologia contribuiu para sua prática social atual, todas as respostas apontam para alguma falha grave.

Tabela 20
Formação x prática social

Formação	Casos (N)
Dissociada da prática social	4
Valorização de áreas clássicas	7
Não prepara suficientemente	9
TOTAL	20

Um primeiro grupo de respostas indica a formação como *dissociada da prática social*, ou seja, afastada dos problemas e grupos sociais em situação de vulnerabilidade, como vemos nos exemplos destacados abaixo:

Quixote 1	Levando em consideração a Universidade em si e a minha formação propriamente dita, de universidade, até porque o lugar é diferente, a população é diferente, Recife é diferente de Natal, mas querendo ou não, <i>a gente não tinha muito contato com a população</i> , apesar de que eu estagiei na clínica-escola. Mas, ao mesmo tempo, eu tinha uma população relativamente carente, que pessoas que iam para lá, e não tinham condições. Então, a gente não tinha esse trabalho tão direcionado. Isso eu vim receber aqui, esse contato aqui. E a minha formação, ela ajuda em termos de conhecimento enquanto pessoa, desse trabalho voltado ao ser humano, mas eu percebo que, por mais que você estude, você nunca vai saber o suficiente.
Quixote 2	Enfim, <i>eu nunca vi uma ação específica</i> , vim ver já no final do curso, eu já estava aqui envolvida, então nem fazia sentido ir correr atrás, mas não tinha acesso às informações de ações, práticas, mesmo, que não só pesquisa, teoria, e a gente vai lá na comunidade, pega a informação, traz para a universidade, faz uma pesquisa, estuda... entendeu?
Quixote 8	Na universidade a gente não tem contato com outras experiências, que estejam acontecendo, que estão consolidadas, como o que tem no Ceará... Tem uma na universidade do Ceará, não é? Acho que você conhece, que tem uma base e um trabalho muito forte em Psicologia comunitária e um trabalho muito bonito, muito

	correto. E na universidade a gente não tem muito acesso a isso. A gente teve pesquisa, a gente teve trabalhos em comunidades, mas, de estar envolvido, não. <i>De ter conhecimento dessas práticas, de práticas da Psicologia social e comunitária que estão acontecendo hoje, a gente não teve.</i> Acho que isso faltou, até pra segurança profissional.
Quixote 11	E o que dificultou... Essa visão de mundo ela é passada, ela é transmitida através de conhecimentos técnicos, teóricos, através de teorias, mas muitas vezes, ela <i>não é vivenciada enquanto você está na graduação</i> , é uma dificuldade que eu senti na parte social e na parte de organizacional, porque você tem vários conceitos passados ali, mas só que quando você vai para a sua prática, no último ano, que claro que você não tem experiência antes, como uma experiência que tive de base de pesquisa, que dá pra ter um pouco de idéia da realidade. Mas o que dificultou, é que, muitas vezes, alguns professores de algumas disciplinas dão o conteúdo, <i>mas muitas vezes não fazem a ponte com o real. Então, você chega na realidade, é outra coisa.</i> A dificuldade que eu senti foi, em alguns momentos, aquilo que era passado não era trazido para o contexto, nem para realidade, porque o professor pode até dar um exemplo dentro da sala de aula, <i>mas você não vê como é que é na realidade.</i>

A Psicologia constituiu-se historicamente como uma atividade a serviço da classe dominante, e a entrada em campos como o da política social força-lhe a reaprender a fazer e pensar Psicologia. O que não deve ocorrer, no entanto, é a criação de “mundos paralelos” (Vasconcelos, 1999), ou seja, a dissociação completa entre a formação em Psicologia e a nossa atuação, que somos obrigados a reinventar quando nos deparamos com outra realidade, diferente da que aprendemos nas salas de aula.

Outra questão importante diz respeito ao segundo grupo de respostas, que aponta também a formação precária em Psicologia Social, mas pela *ênfase dos cursos em áreas tradicionais* e a falta de disciplinas na área social, como observamos a seguir:

Quixote 2	<i>Psicologia social (vi) no início do curso. E isso acho que dificultou muito.</i> Para a minha atuação hoje, é o que eu tive no estágio e 90% do que eu tive no estágio, foi o que eu tive daqui, entendeu? Assim, a minha bibliografia tinha o que? De dez textos que eu li, (...) eu aproveitava uma coisa básica, para não dizer que não aproveitei, entendeu? Então, minha formação no meu trabalho foi por aqui, pelos cursos que eu fiz aqui.
Quixote 3	Pensando de forma específica, o que eu estudei na graduação que me ajuda a estar aqui? <i>Teoricamente, não me ocorre, não estou me lembrando de nada, fora algumas disciplinas complementares</i> , por exemplo, a disciplina que eu paguei de Psicologia Ambiental, falava de Comprometimento Ambiental, agora comprometimento

	ambiental engloba muita coisa, desde participação social, de sustentabilidade, de desigualdade social. Eu paguei uma disciplina de Psicologia Comunitária, SACI (Saúde e Cidadania), que a gente discutia políticas de saúde. Agora, eu acho que diretamente, se eu for pensar nas correntes teóricas, por exemplo, ou nas áreas de atuação, <i>ou me passou despercebido durante a graduação ou realmente não me lembro de ter visto.</i> (...) então, eu acho que existe um novo movimento, não sei se é tão novo assim, do Conselho, dessa história de Psicologia e compromisso social que tem despertado, tem apontado essas novas alternativas, que é necessário trabalhar com essa população, que a Psicologia tem que sair do seu consultório, <i>agora teoricamente, como fazer isso eu não conheço, pode ser que tenha, mas eu não conheço.</i>
Quixote 9	Na época a gente não se ligava muito na questão da deficiência, tinha uma disciplina que se chamava Psicologia do excepcional, que era uma disciplina complementar, apenas complementar, você pagava se você quisesse, tivesse interesse, quisesse conhecer. Por destino eu fui uma das que paguei, não sei, é a questão do destino, mas eu vejo que hoje teria que ser uma coisa dentro do currículo realmente, que botasse de uma forma mais direta essas questões da deficiência, da deficiência mental, das síndromes, por que Psicologia é um campo de atuação muito grande, a gente lida com diversas pessoas, e essa é uma parcela da sociedade que precisa muito de assistência, <i>e na época a gente não via dentro da grade da universidade muitas coisas voltadas para isso</i> , eu acho que era interessante que começasse a se perceber essas pessoas de uma outra forma, que se buscasse tomar conhecimento sobre elas, eu acho que a universidade é o caminho para que se comesse a abrir mais os olhos da pessoa para isso aí.
Quixote 13	Eu não diria que ela dificultou, mas hoje o que eu, a minha atuação é muito resultado, talvez dos estágios que eu fiz, de uma formação anterior à faculdade mesmo, que eu já tinha e das formações complementares que eu fui fazendo, porque <i>o curso ficou muito no campo da clínica.</i> E lá, por exemplo, que a área é em saúde, então <i>o enfoque era muito mais nessa linha da saúde mesmo e não problematizava com as questões sociais.</i>
Quixote 16	A gente encontrava muita dificuldade na graduação, por que <i>a gente ainda tem um modelo muito imposto, que é a coisa da psicanálise que é muito forte.</i> Não que a psicanálise não dê pra trabalhar com o social, mas é porque, muitas vezes, a gente só usa isso, só vê isso, e não é oferecido outras opções pra gente poder estar trabalhando. E também, na graduação, a gente vê muito o enfoque na parte clínica e quando eu digo das dificuldades que eu tive, é porque a gente teve uma cadeira de psicologia social e os cinco anos todos foram pra área clínica. É uma coisa assim que trabalhar no social é uma busca muito mais pessoal do que a graduação oferece.

O debate a respeito dos problemas sociais não adentra a formação básica da graduação do psicólogo. Não se trata, então, de criticar o atendimento individual, mas sim a pura e simples transposição de um modelo clínico para um trabalho que requer dimensões sociais e políticas muito mais abrangentes.

Apesar de ser tema tão amplamente discutido, mas, sem dúvida, não superado, a formação maciça em clínica prepara para uma relação dual, importante, mas com aplicação pouco eficaz para a inserção na comunidade, como já afirmamos. Além disso, não é uma formação que favoreça o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares, nem orientados para demandas específicas que se apresentam nesse tipo de instituição. Não favorece, por exemplo, o planejamento das ações a serem desenvolvidas na comunidade (não favorece nem o contato efetivo com a comunidade), nem a avaliação dessas ações, essencial no âmbito social, como discutimos anteriormente.

Além disso, esse tipo de formação torna precário também o conhecimento e a discussão a respeito de políticas públicas, Sistema de Garantia de Direitos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outras, e como o psicólogo se insere nessas discussões.

Em uma das observações, durante uma conversa informal sobre políticas públicas, fora do momento da entrevista, a fala de uma das psicólogas nos chamou muita atenção: *“O que podemos fazer é questionar as condições de trabalho, como por exemplo, a falta de salas adequadas, de que precisamos de um lugar com privacidade para atender, com um armário fechado, por causa do sigilo. Mas sobre as políticas, não nos cabe discutir...”*.

Sobre isso, Botomé (1979) questionava os currículos de Psicologia, já que os mesmos não preparavam os alunos para atuar no complexo cenário das dificuldades da nossa população. Para o autor, os psicólogos se preparavam basicamente para situações de testes, salas de clínica ou laboratórios e ambientes de treinamento. O quadro atual não

parece diferir de forma significativa daquele apontado pelo autor, quase três décadas atrás, o que nos levou a afirmar que “ainda somos os mesmos”, apesar de toda reflexão realizada dentro da Psicologia brasileira.

Esses fatores trazem como consequência o sentimento de insegurança e falta de preparo na atuação profissional, já que alguns psicólogos afirmam que *não se sentem preparados suficientemente*, como destacamos nas falas seguintes:

Quixote 4	Eu acho que na área social... eu, claro, já tive alguma experiência, eu venho caminhando nesse sentido, mas eu acho que é isso, ainda está em construção, <i>eu ainda não me sinto preparada, sabendo o que, como é, como faz, ainda não.</i>
Quixote 8	Dificultou (a formação) na medida em que, quando a gente sai no mercado de trabalho, a gente acha que faltou muito, não é? Eu pelo menos senti muito isso: <i>e agora, como é que eu vou fazer?</i> Principalmente nesse campo, que é um campo novo, que é um campo que ainda está se construindo.

A questão que se coloca é: como podemos nos capacitar adequadamente, para uma melhor atuação diante das demandas sociais?

O Colégio Oficial de Psicólogos da Espanha²⁹ publicou documentos que tratam da formação do psicólogo na área que denominam de Psicologia da Intervenção Social. Tais documentos chamam a atenção para a complexidade dessa formação, que deve se compor de um corpo comum a todos os profissionais que atuam no setor, incorporando modelos teóricos e conhecimentos da Psicologia social como área extensa, além de técnicas de avaliação e intervenção gerais, porém, aplicadas ao contexto social, em seus diferentes níveis: individual, grupal e comunitário.

No entanto, cada setor específico de intervenção social vai requerer uma aprendizagem específica que, somada à anterior, conformaria uma segunda especialidade.

²⁹ Trata-se do documento “Perfiles profesionales del psicólogo”, editado pelo Colegio Oficial de Psicólogos de España, disponível em <http://www.cop.es/perfiles/index.html>.

Fala-se, então, de conteúdos transversais (comuns a todos os setores de intervenção social) e específicos (para cada setor de intervenção), como por exemplo, atuação junto a mulheres, terceira idade, pessoas com deficiência, etc..

Logo, a formação para a intervenção psicossocial deve abarcar:

1. Conhecimento do marco normativo, administrativo e organizativo dos programas e serviços sociais;
2. Características psicossociais dos setores de intervenção;
3. Estratégias e técnicas mais habituais de intervenção (a nível individual, grupal e comunitário);
4. Modelos teóricos de intervenção social;
5. Metodologia: planeamento, avaliação de necessidades, avaliação de programas.

Figura 20. Formação para intervenção psicossocial
Adaptado de Colégio Oficial de Psicólogos da Espanha

Montero (2004) também traz uma reflexão sobre características desejáveis para a formação dos psicólogos comunitários. Antecipa que esta não é uma questão simples, já que a PC não pode se fundamentar unicamente nos aspectos teóricos da literatura existente no campo, estando apoiada na união entre prática e reflexão sobre a prática. Nas suas palavras:

(...) es conveniente enseñar a los estudiantes noveles que la comunidad no es un ente enfermo, débil, o inerme, desechando así las concepciones ideologizadas de lo que son las comunidades y proporcionando a los cursantes una visión histórica y dinámica tanto de ellas como de la sociedad en la cual se encuentran (p. 193).

Esse cuidado na formação deve vir acompanhado do melhor ensino teórico e metodológico possível, para uma prática rigorosa e ética.

Por fim, a autora chama a atenção para a reflexão crítica que deve acompanhar a formação e a prática comunitária, pois cada intervenção exige um plano de trabalho

específico. No entanto, alguns temas são essenciais, como noção de comunidade, participação, compromisso e investigação-ação (p. 194).

No nosso contexto, acreditamos que o isolamento profissional e acadêmico tem resultado em formações insuficientes e desconectadas da realidade social, além de gerar angústia e insegurança para os profissionais que estão adentrando na área.

Disciplinas isoladas, sem a construção de um corpo conceitual consistente, nem de metodologias adequadas a novas demandas, tem sido a característica da Psicologia aplicada a comunidades nas nossas Universidades e Faculdades.

Faz-se importante ressaltar que a crítica à formação para a prática social esteve dirigida, de uma forma ou outra, para as diversas agências formadoras citadas nas entrevistas.

A superação desse entrave na formação, aliado à oferta de cursos de pós-graduação, e o diálogo profícuo dos profissionais que atuam na área, poderiam minimizar a “desordem” da prática social da Psicologia.

Além do mais, o conhecimento sobre políticas públicas, aliado à capacidade de reflexão crítica, são, a nosso ver, essenciais para a formação do psicólogo.

Questionamos aos psicólogos, também, quais eram os objetivos do seu trabalho na instituição e obtivemos respostas bastante variadas (Tabela 21):

Tabela 21
Objetivos de sua prática profissional

Objetivos	Casos (N)
Proporcionar bem-estar e qualidade de vida	3
Defesa de direitos	1
Colaborar com políticas públicas	1
Contribuir para o desenvolvimento pessoal	4
Apoio emocional	1
Contribuir com a instituição	3
Aumento da participação cidadã	1
Melhorar qualidade da educação	1
Compreender aspectos psicológicos envolvidos na pobreza	1
Não respondeu	4
TOTAL	20

Acerca da PC, discutimos que o poder e o controle sobre as circunstâncias da vida, por parte dos membros da comunidade, bem como a transformação social, são objetos deste campo da Psicologia (Montero, 2004).

Nesse sentido, objetivos citados por poucos psicólogos estão condizentes com seus preceitos, como melhorar a participação cidadã, defesa de direitos, contribuir com políticas públicas etc., como mostram as falas abaixo:

Quixote 2	Então eu acredito que estou aqui aprendendo muita coisa, mas, muito da historia de vida da gente faz com que a gente acabe chegando nesse lugar, de <i>estar defendendo direitos</i> , por que? Para que? É porque eu acredito que pode fazer alguma diferença, acho que nesse sentido, estou fazendo a minha parte.
Quixote 13	Eu acho que o trabalho que eu tenho feito sobretudo é <i>tentar fazer com que as pessoas possam exercer a sua cidadania ativa em todas as esferas da vida</i> . Acho que tem sido muito nesse sentido que eu tenho feito, que elas possam participar, que elas possam ser pessoas autônomas, que elas possam participar, que elas possam construir a sua, que elas possam ser protagonistas mesmo de suas histórias e daquilo que elas pensam que pode ser feito para melhorar as condições de vida delas.

No entanto, parece que a atuação do psicólogo, em sua maioria, tem se limitado a "mudanças" num âmbito individual, ou até mesmo institucional.

Nesse sentido, as mudanças na vida dos sujeitos são atribuídas a alguém externo à comunidade, a um fazer técnico, não favorecendo com que se tornem agentes responsáveis por sua história.

Quixote 1	Eu tenho como objetivo <i>no mínimo proporcionar um bem-estar maior</i> frente ao que... Lógico que com todas limitações que eu tenho também, em frente a tudo que eu vejo. E eu tenho percebido isso. Não sei se estou fazendo certo, mas algumas coisas têm dado resultado. Então, só o tentar <i>fazer com que aquela pessoa tenha melhor qualidade de vida em algum aspecto, não é?</i> Até porque lá trabalha todo mundo pra isso...
Quixote 4	Eu acho que, pelo menos é como eu sinto, que eu sempre me questiono e fico buscando mais, porque eu acho que eu procuro ver o que é necessário, o que é importante, cada adolescente eu acho que traz... tem coisas semelhantes, mas cada um traz, digamos uma demanda diferente, uma particularidade, uma coisa que é própria. De repente, eu percebo uma determinada situação num adolescente, mesmo que não seja aquele que eu acompanho, mas aí, isso me faz conversar, buscar, ver o que pode ser feito, de repente, para estar <i>contribuindo para o desenvolvimento daquele adolescente.</i>
Quixote 8	O que eu sempre busco, desde que assumi a coordenação, é <i>o crescimento do programa, não é?</i> E o melhoramento de algumas atividades, de algumas ações.
Quixote 9	A gente vivencia isso <i>dentro do processo de terapia, como essa criança chegou e como é que ela está,</i> e muito em resposta da família, a resposta que a família nos traz em relação à problemática toda que gerou a vinda dessa criança para cá, entendeu, a família dá esse retorno de uma forma muito legal.

Nessas respostas, o bem-estar, qualidade de vida, mudança, se concentram em cada pessoa que faz parte do programa ou projeto social, é a sua finalidade última. Além disso, é responsabilidade da equipe realizá-la. Diferentemente das respostas anteriores, os objetivos não estão voltados para a participação e organização social.

Os psicólogos precisariam, então, pensar uma nova concepção de prática profissional, voltada para o processo de cidadanização, para a construção de sujeitos com “capacidade de ação e proposição” (Dimenstein, 2001, p. 62).

Na verdade, como já assinalamos, o psicólogo ainda parece não estar seguro do que pode fazer diante do quadro de pobreza no qual começa a atuar. Macedo (2007) fala-nos da experiência dos psicólogos ao ingressarem na Assistência Social:

A maioria dessas atividades era uma novidade para nós que trabalhávamos naquele serviço, pois, além de experimentar outras formas de atuar bem diferentes daquelas aprendidas na formação, tínhamos que lidar com uma demanda advinda principalmente de questões atravessadas pelas condições de vida daquela comunidade: situações de violência, falta de emprego, condição de pobreza e/ou fome, moradias em lugares impróprios ou que não oferecia um mínimo de proteção/segurança. Essas questões em sua maioria acabavam gerando problemas de saúde, dificuldades na escola, problemas familiares e de organização e gestão da própria comunidade (p. 22).

Difícil, então, encontrar o que é objetivo da Psicologia nesse contexto, se partirmos de concepções individualizantes e universalizantes. O exemplo abaixo ilustra uma perspectiva que reflete esse viés da Psicologia:

Quixote 16	A partir do momento que a direção contrata um psicólogo pra trabalhar nesse programa, é porque começa a perceber que <i>existem outros aspectos, não só biológico-sociais na questão da desnutrição</i> . Então, <i>quando a gente encontra uma família desnutrida, a gente vai avaliar, realmente existem aspectos psicológicos, a relação mãe-bebê que ficou, seja mais dificultosa, a criança não consegue absorver os nutrientes da alimentação</i> . O nosso trabalho é de tentar proporcionar um debate acerca das <i>principais repressões</i> , a respeito da prática diária de cada um, é um momento pra pensar, pra se questionar e pra tentar de certa forma se reconhecer naquele contexto e tentar, na medida do possível, encontrar soluções pros seus problemas, é um momento mais de reflexão.
------------	--

Parece-nos que há uma tentativa de justificar a presença de um psicólogo em uma equipe que trabalha em contextos de pobreza. No entanto, as justificativas se voltam para a psicologização dos problemas sociais que as pessoas enfrentam. Na fala acima, por

exemplo, a criança está desnutrida pela relação mãe-bebê estabelecida. Assim, o psicólogo está num “terreno seguro”, isso sim, ele aprendeu a lidar na graduação.

Dimenstein (2000) fala-nos da nossa cultura profissional, que ainda é permeada pelo ideário individualista, pelo psicologismo ou “cultura psicanalítica”. Para a autora, tal cultura levar-nos-ia a agir sobre a realidade, como se as pessoas, dos diversos grupos sociais, tivessem a mesma visão de mundo e modelos de subjetividade que fundamentam suas formas de atuação.

Tal como em outras áreas que se abriram para a Psicologia³⁰, falta também ao psicólogo que começa a atuar na assistência social uma reflexão aprofundada sobre o contexto em que se dá essa atuação, bem como a clareza acerca da dimensão política e filosófica que envolve a intervenção social.

Acreditamos que seria, justamente, uma prática aliada à reflexão, que levaria a uma atuação comprometida. Os limites do nosso compromisso profissional e de nossa atuação estarão relacionados com nossa capacidade de compreender. Até onde nossos olhos conseguem enxergar?

Todos os profissionais entrevistados consideram-se comprometidos com o seu trabalho. Mas, é preciso esclarecer de que *compromisso* estamos falando.

Na Tabela 22, apresentamos como os psicólogos compreendem o compromisso social da profissão:

³⁰ Vários trabalhos na área da Psicologia da Saúde seguem essa crítica. Entre eles, ver: Spink (1992), Boarini (1996), Dimenstein (1998) e Oliveira (2005).

Tabela 22
O que entendem por compromisso social do psicólogo

Compromisso social	Casos (N)
Atuação em contextos amplos	5
Romper desigualdades	4
Ética	1
Voluntariado	1
Qualidade de vida	1
Ter uma percepção diferenciada	4
Não tem clareza do que é compromisso social	4
TOTAL	20

Para muitos entrevistados, o fato da Psicologia estar inserida em contextos amplos de atuação, ou seja, sair da clínica privada, já é sinônimo de compromisso social:

Quixote 2	De modo mais seco, acho que é <i>sair dos espaços fechados</i> de consultórios, escola, acompanhar mais o processo como um todo. Acho que é por aí. Sair de uma ação focada, sei lá, dentro da organização, dentro da escola, especificamente acompanhado de ações mais amplas, de forma mais ampla. Acho que é isso.
Quixote 16	Bom eu acho que o compromisso social da psicologia, eu percebo, que a gente, a Psicologia, está abrangendo, está realmente conseguindo entrar, está rompendo as barreiras acadêmicas. Eu acho que a gente tem realmente um compromisso social e isso é um compromisso pessoal, também, é um compromisso de trabalho. Eu acho que a psicologia é uma ferramenta a mais que vem pra trabalhar junto com o social, junto com as outras áreas que a gente trabalha; eu acho que é uma coisa nova, uma coisa boa, que pode contribuir muito, não só para os aspectos de fome, mas de desemprego, de tudo, porque é uma luz nova, é um olhar diferente, é uma nova possibilidade, é uma ferramenta nova, e tudo que vem pra somar é positivo.

Um entendimento semelhante diz respeito aos psicólogos que acreditam que, além de estar atuando em contextos diferenciados, é preciso ter uma *percepção diferenciada*, para ser um profissional comprometido com o social:

Quixote 12	Eu acho que... é bem claro a gente ver aqui, fazer aqui uma alusão, a um tema que acho que todo mundo que estudou, que se graduou, pode lembrar: o homem é um ser social, ninguém vive sem a convivência social, ninguém pode viver isolado, o homem é um ser político, o homem é um ser social e como ser social e político ele é (...) de uma condição de convivência. Só se convive bem se você está bem consigo mesmo, então o (...) compromisso social é (...) para cada um, é uma mudança que você pode fazer consigo mesmo para que você possa interagir.
------------	--

Outros psicólogos entrevistados ainda enfatizaram que o trabalho que visa o *rompimento de desigualdades* caracteriza-se por compromisso social, como demonstram as falas abaixo:

Quixote 3	Eu acredito que esse compromisso social da Psicologia tem muito a ver com isso de <i>romper com as relações de desigualdades ou tentar romper</i> , de promoção de direitos humanos, de auxiliar nessa busca por melhoria da qualidade de vida da população, acho que é isso que eu entendo.
Quixote 13	Eu acho que é esse <i>compromisso com a exclusão</i> do dia a dia.

Em outro extremo, está a falta de compreensão e clareza sobre esse debate:

Quixote 1	Na verdade, eu não estou muito a par dessa questão. Mas acredito que seja mais ou menos com esse objetivo, quando se fala em esclarecimento, não a condução, mas a apaziguagem... Não apazigua, mas estou tentando encontrar a palavra e não estou conseguindo. Mas trabalhar a pessoa em si dentro daquele contexto. Mas ao tentar orientar ou dar um suporte...
-----------	---

Na verdade, o discurso do compromisso social não é hegemônico na nossa profissão, tendo sido uma “bandeira” levantada, principalmente, pelo Conselho Federal de Psicologia, nos últimos anos.

No entanto, acreditamos que tal discussão deve estar cada vez mais presente nos ambientes formativos e na produção acadêmica, retroalimentando a atuação dos psicólogos, para que se busque o desenvolvimento de ações cuja intencionalidade prática e política seja produzir sujeitos conscientes. Compromisso social, então, implica tomada de posição, em detrimento de uma atuação neutra e despolitizada.

Na resposta a seguir, por exemplo, o psicólogo entrevistado entende a perspectiva de compromisso social como uma ação individual, de solidariedade:

Quixote 7	Olha, eu amo consultório, mas, eu vejo que a gente pode ir além do espaço, e eu acho que é dessa forma, , recebendo, trabalhando mesmo, <i>fazendo trabalho voluntário</i> . Eu acho que hoje é uma grande falta uma clínica social, que é um desejo meu, eu tenho um desejo muito grande de ter um espaço, uma clínica social mesmo, porque eu acho que a gente tem muito trabalho a fazer (...). Eu acho que algum trabalho precisa ser feito que vá além das paredes da clínica da gente, do lugar que a gente está. Se você perguntar: <i>ah e como é que a gente pode fazer isso? Ah, sabe, eu acho que assim voluntariado, eu acho que é dando palestra, eu acho que é desenvolvendo alguma coisa aí.</i>
-----------	---

Parece-nos que, nesta resposta, a atuação "real" da Psicologia está no espaço da clínica, mas, pode-se contribuir com o social, individualmente, fazendo trabalhos voluntários, sendo solidário, etc..

Se seguirmos nessa direção, mais uma vez cabe-nos a indagação: em que a Psicologia, como campo de conhecimento e prática profissional, efetivamente contribui para a emancipação humana?

Perguntados se a Psicologia tem alguma contribuição para a superação da pobreza, a maioria dos entrevistados acredita que o conhecimento científico produzido pela Psicologia tem importantes contribuições a oferecer:

Tabela 23

Contribuição da Psicologia para a questão da pobreza

Pobreza e Psicologia	Casos (N)
Relações humanas	3
Pouco pode contribuir	2
Informação e orientação	3
Perspectiva comunitária	1
Emancipação humana	4
Possibilitar novas interpretações	2
Não tem clareza de como pode contribuir	5
TOTAL	20

Da mesma forma que os objetivos da prática profissional do psicólogo, no contexto da pobreza, não estão muito bem demarcados para os entrevistados, as contribuições da Psicologia, como ciência, também não estão. Isso porque não se sabe ao certo o que seria específico da Psicologia, quando sua ação acaba misturando-se com outras profissões que estão inseridas por mais tempo na área social.

O que se percebe nas respostas, nessa tentativa de demarcação do conhecimento psicológico na área social, é uma divisão “clássica”: enquanto outras ciências olham pro macro social, a Psicologia se volta ao micro, ao âmbito das relações humanas e subjetividade, e isso é considerado importante para os psicólogos, como vemos no exemplo a seguir:

Quixote 2	Nossa! Acho que (contribui para) muita coisa. Acho que eu, esse ano nem tanto quanto ano passado, mas a gente via que tinham questões que fugiam ao entendimento das meninas aqui, do meu também, que eu não vou dizer que respondia... mas que eu era mais ligada porque, como tinha esse viés em Psicologia, das relações mesmo, internas, domésticas, de casal, das mulheres em espaços públicos, de como isso vai além de uma questão cultural mesmo...
Quixote 16	Eu acho que as contribuições são inúmeras. Como eu trabalho com desnutrição, então, a gente trabalha com a questão biológica e social, a partir do momento que a gente está inserindo a questão psicológica, também existe um leque de outras coisas que surgem pra dar um suporte. A psicologia, ela vem trazer um recurso, uma ferramenta nova pra facilitar melhorias não só na desnutrição, mas na criança que está na creche, na questão da fome, da criança deficiente, inúmeras outras coisas.

Há, ainda, psicólogos que, entendendo a contribuição da Psicologia numa perspectiva individualista, são menos otimistas, como demonstra a fala abaixo:

Quixote 2	Pois é, <i>tem coisas que não sou eu que vou mudar</i> . Essa questão social em si. Mas a gente percebe nas pessoas, e nos filhos também, uma questão muito freqüente, principalmente dessas mães. Principalmente se elas não trabalham. Quem conhece o trabalho, é ativa e tal, querendo ou não está buscando, mas outras não. Então são pessoas muito agressivas, já aconteceu tragédia. <i>Mudar eu não posso</i> . Mas eu posso tentar fazer com que de alguma forma a vida que eles levam fique pelo menos melhorada, pra eles. Eles não vão mudar a comunidade. A gente trabalha muito com
-----------	--

<p>essa questão, principalmente os pais com os filhos, quando tem encontro, mensais, praticamente, e quando tem acesso chamo o pai para fazer uma avaliação e essa coisa da relação pai-filho mesmo. Importante! Até porque, uns rejeitam, uns não dão o cuidado acessível, se a gente for olhar pelo outro lado. Já parece desequilíbrio, esse valor, essa valorização e essa desvalorização, como é que é isso?</p>

Esse é o dilema do “novo quixote”: a expectativa de mudança esbarra nos limites da própria atuação inserida nos marcos do capitalismo.

Mas, como já assinalamos, não é o psicólogo quem vai “mudar o mundo”, mas, evidentemente, uma ação comprometida, contextualizada, política, articulada, que vise à emancipação dos sujeitos, poderá iniciar alguma transformação:

Atuar numa perspectiva emancipatória, em um país marcado por desigualdades sociais, e construir uma rede de proteção social é um grande desafio. Temos o compromisso de oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar a cronificação dos quadros de vulnerabilidade, defender o processo democrático e favorecer a emancipação social. (CFP, 2007, p. 19).

Quando chamamos os “novos quixotes” para olharem a realidade como ela é, não pretendemos que assumam uma postura fatalista, pois concordamos com Martin-Baró (1996) que o fatalismo é um tipo de barreira à mudança. O conformismo social não é nada mais que a interiorização das relações de dominação. Assumir que nada se pode fazer diante dos problemas sociais é naturalizar as circunstâncias atuais, desconsiderando seu caráter histórico.

Uma outra questão importante é que os psicólogos não conseguem apontar realmente um corpo conceitual na Psicologia que trate da contribuição à superação da pobreza e desigualdades. Isso é reforçado pela escolha das ferramentas teóricas ligadas à Psicologia clínica, como veremos adiante.

Como exceção, a fala abaixo aponta a *perspectiva comunitária*, dentro da

Psicologia, como um campo de conhecimento que pode contribuir:

Quixote 8	Eu acho que muita (contribuição), sabe? Eu acho que é uma área que está abrindo pra gente, abrindo entre aspas, porque eu acho que o psicólogo começou a ocupar mais essa área agora, mas eu acho que tem que ter muita preparação pra isso. Porque a gente vê muitas coisas absurdas acontecendo. Que às vezes eu me sento com L. para conversar e a gente fica indignada com as coisas que estão acontecendo. A reprodução desse psicólogo na comunidade como um clínico. Como querer apenas ouvir o sofrimento do outro numa forma clínica. E não trabalha esses aspectos mais sociais. A gente vê muito isso, às vezes, no PAIF, não é? Que a gente tem alguns contatos e <i>a gente não vê esse trabalho comunitário ... A gente vê uma inserção de psicólogo nesse mercado de trabalho, mas um fazer que não se preocupa tanto com essa problemática.</i> , Eu acho que é um grande campo que a gente tem que agarrar, acho que tem muito a contribuir, acho que de estruturação de trabalho, isso é uma coisa muito nova, mas acho que a gente tem que procurar muito conhecer (...). E a gente vê justamente esse modelo errado de trabalho. E, modéstia à parte, o trabalho que a gente desenvolve aqui, não digo nem em termos de instituição, mas em termos de programa, eu acho que é de uma forma muito mais avançada do que umas coisas que eu ouvi, algumas coisas que a gente percebe na prática.
-----------	---

Aqui, demonstra-se uma preocupação com uma Psicologia do social. O afastamento de uma perspectiva clínica, dual, daria maiores possibilidades para a Psicologia contribuir com os problemas sociais.

Documento elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), traz reflexão sobre a contribuição da Psicologia para o fortalecimento de políticas de assistência social:

(...) a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social – preocupadas em promover a emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros –, contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania. Dessa maneira, as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Tais processos e recursos devem ser compreendidos de forma indissociada aos aspectos histórico-culturais da sociedade

em que se verificam, posto que se constituem mutuamente. (CFP, 2007, p. 17)

Na verdade, a própria criação do CREPOP evidencia que a Psicologia vem mudando seu foco, direcionando suas preocupações para as populações pobres e aos problemas sociais. No entanto, falta-nos construir novos conhecimentos aplicados à nossa realidade, fomentar mais pesquisas na área, para que nossas práticas sejam embasadas adequadamente e produzam os efeitos desejados.

III.3.2. Modelos teórico-metodológicos utilizados

Nesta seção, iremos discutir quais são as ferramentas teóricas e metodológicas utilizadas pelos psicólogos no trabalho do “terceiro setor”. Afinal, após conhecer suas demandas e objetivos profissionais, como os psicólogos efetivamente respondem a eles? Em que perspectiva teórica embasam suas ações? Que atividades desenvolvem? Que instrumentos e técnicas utilizam?

Sobre a rotina de trabalho, as atividades que realizam no cotidiano de trabalho (Tabela 24), os entrevistados apontaram o seguinte:

Tabela 24

Rotina de trabalho

Rotina	Casos (N)
Atendimento clínico individual	7
Execução de projetos	6
Atendimento a jovens e suas famílias	1
Levantamento de demandas	1
Planejamento institucional	1
Grupos terapêuticos	2
Gestão organizacional	2
TOTAL	20

Embora muitos afirmem que seu cotidiano profissional é a realização de atendimentos clínicos com os usuários das instituições, e outros que têm uma função organizacional com papéis bem definidos (recrutamento e seleção, etc.), é interessante notar as entrevistas dos psicólogos que definem suas atividades atreladas à *execução de projetos*. Nesses casos, a rotina é variada e foge ao que é entendido como "trabalho de psicólogo".

Para isso, é necessário um perfil dinâmico, com atuação multidisciplinar, com conhecimentos na área de elaboração de projetos, captação de recursos, educação social, etc., como ressaltam os exemplos abaixo:

Quixote 2	Se tem uma coisa que eu adoro aqui é não ter rotina de trabalho. Acho que é a única coisa que realmente eu não vou conseguir encontrar em outro lugar, se eu quiser um dia. <i>Não tem rotina</i> . Eu trabalho com esse curso. Especificamente hoje eu tenho esse trabalho específico. Mas a verdade é que a gente trabalha nos outros projetos também, não à frente, mas a equipe é pequena... Aí eu posso chegar aqui com o planejamento todo para fazer alguma coisa do meu curso. Aí eu passo o dia trabalhando com as meninas no monitoramento, não tem uma rotina não (...). <i>É execução</i> . Mas esse curso, ele dá noções básicas de direitos para as mulheres, em áreas bem variadas, direito da família, da criança e do adolescente, do idoso, direitos fundamentais, trabalhistas para lideranças comunitárias, para que elas possam multiplicar esse conhecimento e tal, e também para a gente estar sensibilizando operadores de direitos. E aí, eu trabalho meio entrando em contato com essas pessoas, procurando as pessoas mais sensíveis para irem para o curso, mobilizo as mulheres, providencio... enfim... faço ele acontecer, planejo antes, faço cronograma, faço relatório, sistematizo, sistematização do trabalho final, os eventos que têm, a aula inaugural e a formatura, no final, eu que organizo. Eu acompanho o trabalho, fico em contato com elas, eu sou o contato delas com esses facilitadores e com a instituição depois. <i>Organizo um pouco os gastos do recurso...</i>
Quixote 12	<i>Rotina de trabalho intensa</i> . Comecei no instituto sem uma equipe, só eu, sou diretor executivo e todas as outras funções que a instituição possa ter, que não temos limites nem cargos variados, então temos que fazer de tudo. Realizo desde a construção de projetos junto com professores, técnicos, consultores, à criação de tabelas de avaliação, acompanhamento dos projetos, viagem, entrega de material, compra de material, participação de eventos, palestras, seminários, criação de temas, criação... confecção de roupas, uniformes de cada modalidade esportiva que a gente distribui. Bem, as atividades são as mais variadas possíveis, mas todas elas me agradam porque são compostas de uma dinamicidade muito grande e eu sou muito dinâmico e hiperativo.
Quixote 13	Aqui eu esqueci de dizer que <i>a gente é motorista, elaborador de projeto, negocia projeto, é psicólogo, educador social</i> .

Já discutimos neste trabalho sobre o que fazem os psicólogos na intervenção psicossocial, e o quanto nossa formação não contribui para o perfil de profissional necessário no campo. Mas, no cotidiano de trabalho, os papéis a desempenhar estão claros? Assumir múltiplas funções, como afirma o exemplo acima, faz parte do seu papel de interventor social?

O papel do psicólogo no contexto social deve ser bem definido, como em qualquer outra área de atuação. Evidente que “bem definido” não quer dizer *estático* ou *inflexível*.

Para Sánchez Vidal (2007), o papel do psicólogo, traduzível em formas específicas de seu comportamento, é o coração da intervenção social, devendo estar sempre aliado à ética, à participação e à multidisciplinaridade. Para o autor, o papel a desempenhar define-se como uma *constelação de funções integradas* que o psicólogo assume em resposta às exigências ou demandas repetidas advindas dos coletivos e das situações que enfrenta na sua prática cotidiana.

Enfim, na medida em que as demandas apresentadas sejam similares (reclamem quase sempre o mesmo tipo de função), ou diferenciadas (reclamem funções diversas), o papel será mais homogêneo – contando com poucos elementos funcionais, ou heterogêneo – tendo componentes mais variados e difíceis de integrar na prática (Sánchez Vidal, 2007).

Diante da diversidade de funções, poderíamos considerar que há um denominador comum acerca do papel do psicólogo no contexto da intervenção social? Montero (2004) indica que o exercício dessa Psicologia deve atender a, pelo menos, quatro grandes áreas:

- 1) *Prevenção*, especialmente primária, com promoção de condutas consideradas “desejáveis”;
- 2) *Intervenção*, muitas vezes ligada à investigação com sentido participativo;
- 3) *Investigação*;
- 4) *Avaliação*.

O papel da *investigação* é essencial na prática social, e não está presente nas respostas dos psicólogos. Ainda segundo Montero (2004), um marco dentro deste campo da Psicologia é, justamente, buscar a compreensão dos fenômenos estudados, aprender a partir dos fenômenos com os quais se intervém, para que se possa sistematizar a ação e avaliá-la, conforme discussões anteriores.

Por fim, nunca é demais lembrar, que o papel do psicólogo no contexto social difere-se na essência do papel clínico tradicional. O atendimento clínico, nos moldes tradicionais, nesses contextos de atuação, nos parece um equívoco por parte dos psicólogos.

O papel na intervenção social, quando bem compreendido e executado, pode ser considerado o *núcleo da identidade social* do psicólogo (Sánchez Vidal, 2007), a qual tem sido buscada pelos “novos quixotes”, sem muito êxito. A função assumida e a identidade, então, estariam inter-relacionadas.

Sobre a função da prática social do psicólogo, Martin-Baró (1996) define como fundamental a *desalienação* das pessoas e grupos, eliminando mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social. E essa função está ligada ao verdadeiro compromisso social do psicólogo, de caráter histórico.

Dessa forma, concorda-se com o autor quando diz que o que importa é saber para onde vai o “*quefazer* psicológico” (p. 13), que efeito objetivo a atividade psicológica produz em uma determinada sociedade.

Evidentemente, não é tão simples visualizar na prática a realização do nosso papel fundamental junto aos grupos vulneráveis, como refletia Martin-Baró (1996):

O que significa conscientizar na e com a atividade psicológica? Trata-se de aplicar alguma técnica particular? Deve-se incluir nos processos alguma forma de reflexão política? Significa mudar os tipos de testes empregados ou os temas daqueles que usamos? Devemos abandonar a terapia individual e realizar algo assim como ergoterapias coletivas? (p. 19)

A resposta que o autor aponta é justamente refletir criticamente sobre quais as conseqüências históricas concretas que nossas atividades estão produzindo, sejam quais forem.

No nosso entendimento, no entanto, a escolha de determinadas abordagens e técnicas psicológicas para a intervenção psicossocial já traria, por si só, algumas conseqüências.

Sobre isso, é interessante notar que, mesmo para aqueles psicólogos que afirmaram que seu papel dentro da instituição não se limita ao tradicional em Psicologia, a escolha da abordagem, geralmente, relaciona-se com a Psicologia clínica (Tabela 25). Com algumas exceções, parece que tais abordagens são as únicas possíveis ou acessíveis aos entrevistados.

Tabela 25
Abordagens e técnicas psicológicas

Abordagens e técnicas	Casos (N)
Abordagem multidisciplinar	3
Psicologia Social/Comunitária	2
Gestalt-Terapia	4
Abordagem corporal	1
Clínica e social	1
Não tem clareza de abordagem	6
Psicanálise	1
Não respondeu	2
TOTAL	20

Dentre aqueles que não conseguem ter clareza do corpo teórico-conceitual que sustenta o seu trabalho, há a tentativa de mesclar as diversas abordagens da área clínica, na busca (ilusória) de, assim, dar conta da complexidade que envolve o trabalho social.

Vejamos alguns exemplos em que consideramos que a sustentação teórica não está clara para o profissional:

Quixote 1	Pois é, eu me formei com <i>base analítica</i> , mas <i>a técnica analítica eu não sou muito adepta não</i> , gosto muito da <i>área fenomenológica</i> . <i>Essa coisa humanística também...</i> Eu vou mais por esse lado, lógico, a gente tem que ter uma visão geral e a análise, a teoria analítica te dá um fundamento. Mas, assim, <i>eu me percebo fazendo um trabalho corporal</i> , que até então, não é intuição porque eu tenho fundamento, não é? Eu estou muito tentando seguir um caminho, ainda não defini, estou descobrindo aos poucos.
Quixote 10	(...) um referencial teórico não existe muito, existe quando a gente vai fazer a escuta, que a gente sabe: Ah, isso aqui é <i>um pouco voltado para o Freud</i> , isso aqui é <i>um pouco voltado para Jung</i> , isso aí a gente consegue diferenciar... Não tem um referencial, <i>você não está ouvindo de um lugar fixo, mas de vários, de vários...</i>

É claro que não estamos querendo dizer com isso que o psicólogo deve realizar sua prática social fechado em uma abordagem teórica específica. Até porque, como já discutimos exaustivamente, faz-se necessário conhecer a realidade primeiro, para atuar nela depois.

O problema não está num suposto pluralismo teórico-metodológico, mas na coerência com o objeto de intervenção em questão, ou seja, com as demandas sociais. Além disso, devemos questionar se tal “mesclagem” irrefletida acerca de teorias e métodos não traz incoerência do ponto de vista epistemológico. Além disso, se partirmos de vários olhares, como foi afirmado, que visão de homem e de sociedade teremos?

Pensando a relação dialética entre teoria e prática, necessitamos de um corpo teórico-conceitual consistente e coerente, que fundamente e guie nossas ações. Afinal, da mesma forma que a instituição precisa ter clara a sua proposta político-pedagógica, é importante que o psicólogo também saiba de que lugar parte e aonde quer chegar.

Para a construção de novos referenciais de atuação, é preciso lembrar que a união entre teoria e prática é um dos princípios fundamentais da Psicologia Comunitária. É a consideração do *caráter ativo dos participantes* provenientes das comunidades, bem como a redefinição do papel dos psicólogos comunitários, que pode contribuir com o desenvolvimento da perspectiva metodológica participativa que caracteriza o método em psicologia comunitária (Montero, 2004).

As abordagens tradicionais da Psicologia clínica, que pensam o indivíduo isolado de seu contexto social, certamente não nos ajudarão muito, por motivos amplamente citados.

Apenas dois psicólogos abordam a Psicologia social ou comunitária como fazendo parte de seu embasamento teórico, o que causa preocupação.

Os exemplos abaixo trazem reflexões interessantes:

Quixote 6	(...) É romper com um certo paradigma da patologia da Psicologia. Então, acho que ser psicólogo não necessita tanto da patologia, até tive um conflito com a Psicologia, porque achava, ainda acho que a Psicologia clínica, consultório, individual, acho que
-----------	--

	<p>a Psicologia é coletiva também. Social, nesse contexto de entendimento, como fenômeno social, como essas relações da sociedade hoje tem interfere na maneira de eu ser, de sentir, de pensar, e eu me sentia muito em conflito com a Psicologia, porque como psicóloga, todas as pessoas esperavam de mim que eu podia corresponder, eu não sentia que eu correspondia com a Psicologia da forma como ela foi fundada, com o estudo positivista. Então, eu me sentia assim: <i>poxa! todos me consideram como psicóloga no meu meio, mas eu não me considero psicóloga, dentro da minha formação em Psicologia. Então eu tinha um conflito.</i> E a partir da hora que eu fui observando as mudanças da Psicologia, quando eu fui me identificando com as novas posturas que a Psicologia apresentava (...) eu fui me dizendo essa é a Psicologia que eu estou, me sinto então inserida dentro da categoria de psicólogos, porque é isso que eu faço e hoje, atualmente, eu vejo um avanço muito grande, hoje a gente está aí discutindo a saúde pública, discutindo as questões da exclusão social, nas sistemáticas, então eu me incorporo novamente à Psicologia. (...) Mas, fico triste quando vejo que os novos cursos de Psicologia estão colocando os meninos de branco, sabe? Porque psicólogo tem que usar branco! Eu digo que a gente vai e vem, vai e vem, naquela contramão, no tempo. Mas eu digo a você que hoje eu defendo que eu realmente sou psicóloga, eu sou da categoria da Psicologia, mas uma Psicologia social, uma Psicologia comunitária, com essa abordagem e, portanto, assim, eu não tenho que me excluir, <i>eu tenho que integrar e defender que a Psicologia também é isso.</i></p>
Quixote 13	<p>Eu trabalho os pressupostos teóricos da Psicologia Social Comunitária. E eu tento fazer uma articulação, porque a gente trabalha todo tempo muito voltado para essa questão da Psicologia Política, da participação, da mobilização social e eu utilizo muito a Psicologia sócio-histórica. Porque todo tempo a gente está acreditando nesse sujeito, que ele é produzido dentro de condições sócio-históricas e capaz, e esse valor que tem a ação humana para produzir novas ações. Então, eu me utilizo, eu gosto muito dos pressupostos teóricos, eu gosto muito das análises psico-sociológicas que alguns autores da área da Psicologia Social fazem e acho que dá para fazer uma ponte muito boa com essa Psicologia sócio-histórica. Então tem sido mais ou menos o que tem me orientado.</p>

De fato, parece que a Psicologia fora dos âmbitos da clínica não nos identifica como verdadeiramente psicólogos. É preciso romper com essa cultura profissional e buscar referenciais teórico-metodológicos que respondam às demandas por mudança social.

Montero (2004) relata como as preocupações com a questão social estavam completamente fora do âmbito da Psicologia, antes do advento da Psicologia comunitária:

Mi experiencia personal fue la de encontrarme, a mediados de los años setenta, ante problemas sociales que no podían ser ni estudiados ni resueltos mediante la aplicación de las formas usuales

de tratamiento desarrolladas hasta el momento por la psicología (p. 81)

A Psicologia certamente mudou desde então, mas não mudaram, suficientemente, os profissionais psicólogos que a fazem, seja no âmbito técnico ou acadêmico.

Este trabalho vem defendendo, inclusive, o resgate de influências teóricas que demarcaram o campo da PC, como Marx, Gramsci, Paulo Freire, Martin-Baró, Fals Borda etc., aliado a novas contribuições dentro do campo da Psicologia e de outras áreas de conhecimento.

E que técnicas utilizar? O que conhecemos além da aplicação de testes e a prática da psicoterapia?

Para Montero (2004), podemos lançar mão de um pluralismo metodológico que atenda às novas demandas, não se descartando o uso de formas tradicionais de investigação e intervenção social, como a aplicação de entrevistas e pesquisas, observação, técnicas de dinâmicas de grupos, avaliações psicológicas, etc.

Entretanto, tanto os métodos tradicionais quanto os participativos, devem estar orientados pelos princípios e valores de uma Psicologia voltada para a comunidade, encontrando adaptações de caráter participativo a elas.

A autora aponta princípios básicos pelos quais se rege o método da PC, conforme a Figura 21:

1. Princípio científico	O método deve seguir o objeto, pois é inseparável dos aspectos epistemológicos e ontológicos. O problema é que determina que método utilizar, para que e quando.
2. Princípio participativo	Manifesta-se desde a sua implementação, na discussão e reflexão dos resultados apresentados e na tomada de decisão sobre seu uso.
3. Princípio ativo	A orientação em direção à transformação social exige modos de conhecer e intervir que respondam às exigências das comunidades.
4. Princípio da continuidade	Toda intervenção comunitária supõe uma intervenção metodológica que acompanha todas as ações e relações que se executam com a comunidade.
5. Princípio heurístico	Sua necessidade de responder às exigências da situação deve gerar modos sistemáticos de responder as suas características quando não existem previamente.
6. Princípio da contextualização	Expressa-se na adaptação do método, das técnicas e dos procedimentos ao contexto específico, cultural, no qual se trabalha.

Figura 21. Princípios básicos do método em PC.

Adaptado de Montero (2004)

Nossa prática, então, não deve estar pautada por um conjunto de técnicas que esvaziam os objetivos da transformação social. Como dissemos anteriormente, é preciso pensar, também, se as atividades que realizamos de certa forma dificultam a perspectiva de emancipação, ao invés de promovê-la. Os critérios apontados acima podem nos ajudar na escolha de tais técnicas.

Enfim, na hora dos “novos quixotes” definirem o *que fazer* na prática social, lembráremos as palavras de Dadico (2003):

Conciliando a reflexão e o fazer, no enfrentamento às condições que geram o trabalho alienado, os profissionais conseguem apropriar-se do próprio trabalho e conduzir alternativas de atuação, encontrando na Psicologia não um conjunto de técnicas, mas auxílio para pensar e superar contradições (p. 148).

III.3.3 Expectativas e dificuldades percebidas: as dores e as delícias de ser um “novo Quixote”.

Discutimos, anteriormente, que os psicólogos entrevistados não problematizam, como deveriam, a relação do “terceiro setor” com o Estado. Mas, afinal, o que conhecem sobre isso?

Na verdade, eles não sabem ao certo “*que bicho é esse*” no qual estão inseridos, demonstrando falta de clareza em relação ao “terceiro setor” e suas próprias indefinições. Por isso, acabam por atribuir uma importância social ao papel dessas instituições.

Para os psicólogos, o potencial do “novo” setor está em realizar o que o Estado não consegue, dando conta de problemas sociais que seriam de responsabilidade governamental:

Tabela 26
Como percebe o papel do “terceiro setor”

Papel do “terceiro setor”	Casos (N)
Fundamental porque complementa ações do Estado	14
Não se considera parte do "terceiro setor"	3
Não tem clareza do que significa "terceiro setor"	2
Organização da sociedade civil	1
TOTAL	20

Que problematizações da Psicologia existem nesse campo? Percebe-se que os psicólogos entrevistados, na sua maioria, apenas fazem seu trabalho, seguramente pensando estar realizando algo importante. A fala seguinte demonstra essa falta de clareza sobre a funcionalidade do “terceiro setor”:

Quixote 8	Falar assim sobre “terceiro setor”, também não teria muita segurança. Para falar para você do que é... até discutir um pouco sobre o que é o “terceiro setor”. <i>Estou inserida nele, mas, é engraçado, você me perguntou agora, eu realmente fiquei me perguntando. A gente sabe o que é do senso comum (...). Então, eu não sei nem te dizer, sinceramente.</i>
-----------	--

Encontramos ainda presente a idéia que permeia o imaginário social, ou seja, a de que não se pode ficar sentado esperando as coisas acontecerem, esperando o Estado agir. É preciso “arregaçar as mangas” e fazer alguma coisa. Mas, quase nunca no sentido da organização política da sociedade, quase sempre no sentido de oferecer os serviços básicos que o Estado *não* oferece, como já havíamos apontado.

Essa perspectiva extremamente problemática que, como vimos, é a das instituições, o psicólogo também “compra”, sem conseguir perceber:

Quixote 9	Esse terceiro setor, <i>ele vem a somar junto com a sociedade para tentar resolver situações que o governo não consegue, não tem condições ou não quer resolver, a gente não sabe até que ponto realmente, porque é aquela história, nunca tem dinheiro, mas a gente vê, não é? O que os deputados e senadores fazem a gente está vendo todo dia. Então, ele vem a somar, lógico que muitas pessoas dizem assim: o terceiro setor, ele está fazendo com que o governo se exima das responsabilidades, mas eu não vejo muito por aí, acho que todo mundo tem que participar, tem que ajudar de alguma forma. Então, você ficar em casa esperando que o outro resolva sempre, você que está se anulando, tem que estar buscando e o terceiro setor é um caminho para isso, para as pessoas que gostam de trabalhar e que sentem a necessidade de ajudar, esse é o caminho; acho que sempre que você está ajudando, você está ajudando, você está fazendo coisas para o outro e para você mesmo, não é, está se ajudando também, então.</i>
-----------	--

Alguns entrevistados admitem, no entanto, que os profissionais que atuam no campo estão alheios a uma discussão mais ampla sobre políticas públicas: apenas fazem o seu trabalho. Essa crítica é atribuída pelos psicólogos às instituições como um todo, que imergem em ações e projetos sociais específicos, desvinculados das discussões sobre

orçamento e políticas públicas mais amplas. Ou seja, as instituições trabalham com a lógica dos projetos em detrimento da lógica dos processos (Gohn, 2005).

Por fim, o trabalho é visto pelos psicólogos como um setor de voluntariado, mobilizado por uma causa, o que dificulta o estabelecimento de gestão, relações e condições mais profissionais dentro das instituições.

Com relação à demanda pelo trabalho da Psicologia (Tabela 27), a maioria aponta o psicólogo como um profissional necessário, ou seja, que o “terceiro setor” é campo que necessita de psicólogos:

Tabela 27
“Terceiro setor” como campo de trabalho para o psicólogo

Psicologia e “terceiro setor”	Casos (N)
Profissional necessário	7
Não específico da Psicologia	6
Campo ainda novo para avaliar	5
Não respondeu	2
TOTAL	20

O interessante é que, para os entrevistados, a relevância do psicólogo no campo social tem sido reconhecida aos poucos, pois antes era visto como um profissional “dispensável” para a área social:

Quixote 1	(...) hoje tem sido valorizada a Psicologia, nem tanto quanto deveria ser ainda. Mas está sendo percebido que é necessário, não é secundário, como até então se deixava. Dá prioridade a mil coisas, o psicólogo é o último, um dos últimos, olhe lá... está entendendo? E hoje não. Eu tenho percebido que está sendo mobilizado, cada vez mais é percebida a necessidade em si e lá eu percebo muito que se recorre muito ao psicólogo. Não é apenas um profissional que “ah, todo mundo cuide do seu... se der, se tiver algum probleminha, manda para ele”. Não. O que eu tenho percebido é que . tem sido colocado mesmo algumas questões para o psicólogo, muitos profissionais têm recorrido, o que tem me deixado uma experiência positiva.
Quixote 6	Eu vejo esse campo de trabalho como um campo de mercado, hoje ele possibilita fazer um projeto, ganhar muito com projeto, mas não tenho tempo, não tenho mais disponibilidade, mas eu vejo que são coisas que muitos podem fazer, não é?

	Trabalhar pesquisas, projetos, que não seja só a clínica, que não seja só hospital. Então, eu vejo como um mercado de trabalho promissor, eu acho que um mercado amplo de trabalho, sabe?
Quixote 8	É um campo que está se abrindo para a Psicologia, talvez por essa característica que hoje a gente tenha psicólogos em cargos-chave, como a secretaria de saúde, como na secretaria de assistência social, que saiu agora, mas que era uma psicóloga, como superintendência da (instituição). Então, por essas pessoas saberem da importância do trabalho do psicólogo, esse mercado abriu muito, tanto que a gente vê aí esse concurso da Prefeitura que vai ter agora, trinta e cinco vagas. A gente nunca viu isso. O salário é baixo? É! É um absurdo? É! Mas, assim, a gente nunca viu um concurso com tantas vagas para psicólogo. Então, acho que é um campo que está se abrindo. E é um campo que agora está na hora de a gente mostrar o nosso trabalho. Sair um pouquinho do senso comum, que psicólogo é para trabalhar com doído e, acho que agora é que a gente tem que mostrar o trabalho, por essas pessoas estarem no poder, por estarem dando oportunidade, mas, essas pessoas vão passar, pode ser que cheguem outras pessoas que não tenham a noção de dar continuidade a esse trabalho, nem o comprometimento da continuidade desse trabalho, mas que se a gente estiver desenvolvendo um trabalho que mostre resultado, que dê respaldo, eu acho que esse campo pode se firmar cada vez mais.

Seria importante verificar a valorização dos gestores das instituições e demais membros da equipe, a respeito do trabalho do psicólogo. Até o presente momento, poderíamos, pensar o psicólogo como um “artigo de luxo” que apenas algumas instituições poderiam “ostentar”. De fato, no trabalho de campo, na busca por psicólogos trabalhando no “terceiro setor”, ouvimos, por diversas vezes, que naquela instituição não havia psicólogos, que até seria necessário, mas que existiam outras prioridades.

Mas é interessante que, como novo local de atuação que se apresenta, os psicólogos percebam que há necessidade da melhor qualificação dos profissionais, como demonstra a fala abaixo:

Quixote 4	Eu acho que existe um campo muito grande. Eu percebo várias Ong's que tem muito assistente social, engenheiro agrônomo, dependendo da localização, se for campo é engenheiro agrônomo, é veterinário, assistente social... E psicólogo eu não vejo tanto, eu não sei em outras localidades, mas pelo menos aqui no Rio Grande do Norte eu não tenho visto, não tenho visto. Uma coisa que eu também tava lembrando agora é que às vezes eu vejo alguns editais de seleção para Ong's, eu não estou lembrando agora ao certo que Ong, que trabalho, que público, mas eu tava olhando seleções e tem uma exigência no sentido de ter uma participação política, ter um
-----------	--

<p>envolvimento, seja de um tempo naquela temática, ter experiência dentro de grupos, de comunidades, de coisa desse tipo e que isso não é comum ao psicólogo. Existir, existe, eu não sei se ele está a fim, se ele está preparado, se de repente é interesse dele entrar, mas existe esse campo, existe. <i>Eu acho que só dependente dos profissionais, se estão interessados e se prepararem para aquele tipo de trabalho, porque eu acho que é uma exigência diferente, é uma exigência diferente...</i></p>

Na verdade, como qualquer área que se abre para a atuação profissional da Psicologia, é preciso uma avaliação dos seus saberes e fazeres, de modo a que se possa falar em um efetivo compromisso social da profissão.

Por outro lado, alguns entrevistados acreditam que a função que exercem poderia ser exercida por qualquer outro profissional de áreas afins, inclusive porque o psicólogo não possui a tão discutida formação adequada. Acreditam que o campo não está aberto especificamente para psicólogos, mas para quem tiver afinidade com o trabalho social.

Nesse sentido, os psicólogos problematizam o fato de estarem inseridos em campo tão amplo e complexo, que exige trabalho interdisciplinar, pois, como disse uma das psicólogas: *“não estamos ali para trabalharmos sozinhas”*.

De fato, como aponta Martínez (2003), quando o objetivo é converter os sujeitos em protagonistas de sua própria mudança, nenhum trabalhador social por si só, possui as ferramentas necessárias para poder desenvolver a tarefa adequadamente. Até porque, na equipe interdisciplinar, as distintas visões e perspectivas de cada profissional diante dos problemas sociais, são complementares:

Concebimos, por tanto, el abordaje del problema psicosocial como un abordaje de equipo entre los profesionales implicados y el grupo de población (afectados y no afectados) referente. Entre los profesionales deberá existir una coordinación de acciones y la consiguiente subordinación entre las mismas de acuerdo con una estrategia común (p. 17).

Evidentemente, a estrutura curricular de nossas Universidades e Faculdades não contribui para uma formação voltada à interdisciplinaridade. Seria necessário um empenho dos departamentos dos diversos cursos, para a promoção de uma prática social mais qualificada e pensada conjuntamente.

Nesse campo, no entanto, as dificuldades de atuação percebidas pelos psicólogos vão além das especificidades do trabalho em equipe.

Quando perguntados sobre isso, a maioria dos entrevistados citou que a escassez de recursos, financeiros, materiais ou de pessoal, é o maior obstáculo para o bom desenvolvimento do trabalho (Tabela 28).

Aliado a este fator, estão os salários baixos, a carga horária elevada e a instabilidade profissional, que já foram comentadas anteriormente:

Tabela 28
Dificuldades que o psicólogo enfrenta na atuação

Dificuldades	Casos (N)
Recursos limitados	4
Salários baixos	3
Instabilidade profissional	1
Falta de entrosamento da equipe	2
Carga horária demasiada	2
Questões políticas	2
Expectativa de assistencialismo	1
Questões Macro estruturais	2
Falta de troca de experiências entre psicólogos sociais	1
Falta de entendimento da importância da dimensão subjetiva	1
Falta de espaço físico para o psicólogo trabalhar	1
TOTAL	20

Por fim, são citadas outras dificuldades, como interferências políticas na ação de algumas instituições (no sentido partidário do termo), e, por esse motivo, há a expectativa da população de que se responda de maneira assistencialista aos problemas sociais.

Além disso, a estrutura macrossocial, que traz desemprego, fome, violência, etc., é vista como obstáculo a enfrentar, como demonstra o exemplo abaixo:

Quixote 9	Os impasses maiores eu acho que é mais a desestruturação da família, em termos gerais, as dificuldades financeiras dificultam sobremaneira porque, eles cobram muito, que não tem alimentação, não consegue se alimentar melhor, então como é que vai conseguir ter uma atenção melhor? Como é que vai conseguir querer estudar? Como é que vai conseguir... onde vive? <i>O social não ajuda</i> , então vive no meio de situações de roubo, de furto, de entendeu? As dificuldades maiores são mais as questões sociais mesmo...
-----------	--

A frustração dos psicólogos ao esbarrar nos limites do capitalismo, leva-nos a reiterar a idéia de que as contradições inerentes ao nosso sistema social não foram superadas. Intelectualizar as questões que estão claramente relacionadas às relações de produção, não nos tem levado a lugar algum.

Mas, diante dessas dificuldades, questionamos ao psicólogo se sua atuação poderia ser mais eficaz (Tabela 29), e o que poderia ser feito nesse sentido.

Tabela 29

O que o psicólogo pode fazer para melhorar sua atuação no “terceiro setor”

Sugestões	Casos (N)
Maior compreensão da realidade social e de políticas públicas	6
Disponibilidade para aprender mais	3
Interagir com movimentos sociais	2
Disponibilidade para trabalhar em grupo	3
Identificação e sensibilidade com as questões sociais	1
Fazer terapia	1
Ter clareza do papel dentro da instituição	1
Conhecer mais Psicologia Social	2
Não respondeu	1
TOTAL	20

Está claro, para os próprios psicólogos, que eles *não* conhecem o contexto das políticas públicas e não sabem utilizar instrumentos que lhes são demandados na área

social, pois se colocam numa postura de *enclausuramento* na sua perspectiva teórica.

Vejamos o exemplo abaixo:

Quixote 6	A gente tem que aprender a preparar projetos, trabalhar com orçamento público, trabalhar com recursos financeiros, <i>que no nosso aprendizado a gente não sabe</i> . Trabalhar direitos, <i>trabalhar direitos a gente não sabe</i> . A parte dessas discussões do movimento, <i>do social a gente não está preparado para discutir</i> .
Quixote 13	Eu acho que um primeiro passo é a gente conseguir perceber que a realidade que a gente vai encontrar, ela é muito diferente desse modelo privativo, que a gente se dedicou muito na universidade. E acho que se dedicar a um processo de formação que te possibilite isso, te possibilite compreender que existe uma demanda que está aí e que só você transportar o modelo da Psicologia clínica não vai adiantar. A recomendação que eu faria a princípio, de uma maneira geral, seria essa, de investir no processo de formação, que eu acho que um curso de Psicologia não dá conta disso.

As respostas acima se encaixam perfeitamente na nossa perspectiva sobre os “novos quixotes” da Psicologia, que necessitam de uma melhor compreensão da realidade na qual estão atuando. É importante que percebam que boa vontade não é suficiente e poderá, inclusive, trazer limitações de atuação e resultados.

Em uma perspectiva semelhante, alguns poucos psicólogos entendem que uma melhor atuação estaria relacionada ao conhecimento aprofundado da Psicologia Social e Comunitária:

Quixote 16	Eu acho que a principal coisa que a gente tem que estar atento é conhecer primeiramente o que é psicologia social, o que é psicologia comunitária, é estudar sobre isso, porque quando a gente sai da graduação, <i>como a gente tem uma formação muito clínica, a gente às vezes quer chegar na comunidade e empurrar goela abaixo, forçar um modelo clínico que não se enquadra</i> . Já encontrei com muita gente que tenta, não é que a pessoa esteja errada, porque ela só conhece a opção da clínica. Muitas vezes, arranja emprego naquele local, porque foi o primeiro que apareceu, e é o que sabe fazer, e tenta de alguma forma colocar aquilo de psicologia clínica dentro da psicologia social. Então, todo mundo que tem interesse e quiser realmente trabalhar nessa área, que procure estudar, conhecer, saber como é, porque muitas vezes a gente vê trabalhos de alguns profissionais que entram pra área social e utilizam o modelo errado, seja o modelo clínico, o modelo organizacional, o modelo sei lá o que na área social e não dá certo, porque cada área tem uma especificidade; então, não adianta querer vir com o modelo de uma instituição e colocar dentro de uma comunidade onde não se enquadra <i>e aí eu termino queimando</i>
------------	---

	<i>o filme da psicologia.</i> Porque o que vai ficar lá é o trabalho da psicologia e não daquele psicólogo.
--	---

À parte de uma perspectiva crítica da própria atuação e do campo, é interessante notar a resposta abaixo, que traz uma perspectiva clínica clássica presente na Psicologia:

Quixote 7	<i>Primeira coisa, terapia, (...)</i> acho que é complicado você cuidar do outro sem você se cuidar... Acho que a gente é o próprio instrumento de trabalho, então a gente tem que estar bem afinadinho na medida do possível, precisa ter essa experiência mesmo, é complicado cuidar do outro sem você estar nessa cadeira também...
-----------	--

Aqui, a identidade do psicólogo clínico está muito marcante, reforçando a necessidade da terapia pessoal, para que se possa “cuidar do outro”.

Afinal, que condições seriam necessárias para o profissional que vai atuar em contextos de pobreza e desigualdade? Poderíamos pensar num perfil específico?

Montero (2004) discutiu características que considera importantes para o perfil de um psicólogo comunitário, conforme mostra a Figura 22:

1. Sensibilidade social e sentido de justiça social;
2. Respeito pelo Outro, quem quer que seja;
3. Aceitação da diversidade do Outro;
4. Não ocultar nem omitir informações que possam ser de utilidade para as pessoas com as quais se trabalha;
5. Estar sempre aberto para a aprendizagem, não desprezando o conhecimento advindo de lugares, pessoas e situações que estão fora dos “centros de saber”;
6. Estar aberto à surpresa, à contradição, à correção e à dúvida. E, quando qualquer uma dessas esteja presente, verificar, revisar as fontes documentadas e a experiência vivida;
7. Saber escutar e estar disposto a fazê-lo;
8. Pôr o seu conhecimento a serviço das transformações necessárias e desejadas pelas pessoas com as quais se vai trabalhar.
9. Não tentar exercer a PC se não está disposto a atuar de acordo com os valores de respeito ao Outro, ou com as condições anteriores.

Figura 22. Características do psicólogo comunitário.

Adaptado de Montero (2004)

Acreditamos que tanto as características apontadas pelos entrevistados, como pela autora citada, são importantes ao pensarmos a prática social do psicólogo. De fato, é de extrema relevância conhecer e refletir a realidade social na qual iremos atuar.

E para que nosso compromisso social seja efetivo, é preciso pensar sobre como está se dando a nossa inserção no “terceiro setor”. Que compromisso com a emancipação ele nos oferece? Uma vez mais evocamos Dadico (2003):

Os limites éticos do trabalho realizado pelos psicólogos serão estabelecidos em proporcional relação às possibilidades de emancipação oferecidas nas diversas ONGs e instituições. A fertilidade desejada para o trabalho enraizado, se alcança apenas com esforço, ou, metaforicamente, no arado do solo. Mas o trabalho duro, necessário, não é suficiente. A atenção, o compromisso e a sensibilidade, que buscamos fazer escapar aos embotamentos de nossa percepção, precisam ser constantes, para que não se despeje suor em terreno de pedregulhos (p. 149).

Certamente, poderemos ampliar nossos limites de atuação repensando nossas ferramentas teórico-metodológicas. Não está na hora de revermos os modelos de intervenção adotados? Conhecemos a comunidade, sabemos das suas necessidades? Podemos oferecer projetos sociais mais amplos que vislumbrem mudança social?

Sem uma reflexão acerca da formação e dos modelos e instrumentos adotados, e fundamentalmente da ética que deve permear nossa atuação, não poderemos falar, efetivamente, em compromisso social da Psicologia.

Não há compromisso social da Psicologia se esta não estiver envolvida com um *projeto amplo de mudança social*, que busque as causas e não a superfície do problema, ou medidas paliativas de conformação com sua condição atual.

IV. Considerações finais: reflexões para a construção de uma intervenção mais efetiva.

“E como poderá uma sociedade de cegos organizar-se para que viva? Organizando-se, organizar-se já é, de uma certa maneira, começar a ter olhos”. (José Saramago, Ensaio sobre a Cegueira).

Apresentamos um quadro geral acerca da inserção dos psicólogos nas instituições do “terceiro setor”, aos quais chamamos de “novos quixotes”, e acreditamos que muitas questões importantes necessitariam um maior aprofundamento.

No entanto, os dados nos ofereceram indicativos interessantes sobre o desenho da prática social do psicólogo, por exemplo, como enxergam a si e ao próprio trabalho, além de angústias e inquietações que enfrentam no campo.

A partir da análise das entrevistas, podemos perceber que a prática social dos psicólogos, na sua maioria, pauta-se por um modelo de intervenção assistencial, em detrimento da promoção da dinamização e participação comunitária.

Sem planejamento e avaliação sistemática das ações, não existe proposta de trabalho comunitário a longo prazo dos psicólogos, mas improvisações ou atividades focadas no indivíduo.

É importante perceber que o modelo de atuação utilizado pelo psicólogo está inserido nas normas institucionais dos locais onde trabalham, e na sua formação profissional. Existe, então, uma prática do psicólogo que é construída socialmente. Dito

em outras palavras, espera-se, nesses contextos estudados, que ele atue desta forma e obedeça a este perfil, pois não há ainda identidade construída do psicólogo comunitário ou interventor social.

Além disso, seus discursos sobre o campo em que trabalham estão esvaziados da dimensão política, reforçando idéias de filantropização da questão social.

As alternativas apresentadas pelo “terceiro setor” e abraçadas pelo “novos quixotes” da Psicologia não podem encobrir a luta pela transformação e pelos direitos. Por isso, faz-se importante uma atuação crítica, reflexiva, que dialogue com todas as inconsistências e contradições presentes nesse campo.

Isso quer dizer que a Psicologia precisa contribuir com o debate sobre o “terceiro setor” e o *papel da sociedade civil*, que deve ser vista como esfera pública democrática, um espaço para a revalorização da política e da construção da cidadania, e não simplesmente instrumento de despolitização e desresponsabilização do Estado (Torres, 2003).

Diante de todo o exposto, poderíamos nos indagar se vale a pena estar inserido neste campo e realizar este trabalho.

A resposta a que chegamos é *sim* e *não*. *Sim*, se recuperamos o antigo sentido dos movimentos sociais e trabalhamos em prol da verdadeira organização da sociedade civil, valorizando o espaço público. *Não*, se travestimos esses movimentos de “terceiro setor” e esvaziamos o seu conteúdo político.

Sim, se nossa prática social está na direção da emancipação, e *não* se ela reforça mecanismos de exclusão e manutenção das relações de dominação. *Sim*, se repensamos nossos construtos teórico-metodológicos e buscamos novas formas de intervenção.

Enfim, sejamos “novos quixotes”, se podemos, como psicólogos, contribuir para a construção de ações que, fortalecidas e articuladas na totalidade do movimento histórico, delineiam um novo projeto de sociedade.

Esse tipo de ação só poderá ser alcançada se partirmos, nós mesmos, de uma análise crítica da realidade. Do contrário, nossas ações partirão do que Paulo Freire (2007) chamou de “consciência mágica”.

A partir da consciência mágica, a realidade é simplesmente captada, e nós lhe emprestamos um poder superior, ao qual temos que nos submeter com docilidade. Para Freire (2007), é próprio desta consciência o fatalismo, o “cruzamento dos braços, impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem” (p. 114). Na consciência crítica, por sua vez, há integração com a realidade, entendida como histórica, e chegaríamos a ela através de uma educação dialogal e ativa.

Não é possível que psicólogos facilitem um processo de “libertação”, ou emancipação, como postularam Paulo Freire e Martin-Baró, por exemplo, se nossa própria compreensão da realidade é limitada e fatalista. Está na hora da Psicologia voltar a pensar.

Acreditamos que, como outros autores já apontaram, em nome de idéias consideradas progressistas, como o “terceiro setor”, decretou-se o “fim da história” e a perda da centralidade da categoria trabalho e da classe operária.

No entanto, não há nenhuma evidência de que as metamorfoses pelas quais o capitalismo vem passando tenham alterado as relações sociais e as leis básicas postuladas por Marx. Por isso, consideramos que essa pretensa “modernização” se aproximaria muito mais do campo das “invencionices” teóricas.

Isso por que, a partir desta leitura da realidade, só há preocupação com “certos efeitos negativos estritamente limitados, mas sem qualquer efeito sob sua base causal (...)” (Mészáros, 2002, p. 39).

Hoje, cerca de um bilhão de pessoas estão desempregadas e o que as evidências mostram é que esses milhares de desempregados estão ligados aos mesmos “paradigmas do trabalho” (Fiori, 2001), só que com novos elementos: trabalho precarizado, com direitos limitados e cada vez mais inseridos num processo de alienação.

Como afirma Fiori (2001): “Enquanto os liberais anunciam o fim da história, boa parte dos intelectuais marxistas que idealizaram um proletariado que não existia, agora, decepcionados, querem dizer adeus e enterrá-lo antes que tenha morrido” (p. 17).

Na verdade, a situação de hoje é ainda mais grave que à época de Marx, pois o capital se articula como um sistema global (Mészáros, 2002), como afirmamos no início deste trabalho.

Para Gramsci (1978), Marx produziu uma concepção de mundo (*Weltanschauungen*), iniciando intelectualmente uma idade histórica. Sua concepção de mundo só será superada com “o desaparecimento da sociedade política e o advento da sociedade regulada (concepção de necessidade, superada pela concepção da liberdade)” (p. 67).

Dessa forma, as categorias problematizadas neste trabalho, como pobreza e desigualdade social, não são integráveis à lógica do capital, por isso, não superadas. Certamente, não serão remodelações baseadas em conceitos distorcidos de “sociedade civil” que irão suprimir as mazelas da questão social.

Este trabalho foi uma tentativa de iniciar (apenas iniciar) uma (re)aproximação com uma leitura marxiana da realidade. Mesmo não sendo uma tarefa fácil a ser realizada por psicólogos, pois ainda temos que nos apropriar melhor de muitos construtos, acreditamos que o esforço empreendido foi válido, no sentido de contribuir de algum modo com os que desejam a construção de uma outra Psicologia.

Especialmente através dos conceitos gramscianos, concluímos que, como psicólogos, devemos trabalhar na promoção da organização da sociedade civil, mas pelos motivos certos, para que as pessoas possam VER, tornarem-se sujeitos políticos, capazes de conduzir um outro projeto de democracia.

VII. Referências Bibliográficas

- Ballón, E. (2004). A sociedade civil nos espaços públicos internacionais: o lugar das ONGs. In ABONG (Org.). *O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas*. São Paulo: Peirópolis.
- Bastos, A. (1988). Áreas de atuação: Em questão o nosso modelo de profissional. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp.163-193). São Paulo: Edicon.
- Behring, E. (2003). Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. *Serviço Social e Sociedade*, 73, 101-119.
- Behring, E. R., & Boschetti, I. (2006). *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.
- Blanco, A., & Valera, S. (2007). Los fundamentos de la intervención psicosocial. In A. Blanco & J. Rodríguez (coords.), *Intervención Psicosocial*. Madrid: Pearson educación.
- Blanco, M. (2002). *Las ONG e la política*. Madrid: Ediciones Istmo.
- Boarini, M. L. (1996). “A Formação (Necessária) do Psicólogo para Atuar na Saúde Pública”. *Psicologia em Estudo*, 1 (1), 93-132.
- Bock, A. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. Bock (Org), *Psicologia e compromisso social* (pp. 15-35). São Paulo: Cortez.
- Botomé, P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5 (1), 1-15.
- Buarque, C. (1993). *O que é Apartheid*. O apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos).
- Buttigieg, J. A. (2003). Educação e hegemonia. In C. N. Coutinho & A. Teixeira (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade* (pp. 39-49). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campione, D. (2003). Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In C. N. Coutinho & A. Teixeira (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade* (pp. 51-66). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, R. (2005). Fortalecimento da Sociedade Civil. In E. B. Ioschpe (Org.), *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado* (pp. 7-12). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Carneiro Jr., N. (2002). *O setor público não estatal: as organizações sociais como possibilidades e limites na gestão pública da saúde*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

- Carvalho, R.H. F. (1988). Atuação psicológica: Uma análise das atividades desempenhadas pelos psicólogos. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 217-235). São Paulo: Edicon.
- Carvalho, D. G. (2002). *Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): Construção de Sujeitos Coletivos e de Propostas Socioeducativas*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Castel, R. (2000). As armadilhas da exclusão. In M. Belfiore-Wanderley, L. Bógus & M. C. Yazbek (Orgs.), *Desigualdade e a Questão Social* (pp. 17-50). São Paulo: Educ.
- Castel, R. (2001). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Chauí, M. (2000). *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu.
- Coelho, S. (2000). *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Senac.
- Colegio Oficial de Psicólogos de Espanha (2008). *Perfiles Profesionales del Psicólogo*. Madrid: Colegio Oficial de Psicólogos de Espanha.
- Conselho Federal de Psicologia (Org.) (1992). *Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços*. Campinas: Átomo.
- Conselho Federal de Psicologia (Org.) (2007). Referências Técnicas para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS. Brasília: CFP.
- Coutinho, C. N. (1981). *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM.
- Dadico, L. (2003). *A atuação de psicólogos em ONGs na área da educação*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- Demo, P. (2003). *A pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes.
- Dimenstein, M. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 3 (1), 53-81.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5 (1), 95-121.
- Dimenstein, M. (2001). O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em estudo*, 6, (2), 57-63.

- Egler, P. C. (2005). Como as organizações não-governamentais podem contribuir para o processo de resgate das instituições públicas no Brasil. *Revista do Terceiro Setor*, Outubro. Acessado em 12 de dezembro de 2006 do Word Wide Web: <http://rets.rits.org.br>.
- Espinosa, L. M. C. (2004). Psicología Comunitaria de la Salud. In: G. M. Ochoa; J. H. Olaizola; L. M. C. Espinosa & M. M. Martínez (orgs), *Introducción a la psicología comunitaria* (pp. 17-41). Barcelona: Editorial UOC.
- Fernandes, R. C. (1994). *Privado porém público*. O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Fernandes, R. C. (2005). O que é o Terceiro Setor? In E. B. Ioschpe (Org.), *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado* (pp. 25-33). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ferreira, V. (2005). *ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. Tese de doutorado não publicada, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Fiori, J. L. (2001). *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Freire, P. (2007). *Educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e terra.
- Galeano, E. (2002). *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gambara, H.; & Trujillo, E. V. (2007). Evaluación de programas de intervención psicosocial. In A. Blanco & J. Rodríguez (coords.), *Intervención Psicosocial*. Madrid: Pearson educación.
- Giddens, A. (2001). *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.
- Gohn, M. (2005). *O Protagonismo da Sociedade Civil*. Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez.
- Góis, C. (2003). *Psicologia Comunitária no Ceará*. Uma caminhada. Ceará: Instituto Paulo Freire.
- Gramsci, A. (1978). *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins.
- Gramsci, A. (1979). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2007). *Síntese de Indicadores Sociais*. Brasília: IBGE.
- Ioschpe, E. (Org.) (2005). *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Kerstenetzky, C. (2003). Sobre associativismo, desigualdade e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (53), 131-142.
- Kosik, K. (2002). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Landim, L. (1993). *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Landim, L. (Org.) (1998). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau.
- Leher, R. (2002). Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In P. Gentili & G. Frigotto, *A cidadania negada*. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez.
- Lenoir, R. (1994). *Les exclus*. Paris: Le Senil.
- López, J., & Scandroglio, B. (2007). De la investigación a la intervención psicosocial: la metodología cualitativa. In A. Blanco & J. Rodríguez (coords.), *Intervención Psicosocial*. Madrid: Pearson educación.
- Martín-Baró (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2 (1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta.
- Martínez, A. (2003). Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In A. M. Bock (Org), *Psicologia e compromisso social* (pp. 143-160). São Paulo: Cortez.
- Martínez, M. (2004a). Comunidad y bienestar social. In G. M. Ochoa; J. H. O.; L. M. C. Espinosa & M. M. Martínez (orgs), *Introducción a la psicología comunitaria* (pp. 43-72). Barcelona: Editorial UOC.
- Martínez, M. (2004b). La investigación acción participativa. In G. M. Ochoa; J. H. O.; L. M. C. Espinosa & M. M. Martínez (orgs), *Introducción a la psicología comunitaria* (pp. 135-165). Barcelona: Editorial UOC.
- Matos, M. (2005). *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Mello, S. L. (1975). A formação profissional dos psicólogos: Apontamentos para um estudo. *Psicologia*, 1, 15-20.
- Mészáros, I. (2002). *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Montaño, C. (1999). Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. *Serviço Social e Sociedade*, 59, 47-79.

- Montaño, C. (2003). *Terceiro setor e questão social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez.
- Montero, M. (1998). Comunidad como objeto y sujeto de la acción social. In A. Martín (Org), *Psicología comunitaria: fundamentos y aplicaciones*. Madrid: Síntesis.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Piados.
- Nogueira, M. A. (2003). Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 18 (52), 185-201.
- Ochoa, G. M. (2004). Surgimiento y desarrollo de la Psicología comunitaria. In G. M. Ochoa; J. H. Olaizola; L. M. C. Espinosa & M. M. Martínez (Orgs), *Introducción a la psicología comunitaria* (pp. 17-41). Barcelona: Editorial UOC.
- Ochoa, G., & Vásquez, S. (2004). Desarrollo comunitario y potenciación (empowerment). In G. M. Ochoa; J. H. O.; L. M. C. Espinosa & M. M. Martínez (Orgs), *Introducción a la psicología comunitaria* (pp. 167-193). Barcelona: Editorial UOC.
- Oliveira, I. F. (2005). *A Psicologia no Sistema de Saúde Pública: diagnóstico e perspectivas*. Tese de doutorado não publicada, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB/SP) (2005). *Cartilha terceiro setor*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Macedo, J. P. (2007). *O Psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na saúde e assistência social*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.
- Netto, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez.
- Pastorini, A. (2004). *A Categoria "Questão Social" em debate*. São Paulo: Cortez.
- Pereira, P. (2003). A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. *Serviço Social e Sociedade*, 73, 75-100.
- Pérez-Díaz, V., & Novo, J. P. (2003). *El tercer sector en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.
- Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD (2005). *Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência*. Acessado em 11 de janeiro de 2008 do World Wide Web: [http:// www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br).
- Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD (2006). *Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2006 – A água para lá da escassez: poder, pobreza e a*

crise mundial. Acessado em 11 de janeiro de 2008 do World Wide Web: <http://www.pnud.org.br>.

Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD (2007). *Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2007 – Combater a mudança do clima: Solidariedade Humana em um mundo dividido*. Acessado em 11 de janeiro de 2008 do World Wide Web: <http://www.pnud.org.br>.

Ramos, I., & Gelinski, C. (2005). Emprego no Terceiro Setor, Opção ou Alternativa: O caso de Florianópolis. *Integração*, 8 (6), 1-2.

Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: a social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, 9, 1-25.

Ribeiro, A. C. (2005). A resistência do compromisso. In V. V. Valla, E. N. Stotz & E. B. Algebaile (Orgs), *Para compreender a pobreza no Brasil* (pp. 15-30). Rio de Janeiro: Contraponto.

Rifkin, J. (1995). *O fim dos empregos*. O declínio inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho. São Paulo: Makron Books.

Rifkin, J. (2005). Identidade e natureza do Terceiro Setor. In E. B. Ioschpe (Org.), *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado* (pp. 13-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rizzini, I. (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, CIESPI; Rio de Janeiro: PUC-RIO.

Roche, C. (2002). *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. São Paulo: Cortez; ABONG; Oxford: Oxfam.

Rosanvallon, P. (1995). *La nouvelle question sociale*. Paris, LeSeuil.

Rosemberg, F. (1984). Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia, Ciência e Profissão*, 1, 6-12.

Saffioti, H. (1992). Ideologia, Ideologias. In G. Chalita (Org.), *Vida para sempre jovem* (pp. 63-82). São Paulo: Siciliano.

Salamon, L. (1999). *Global Civil Society*. Dimensions of the Nonprofit Sector. Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies.

Sánchez Vidal, A. (2007). *Manual de Psicología Comunitária*. Un enfoque integrado. Madrid: Ediciones Pirámide.

- Sant'ana, I. M. (2008). *Projeto político-pedagógico, trabalho docente e emancipação: a relação psicólogo-professor em processo de construção*. Tese de doutorado não publicada, PUC Campinas, São Paulo.
- Sarriera, J., Câmara, S., & Berlim, C. (2000). Elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 13 (1), 189-198.
- Sarriera, J., Quintal de Freitas, M., & Scarparo, H. (2003). Para onde caminha a Psicologia (Social) Comunitária no Brasil? Um balanço a partir dos frutos da sua trajetória. In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs), *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sarriera, J. C. (2004). *Psicologia comunitária: estudos atuais*. Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J., Tatim, D., Coelho, R. & Büsker, J. (2007). Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 20 (3), 361-367.
- Sawaia, B. (1999). Exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (7-13). Petrópolis: Vozes.
- Silver, N. (1998). *At the heart: the new volunteer challenges to community agencies*. San Francisco, USA: The San Francisco Foundation.
- Simionatto, I. (2003). A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: C. N. Coutinho & A. Teixeira (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade* (pp. 39-49). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Soto, S. (2003). El concepto de pobreza em la teoria marxista. *Serviço Social e Sociedade*, 73, 5-22.
- Spink, M. J. (1992). Psicologia da Saúde: A estruturação de um novo campo de saber. In: F. C. B. Campos, *Psicologia e Saúde: repensando práticas*. São Paulo: Hucitec.
- Stotz, E. (2005). Pobreza e capitalismo. In V. V. Valla, E. N. Stotz & E. B. Algebaile (Orgs), *Para compreender a pobreza no Brasil* (pp. 53-72). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*. London: Sage Publications.
- Szazi, E. (2003). *Terceiro Setor: regulação no Brasil*. São Paulo: Peirópolis.
- Tenório, F. (1999). Um espectro ronda o Terceiro Setor: o espectro do mercado. *Revista de Administração Pública*, 33 (5), 85-102.
- Torres, J. (2003). Sociedade Civil como recurso gerencial? Indagações acerca da política de Assistência Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, 73, 142-156.

Trinidad, A., Carrero, V., & Soriano, R. (2006). *Teoría Fundamentada "Grounded Theory"*. La construcción de la teoría a través del análisis interpretacional. Madrid: Centro de investigaciones sociológicas.

Vasconcelos, E. M. (1999). Mundos paralelos, até quando? Os psicólogos e o campo da saúde mental pública no Brasil nas últimas duas décadas. In A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur & H. B. C. Rodrigues, *Clio-Psyquê, Histórias da Psicologia no Brasil* (pp. 121-147). Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.

Wanderley, M. B. (1999). Refletindo sobre a noção de exclusão. In B. Sawaya (Org.), *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 16-26). Petrópolis: Vozes.

Wood, E. M. (2006). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Yamamoto, O. H., Siqueira, G., & Oliveira, S. (1997). A Psicologia no Rio Grande do Norte: caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional. *Estudos de Psicologia*, 2, (1), 42-67.

Yamamoto, O. H. (2003). Questão Social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In A. M. Bock (Org), *Psicologia e compromisso social* (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.

Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, 19 (1), 30-37.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA (PSICÓLOGOS)

Data:

Local da entrevista:

A) Parte 1: Dados pessoais

Nome:

Idade:

Sexo:

Estado Civil:

Cargo que ocupa na ONG:

Tipo de vínculo:

Regime de trabalho:

Tempo de trabalho na ONG:

Ano de Conclusão de curso:

Agência formadora:

Área de estágio:

Formações complementares:

Fale um pouco da sua trajetória profissional, antes do trabalho na ONG, que outros trabalhos realizou ou realiza.

B) Parte 2: A ONG

Qual a principal missão da ONG?

Quais as diretrizes político-pedagógicas da instituição?

Qual o perfil da população atendida? (quantidade, faixa etária, gênero...)

Quais as principais dificuldades enfrentadas pela população atendida?

Como a comunidade participa da elaboração dos programas a serem oferecidos?

Que projetos de enfrentamento de pobreza e exclusão tem esta instituição?

Quem cuida? (quadro de recursos humanos)

De que estrutura física dispõe?

A instituição alcança os objetivos a que se propõe? De que forma?

Em que medida a ONG consegue trabalhar em rede com outras ONGs ou projetos?

Como a ONG busca seus recursos? Que fontes de financiamento possui? Quais parcerias?

Como a ONG monitora e avalia suas ações?

De que forma as decisões são tomadas?

Qual a relação da ONG com o Estado?

C) Parte 3: A Psicologia e o compromisso social

Que motivações levaram ao trabalho na ONG?

Qual a rotina de trabalho, que atividades realiza?

Utiliza de abordagens ou técnicas para o trabalho?

Quais os principais objetivos do seu trabalho na ONG?

Você alcança esses objetivos? De que forma?

Como seu trabalho é avaliado?

Que tipo de impacto sua atuação tem nas dificuldades vividas por essa população?

Que tipo de contribuição a Psicologia tem a dar à problemática da pobreza e exclusão?

O que entende por compromisso social da Psicologia?

Que impasses e desafios encontra para desenvolver seu trabalho?

Como a sua formação contribuiu para o desenvolvimento de uma prática social? Em que dificultou?

O que entende por “terceiro setor” e como avalia a sua importância no enfrentamento da pobreza e exclusão social?

Quais as perspectivas de trabalho para o psicólogo no “terceiro setor”?

Que sugestões daria para psicólogos que vão trabalhar em ONGs?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você é convidado a participar dessa pesquisa, que tem como objetivo geral investigar a atuação do psicólogo no enfrentamento da pobreza e exclusão social, no âmbito do “terceiro setor”.

Ao participar deste estudo você será convidado a conceder uma entrevista sobre o seu trabalho na ONG, com vistas à coleta de alguns dados. Todas as entrevistas serão gravadas em gravador e transcritas posteriormente. As informações dadas serão utilizadas somente pela pesquisadora com a finalidade de alcançar os objetivos da pesquisa.

Asseguramos total sigilo em relação aos dados coletados, assim como sua privacidade. Se você der a sua autorização, os dados poderão ser utilizados durante encontros e debates científicos e publicados, preservando o anonimato dos entrevistados.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, nós esperamos que desta pesquisa surjam reflexões importantes a respeito de políticas públicas de enfrentamento da pobreza e exclusão social.

Em caso de algum impedimento para a não participação ou continuidade na pesquisa, você poderá avisar a pesquisadora de sua desistência, sem nenhuma penalização e nem prejuízo.

Você será ressarcido de qualquer despesa que possa ter com a participação nessa pesquisa.

Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, entrando em contato com a pesquisadora responsável.

Eu, _____ declaro que conheço os objetivos e procedimentos da pesquisa e, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Assinatura do sujeito participante

Assinatura do pesquisador responsável

Natal, _____ de _____ de _____.

Contatos:

Ilana Lemos de Paiva (Pesquisadora Responsável): (84) 3236-2163 / 9451-4223

Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN: (84) 3215-3135

APÊNDICE C

Autorizações para pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

GRUPO DE PESQUISA MARXISMO & EDUCAÇÃO

Natal, _____, de _____ de 2006.

A:
Nesta

Prezado (a) Senhor (a),

Com o objetivo de oferecer subsídios ao trabalho de pesquisa que fundamentará o projeto “Psicologia e Terceiro Setor”, em desenvolvimento pela doutoranda ILANA LEMOS DE PAIVA, do curso de Pós- Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, abaixo assinada, venho, por meio desta, solicitar a inestimável colaboração de V. Sa., no sentido de formalizar AUTORIZAÇÃO para que possam ser realizadas ENTREVISTAS com a equipe técnica e usuários, no âmbito dessa instituição, pela referida pesquisadora.

Esclareço, por oportuno, que a pesquisa em apreço se propõe a problematizar o papel do terceiro setor no desenvolvimento de políticas sociais de enfrentamento da pobreza e exclusão, sendo de fundamental importância os dados/informações a serem obtidos junto a essa instituição, na consolidação do projeto.

Na expectativa do pronto atendimento à presente solicitação, aproveito o ensejo para apresentar protestos de consideração e apreço.

Ilana Lemos de Paiva

Pesquisadora responsável

MODELO
(TIMBRE DA INSTITUIÇÃO)

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a doutoranda ILANA LEMOS DE PAIVA, do curso de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, a realizar ENTREVISTAS com integrantes da equipe técnica e usuários desta instituição, com a finalidade de oferecer subsídios ao trabalho de pesquisa para fundamentação do projeto “Psicologia e Terceiro Setor”, em desenvolvimento pela referida pesquisadora.

Natal, _____, de _____, de 2006.

Nome:

Cargo / função

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)